

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL

CAMILA DE MOURA CASTRO

OCUPAÇÃO TAMBÉM É DIREITO: REFLEXÕES SOBRE JUSTIÇA
OCUPACIONAL EM UM PRESÍDIO FEMININO NA PARAÍBA

JOÃO PESSOA
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL

CAMILA DE MOURA CASTRO

**OCUPAÇÃO TAMBÉM É DIREITO: REFLEXÕES SOBRE JUSTIÇA
OCUPACIONAL EM UM PRESÍDIO FEMININO NA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à
banca examinadora da Universidade Federal da Paraíba
para a obtenção do grau de bacharel em Terapia
Ocupacional, sob orientação da Prof. M^a. Marília Meyer
Bregalda

JOÃO PESSOA
2015

C355o Castro, Camila de Moura.

Ocupação também é direito: reflexões sobre justiça ocupacional em um presídio feminino na Paraíba / Camila de Moura Castro. - - João Pessoa: [s.n.], 2015.

112 f. -

Orientadora: Marília Meyer Bregalda.
Monografia (Graduação) – UFPB/CCS.

1. Terapia ocupacional. 2. Justiça Ocupacional. 3. Sistema Prisional. 4. Mulher.

BS/CCS/UFPB

CDU: 651.3(043.2)

CAMILA DE MOURA CASTRO

**OCUPAÇÃO TAMBÉM É DIREITO: REFLEXÕES SOBRE JUSTIÇA
OCUPACIONAL EM UM PRESÍDIO FEMININO NA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à
banca examinadora da Universidade Federal da Paraíba
para a obtenção do grau de bacharel em Terapia
Ocupacional, sob orientação da Prof. M^a. Marília Meyer
Bregalda

João Pessoa, 10 de fevereiro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

mmBregalda

Prof. Ms. Marília Meyer Bregalda (Orientadora)

Departamento de Terapia Ocupacional – UFPB

Berla Moreira de Moraes

Prof. Ms. Berla Moreira de Moraes

Departamento de Terapia Ocupacional - UFPB

Luciane M. R. de Oliveira

Prof. Dra. Luciana Maria Ribeiro de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFPB

A Saíra, Neinei, Agaponis, Jandaia,
Beija-flor, Anu, Anacã e Ananai.

AGRADECIMENTOS

Gratidão, primeiramente, ao Universo e às Energias que regem esta vida e que fazem dela a possibilidade de ser, sentir e viver. Aos seres que este mundo compõem, possibilitando as relações e o compartilhar de sentimentos. Obrigada, a cada um, por existir e por me ajudar a fazer de minha existência uma experiência mais equilibrada e sábia.

Agradeço à minha mãe, base da minha vida e parceira de meu desenvolvimento. Obrigada por cada passo, por cada sacrifício, por todo amor, compreensão e respeito. Obrigada por ser minha mãe e por me amar assim como sou.

Agradeço aos meus familiares, que estiveram presentes em meu crescimento. Um obrigada especial à minha tia Chica, que além de tia é pai; agradeço por todo amor e auxílio. Obrigada André, Adilson e Júnior por crescerem comigo e por me ajudarem a compreender a essência de ser irmão, mesmo sendo primo.

Agradeço aos amigos que moram em meu peito. Àqueles que estão perto e foram força e motivação neste momento: Bianca, obrigada por todo companheirismo e amor, e obrigada por ser parte de minha vida e aguentar toda a minha complexidade; Raquel, agradeço não só seu trabalho como colaboradora, mas também, e principalmente, por existir e por me mostrar que há mais alegria no viver; Cícero, obrigada pela amizade, pelos risos e momentos compartilhados. E àqueles que estão longe na distância física, mas que em meu coração se fazem presente em cada momento, obrigada por existirem.

Gratidão, Pedro, por me auxiliar no caminho do meu próprio encontro e por me mostrar que posso ser aquilo que quero. Agradeço à Minerva pelo companheirismo nas noites de estudo e por me fazer enxergar que o amor vai além dos seres humanos.

À Universidade Federal da Paraíba, que me recebeu e foi elemento essencial, não só em minha formação como Terapeuta Ocupacional, mas em meu processo de crescimento e amadurecimento. Assim, agradeço à cidade de João Pessoa, na representação de meus colegas de classe, pela receptividade, calor, risadas, discussões, crescimentos e compartilhamentos. Obrigada ao corpo docente do Departamento de Terapia Ocupacional, aos funcionários e técnicos, à Nadja; cada um foi peça fundamental para o crescimento da Terapia Ocupacional na Paraíba e para a possibilidade da realização de um sonho.

Um agradecimento mais que especial à Marília. Mais que orientadora, me auxiliou num processo de crescimento acadêmico e pessoal, no qual pude enxergar a beleza da pesquisa, a beleza de um “trocar de ideias” e a beleza da Terapia Ocupacional. Obrigada por

fazer parte deste momento tão especial, por ser motivadora e companheira de ideias, e, principalmente, por aceitar entrar nessa comigo. Você tem minha admiração e gratidão eternas.

Agradeço à Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão pela oportunidade de, não só realizar um desejo, mas de poder contribuir. Sou grata, no mais íntimo que posso ser, a todas aquelas mulheres que existem neste estudo, em todas e cada possibilidade desta existência. Obrigada por colaborarem neste meu movimento de crescer.

Por fim, obrigada Terapia Ocupacional por mostrar o mais belo de mim e por me permitir sonhar e fazer do meu sonho o sonho de outras pessoas.

Gratidão à vida, que me permitiu viver tudo isso, conhecer todas essas pessoas, andar todos esses passos e trilhar um caminho iluminado.

EPIÍGRAFE

Sawabona Shikoba

Existe uma tribo africana que tem um costume belíssimo. Quando um dos seus faz algo prejudicial ou errado, ao invés de julgá-lo ou condená-lo, levam-no para o centro da aldeia, onde é rodeado por toda a tribo, e, durante dois dias dizem a ele tudo de bom que ele já fez.

Eles acreditam que cada ser humano vem ao mundo como um ser bom; todos desejando segurança, amor, paz e felicidade. Porém, às vezes, na busca por essas coisas, cometemos erros; e a tribo considera esses erros como um pedido de socorro. Assim, unem-se para reerguer o indivíduo que errou, para reconectá-lo com sua verdadeira essência, para lembrá-lo quem ele realmente é.

Então, a expressão Sawabona é usada, dizendo a ele: “Eu te respeito, eu te valorizo. Você é importante pra mim”, até que ele se lembre totalmente da verdade da qual ele tinha se desconectado temporariamente: “Eu sou bom”. E, em resposta ao Sawabona, expressa: Shikoba - “Então, eu existo pra você”.

Autor desconhecido.

Resumo: O presente trabalho busca fazer algumas reflexões acerca da Justiça Ocupacional na Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão (PRFMJM) e objetiva compreender como ocorrem o direito e o engajamento a/em ocupações entre mulheres privadas de liberdade desta penitenciária; bem como conhecer suas histórias de vida e histórico ocupacional; e compreender como se dá a realização das ocupações dentro da PRFMJM. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados observação participante, pesquisa documental, diário de campo e entrevista semiestruturada, analisados de acordo com a técnica de análise do conteúdo, que tem como objetivo verificar hipóteses e/ou questões e descobrir o que há para além dos conteúdos apresentados. Neste sentido, a interpretação dos dados obtidos foi confrontada junto à literatura pertinente ao tema, sendo embasada pela justiça ocupacional. Através dos dados, foi possível observar que muitos fatores, como a vulnerabilidade social, a influência do companheiro e a própria escolha de participar de uma ação criminosa, podem estar relacionados com a entrada no crime e com a consequente situação de estar privado de liberdade. A privação de papéis, escolhas, desejos e até mesmo do desenvolvimento e demonstrações da identidade daquelas mulheres, para além da privação de ir e vir foi evidente; e o significado de estar presa, para elas, remetia, de uma maneira geral, ao sentimento de perda. Quanto aos desejos expressados, destaca-se a vontade de estar com a família e cuidar dos filhos, além de desejos relacionados à alimentação, ao autocuidado, ao lazer e a profissionalização; o que demonstra que seus desejos e perspectivas visam um caminho baseado na justiça ocupacional, ou seja, um caminho em que elas possam estar e realizar atividades de seu interesse e desejo, mesmo que dentro dos limites institucionais. Prover estudo e profissionalização se mostrou como uma maneira de tornar o período de reclusão um período de mudança e desenvolvimento pessoal, visando um futuro diferente. Assim, foi possível concluir que, ao privar a liberdade daquelas mulheres, priva-se também de seus desejos, necessidades e da participação em ocupações que lhes são significativas.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional. Justiça Ocupacional. Sistema Prisional. Mulher.

Abstract: This paper tries to reflect on the Occupational Justice in Prison Re-education Female Maria Julia Maranhão (PRFMJM) and aims to understand how the right place and the engagement at/in occupations among women deprived of freedom of this prison; as well as knowing their life stories and occupational history; and to understand how the realization of occupations within the PRFMJM. Were used as instruments for collecting data participant observation, document research, field diary and semi-structured interviews, analyzed according to the analysis of technical content that aims to test hypotheses and/or issues and find out what's beyond the our contents. In this sense, the interpretation of the data obtained was compared with the literature concerning the matter, being grounded by occupational justice. Through the data, it was observed that many factors, such as social vulnerability, the influence of the companion and the very choice of participating in a criminal action, may be related to entry into the crime and the consequent situation of private living freedom. Deprivation of roles, choices, desires and even the development and demonstration of the identity of those women, in addition to deprivation of movement was evident; and the meaning of being prey to them, referred, in general, the sense of loss. As for the expressed desires, there is the desire to be with family and caring for children, as well as power-related desires, self-care, leisure and professionalism; which shows that their wishes and views pursue a path based on occupational justice, in others words, a way that they can be and carry out activities of interest and desire, even within the institutional limits. Provide study and professionalization proved to be a way to make incarcerated one period of change and personal development for a different future. Thus, it was concluded that, by depriving the freedom of those women also deprives up of their wants, needs and participation in occupations that are meaningful to them.

Keywords: Occupational Therapy. Occupational justice. Prison System. Woman.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1	Aspectos legais	16
2.1.1	<i>Considerações sobre o trabalho prisional e determinações legais</i>	19
2.2	Considerações sobre o sistema prisional brasileiro	22
2.2.1	<i>A mulher no sistema prisional</i>	25
2.3	Terapia Ocupacional no contexto prisional	31
2.4	Justiça Ocupacional	34
3	OBJETIVOS	40
3.1	Objetivo Geral	40
3.2	Objetivos Específicos	40
4	METODOLOGIA	41
4.1	Abordagem Metodológica	41
4.2	Instrumentos de Pesquisa.....	42
4.3	O campo: além das grades	43
4.4	Sujeito da pesquisa: a busca para além dos números	47
4.4.1	<i>Análise dos prontuários</i>	48
4.4.2	<i>Quem são estas mulheres?</i>	49
4.5	Entrevistas.....	50
4.6	Transcrições.....	51
4.7	Análise de dados	51
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	53
5.1	Aspectos relacionados à história de vida e ao histórico ocupacional das mulheres privadas de liberdade antes da reclusão	53
5.1.1	<i>Do outro lado dos muros: todo mundo tem uma história</i>	53
5.1.2	<i>Cotidiano</i>	64
5.2	Histórico ocupacional e mudanças de vida após a reclusão	70
5.2.1	<i>Atrás dos muros: ser, estar e sentir-se presa</i>	70
5.2.2	<i>Cada dia é um dia, todos os dias (quase) a mesma coisa: a rotina da Penitenciária de Recuperação Feminina Maria Júlia Maranhão</i>	73
5.2.3	<i>O dia de visita</i>	77
5.2.4	<i>O conforto de Deus: práticas religiosas e espiritualidade</i>	80
5.2.5	<i>O Trabalho e a Educação na Penitenciária de Recuperação Feminina Maria Júlia Maranhão</i>	82
5.3	Desejos e perspectivas das mulheres entrevistadas	92
5.3.1	<i>Ah... Se eu pudesse...: Do que gostariam as mulheres privadas de liberdade na penitenciária de recuperação feminina Maria Júlia Maranhão</i>	93
5.3.2	<i>Mudanças desejadas pelas mulheres privadas de liberdade na administração da instituição</i>	95
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
	REFERÊNCIAS.....	105

APÊNDICE A – TCLE.....	111
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista.....	113

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo sistema prisional surgiu ainda no primeiro semestre do curso de Terapia Ocupacional na Universidade Federal da Paraíba. Conhecendo os campos de atuação desta profissão, fui apresentada ao contexto prisional e todos seus desafios, o que trouxe a necessidade de aprofundamento sobre o tema, resultando em pesquisas e leituras. Ainda neste caminho de exploração, tive a oportunidade de participar de um evento sobre o Sistema Prisional na UFPB, que além de desvelar ainda mais este contexto, me apresentou, através de Luciana Maria Ribeiro de Oliveira (2014) e sua tese de doutorado “Crime é coisa de mulher”, o universo da mulher praticante de crime e da mulher inserida no contexto prisional.

Assim, no crescimento desta paixão, surge a Justiça Ocupacional, apresentada pela docente do curso de terapia ocupacional Berla Moreira de Moraes, despertando mais interesse e dando forma ao estudo do sistema prisional dentro da terapia ocupacional. Quando iniciei o processo de Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de Bacharel em Terapia Ocupacional, decidi estudar o desenvolvimento das ocupações dentro de uma penitenciária feminina, usando a justiça ocupacional como base.

Deste modo, a presente pesquisa busca fazer algumas reflexões acerca da Justiça Ocupacional na Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão. O Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (2004) traz para reflexão o pensamento de que os índices de criminalidade não reduzirão somente com a expansão do Sistema Penitenciário, pois diversos fatores relacionam-se com o comportamento das pessoas e à sua participação na sociedade.

Por isso, não só o direito à cidadania e à dignidade da pessoa humana, como previsto na Constituição Federal de 1988 e na Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 2013), mas também o direito à participação nas ocupações, independente de idade, habilidade, classe social ou outras diferenças, conceito apresentado através da justiça ocupacional (WESTERN *apud*. NILSSON; TOWNSEND, 2010), são aspectos importantes e completamente influenciadores quando se trata do sistema prisional, uma vez que, tanto o ambiente físico e o que ele proporciona aos indivíduos privados de liberdade, como a efetivação ou não desses direitos serão base para os estímulos contextuais a essas pessoas e, por consequência, refletirão em suas atitudes, pensamentos e comportamentos dentro e fora da penitenciária.

Entendendo que a ocupação é ferramenta de saúde (física, social e mental) e de promoção de bem-estar e qualidade de vida, fica fácil associar que a restrição desse direito,

muito provavelmente, terá forte influência na maneira em que os indivíduos reclusos se perceberão, se sentirão e se comportarão, abrangendo, por consequência, o índice de criminalidade. Assim como é possível perceber na pesquisa “O impacto da educação e do trabalho como programas de reinserção social na política de execução penal do Rio de Janeiro”, realizada por Julião (2010), que mostra que a participação no estudo e no trabalho dentro da prisão diminuiu, respectivamente, em 39% e 48% a reincidência entre os casos analisados. É preciso entender, ainda, que, ao se referir à ocupação neste contexto, procura-se ir além de atividades educativas ou de trabalho, não minimizando sua importância, mas compreendendo que é preciso mais, que é preciso o direito às atividades cotidianas de forma saudável, é preciso lazer, descanso, sono e qualidade no engajamento das ocupações.

Sabendo, então, que a terapia ocupacional fundamenta-se na compreensão de que o envolvimento em ocupações estrutura a vida cotidiana e contribui para a saúde e para o bem-estar (AOTA, 2010), surge a necessidade de conhecer e entender como se dá o desenvolvimento das ocupações pelas mulheres privadas de liberdade da Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão. Destarte, o trabalho visa responder aos seguintes questionamentos: Como ocorrem as oportunidades de realização das ocupações durante a reclusão? Essas oportunidades seguem princípios semelhantes aos da justiça ocupacional, no sentido de serem possibilidades colocadas de forma a todas poderem participar e/ou ao menos de poderem concorrer a essa participação de forma justa e objetiva? Os desejos e perspectivas ocupacionais das mulheres privadas de liberdade, durante e após a reclusão, remetem à justiça ocupacional, ou seja, ao direito que elas têm de ter acesso às ocupações de sua escolha e que lhes sejam significativas?

O objetivo geral da pesquisa é compreender como ocorrem o direito e o engajamento a/em ocupações entre mulheres privadas de liberdade na Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão; e os objetivos específicos são: conhecer a história de vida e o histórico ocupacional das mulheres privadas de liberdade da Júlia Maranhão antes da reclusão; e compreender como se dá a realização das ocupações dentro da Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão.

Desta forma, tendo conhecimento da precariedade do sistema prisional brasileiro e da escassez na efetivação de políticas e programas que visam à preparação para o retorno à liberdade; e acreditando no papel do engajamento saudável em ocupações de escolha do indivíduo na promoção de saúde, bem-estar e qualidade de vida, considera-se que a relevância deste estudo se encontra na apresentação de uma realidade não estudada – o desenvolvimento da ocupação dentro de uma penitenciária –, de forma a contribuir não só para o estudo e

publicações sobre o tema, mas também na tentativa de expor um novo olhar sobre um contexto tão estigmatizado, visando, assim, o acolhimento e o entendimento de necessidades, desejos e dificuldades das mulheres entrevistadas, e a exposição de subsídios para ações a serem desenvolvidas por esta e por outras instituições do sistema penitenciário, com relação ao direito à realização das ocupações significativas para mulheres privadas de liberdade.

Esta é uma pesquisa de natureza exploratória ex-post-facto, cuja abordagem metodológica caracteriza-se como qualitativa. Como instrumentos de coleta de dados, utilizou-se observação participante, pesquisa documental, diário de campo e entrevista semiestruturada, analisados de acordo com a análise de conteúdo proposta por Minayo (2002). Foram entrevistadas 8 mulheres, escolhidas de acordo com os seguintes critérios: mulheres entre 18 e 29 anos que estejam cumprindo pena de no mínimo um ano e que já tenham cumprido, ao menos, metade desse período em regime fechado na Penitenciária de Recuperação Feminina Maria Julia Maranhão e que aceitassem participar da pesquisa, que foram identificadas através da pesquisa documental realizada nos prontuários na penitenciária.

O trabalho está dividido em 5 capítulos; o primeiro traz uma fundamentação teórica sobre o tema, apresentando questões relacionadas aos direitos humanos e aspectos legais, sistema prisional brasileiro, nordestino e paraibano; à mulher inserida no sistema prisional; à terapia ocupacional em sistema prisional; e à justiça ocupacional. O segundo capítulo apresenta os objetivos da pesquisa; o terceiro expõe a metodologia do trabalho, trazendo o tipo de abordagem metodológica, os instrumentos de coleta de dados, detalhes sobre o campo, a escolha e os sujeitos da pesquisa, e a metodologia de análise dos dados.

O quarto capítulo discorre sobre os resultados e discussões e é dividido em três subtópicos: “Aspectos relacionados à história de vida e ao histórico ocupacional das mulheres privadas de liberdade antes da reclusão”; “Histórico ocupacional e mudanças de vida após a reclusão”; e “Desejos e perspectivas das mulheres entrevistadas”. E, por fim, o último capítulo, que apresenta as considerações finais da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Aspectos legais

A realidade carcerária no Brasil se caracteriza pela superlotação e ineficiência. De acordo com Julião (2010), muitos países da América Latina, inclusive o Brasil, tem apresentado taxas de encarceramento altas nos últimos anos. Esse fato, acompanhado da precariedade no sistema prisional, prejudica expressivamente as condições básicas exigidas para a tutela do preso. Somada a isso, a repercussão midiática sobre rebeliões e fugas mostra à sociedade o perigo que ela corre, e esta, por sua vez, exige das autoridades um sistema que isole essa ameaça e que os torne invisíveis (TAVARES; MENANDRO, 2008). É, então, nessa realidade que se perpetua a ideia de que o preso não tem direitos, construindo um sistema totalmente injusto e ineficaz, em que a dignidade humana é esquecida, e a revolta toma o lugar do desejo de “reabilitação”.

Thompson (1976) *apud* Tavares e Menandro (2008) apresenta esse pensamento quando mostra que o fato de um indivíduo que já foi preso praticar novamente atos criminosos é, de uma maneira geral, visto com naturalidade, uma vez que da prisão espera-se nada mais que a manutenção desses indivíduos longe da sociedade. Os autores supracitados (2008) contribuem com a fala de Thompson (1976) acrescentando que, muito provavelmente, o fato mencionado é visto de forma satisfatória, pois há uma percepção compartilhada por grande parte da sociedade de que não se pode fazer nada com “bandidos”, termo utilizado pelos autores, a não ser deixá-los trancados ou exterminá-los, além de não manter muita preocupação com as condições em que essa prisão se dá.

Partilhando da visão que marginaliza essa população, existe a ideia ambígua e deturpada acerca dos Direitos Humanos, visão essa que surge de um processo histórico de interesses, em que, após a reabertura política, os direitos humanos, que, durante a ditadura militar, eram limitados aos presos políticos, expandiram-se a toda população. O pensamento de que todos merecem essa preocupação não se perpetuou, pois a defesa desses direitos passou a ser associada à defesa dos presos comuns, que, em sua maioria, fazem parte das classes populares, deixando, então, de ter o interesse da classe média, o que explica parte da ambiguidade que cerca a imagem dos Direitos Humanos (DH). Além disso, a manipulação da opinião pública sobre os DH leva à associação deturpada dessas classes com a bandidagem e com a criminalidade, o que não acontece por acaso, pois existem muitos interesses de poder na associação entre as classes mais pobres e a criminalidade (BENEVIDES, 2004).

Na Constituição Federativa do Brasil de 1988, em seu Artigo 1º, o Estado brasileiro constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos, dentre outros, a cidadania e a dignidade humana. Essa mesma Constituição, no Artigo 5º - XLIX, garante aos presos o respeito à integridade física e moral. A Lei de Execução Penal (1984), Artigo 10º e 11º, determina que é dever do Estado dar assistência ao preso e ao egresso, objetivando prevenir crime e orientar à convivência em sociedade. Assistência essa que será material (alimentação, vestuário e instalações higiênicas); à saúde (atendimento médico, farmacêutico e odontológico, tanto preventivo, quanto curativo); jurídica (destinada aos presos que não dispõem de recursos para contratar um advogado); educacional (o ensino do primeiro grau é obrigatório, podendo haver também ensino profissional e a presença de bibliotecas nas unidades prisionais), social (a assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-lo para o retorno à liberdade), religiosa (direito à liberdade de culto e os estabelecimentos deverão ter locais apropriados para as manifestações religiosas), e, por fim, assistência ao egresso (orientação para reintegração em sociedade; concessão, quando necessário, de alojamento e alimentação por um prazo de dois meses e auxílio para a obtenção de um trabalho). E, ainda, na relação de direitos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) no artigo V declara que “ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento cruel, desumano ou degradante”. Esses são alguns dos direitos assegurados não só aos presos, mas a todos os seres humanos, que em muitas vezes são violados, principalmente ao tratar do contexto prisional, refletindo em celas superlotadas, más condições de higiene, perpetuação de violência e restrição do direito a ocupar-se; e, ao dizer ocupar-se não se faz referência ato de “fazer algo”, mas sim à seguinte definição:

O termo ocupação é utilizado para significar todas as coisas que as pessoas querem, precisam ou tem que fazer, seja de natureza física, mental, social, sexual, política, espiritual ou de qualquer outra natureza, incluindo atividades de sono e repouso. A ocupação permite que populações e comunidades participem ativamente da modelagem de seus próprios destinos e possam estimular ou ameaçar a saúde. (THIBEALT, 2002 *apud*. WILCOCK; TOWNSEND, 2011).

Atualmente, no Brasil, as diretrizes seguidas pelo sistema prisional estão, basicamente, resumidas na Lei de Execução Penal, que é instituída pela Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e objetiva a efetivação do disposto em sentença ou decisão criminal, além de propiciar uma harmonização na integração social do indivíduo inserido no sistema prisional. Vale tanto

para o preso provisório como para o sentenciado, não permitindo, em sua aplicação, nenhuma distinção, seja de natureza social, religiosa ou política. (BRASIL, 1984).

É dividida em oito partes: a parte número I apresenta, conforme o nome, os objetivos e as formas de aplicação da Lei. Já a parte II, mais extensa e mais específica, apresenta questões relacionadas ao condenado (termo utilizado pela LEP), como sua classificação, os níveis de assistência, sobre o trabalho e deveres, direitos e disciplina. A terceira parte institui os órgãos da execução penal, sendo estes: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; Juízo da Execução; Ministério Público; Conselho Penitenciário; Departamentos Penitenciários (nacional, local e direção e pessoal dos estabelecimentos penais); Patronato; e Conselho da Comunidade.

A parte número IV apresenta os estabelecimentos penais: Penitenciária; Colônia Agrícola, Industrial ou Similar; Casa do Albergado; Centro de Observação; Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico; e Cadeia Pública. A execução das penas está disposta na parte V, dividindo-se em Penas Privativas de Liberdade, Penas Restritivas de Direitos, Suspensão Condicional e Pena de Multa. O Título VI diz respeito à execução das Medidas de segurança; o VII dos incidentes de execução e o VIII do procedimento judicial.

É possível apresentar algumas legislações correlatas à LEP, como a Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003, que altera Lei de Execução Penal e o decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) e dá outras providências. Esta determina algumas novas medidas de segurança e disciplina dentro dos presídios (BRASIL, 2003). E o Decreto nº 6.049, de 27 de fevereiro de 2007, que aprova o regulamento da Penitenciária Federal (BRASIL, 2007).

Vale citar ainda, neste contexto, a Resolução conjunta nº 01, de 15 de abril de 2014, que estabelece o padrão de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil (BRASIL, 2014), e a Resolução nº 02, de 19 de maio de 2010, que dispõe sobre as diretrizes nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais (BRASIL, 2010). Com relação à educação prisional, apresentam-se, também, as Regras Mínimas para o Tratamento de Presos (1995); o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1996); a Convenção contra a Tortura e outros Tratos ou Penas cruéis, Inumanos ou Degradantes (1975) e a Carta Africana dos Direitos de Homem e dos Povos de 1981 (NOMA; BOIAGO, 2010 *apud*. BOIAGO; NOMA, 2012); além das Resolução 44/122, que diz respeito à educação no contexto da justiça penal, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e institui à educação para o recluso; Resolução 1990/20, referindo-se à educação nas penitenciárias, aprovada em 24 de maio de

1990 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas; e, por fim, a Resolução 1990/24, concernente à educação, capacitação e consciência pública como prevenção de violações às leis. (BOIAGO; NOMA, 2012).

2.1.1 Considerações sobre o trabalho prisional e determinações legais

O trabalho prisional enquanto técnica corretiva vem sendo utilizado por muitos países desde o século XVI; no entanto, ao longo do século XIX, devido à influência do Sistema Pensilvânico (System Pennsylvania), que, além de manter encarcerados e sozinhos os presos durante o dia e a noite, obrigava a meditação através de orações; há uma decadência no uso do trabalho neste contexto (LEMGRUBER, 1999; NASCIMENTO, 2011).

Lemgruber (1999) ressalta, ainda, que o sistema supracitado baseava-se na crença de que o indivíduo que cometeu um crime deveria refletir sobre ele e, deste modo, aconteceria o arrependimento e, como consequência, a reintegração na sociedade; assim, evitava-se o trabalho prisional, pois este poderia influenciar no processo desejado. Entretanto, o Sistema Pensilvânico (System Pennsylvania) teve curto período, sendo, então, o trabalho prisional reincorporado aos sistemas dos Estados Unidos e da Europa. O trabalho no contexto prisional passa a diminuir os gastos no sistema prisional, sendo assim visto como um meio de gerar riqueza. Além disso, com o trabalho, busca-se evitar o ócio, mantendo o preso ocupado, distanciando-o, assim, das práticas ilícitas (op. cit.).

Com a modernização do sistema penitenciário, no qual a repressão penal do corpo é substituída pelo uso da disciplina e da reflexão, passa-se a considerar a prisão como pena das sociedades civilizadas; neste contexto, no Brasil, a LEP (1984) se destaca tendo como objetivo principal o de “proporcionar ao internado ou condenado condições para sua harmônica reintegração social.” (SHIKIDA; BROGLIATTO, 2008, p. 132).

O Capítulo III da LEP (1984) apresenta diversas considerações relacionadas ao trabalho prisional, destacando-se:

“Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo”.

“Art. 31. O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade”.

“Art. 32. § 1º Deverá ser limitado, tanto quanto possível, o artesanato sem expressão econômica, salvo nas regiões de turismo”.

“Art. 33. A jornada normal de trabalho não será inferior a seis, nem superior a oito horas, com descanso nos domingos e feriados”.

“Art. 34. O trabalho poderá ser gerenciado por fundação, ou empresa pública, com autonomia administrativa, e terá por objetivo a formação profissional do condenado”.

Além das considerações sobre o trabalho, estabelece-se no Art. 126 a remissão de pena pelo trabalho, no qual a contagem acontece em razão de um dia de pena para três de trabalho. Deste modo, é importante analisar que existem legislações e que elas são precisas e apresentam pontos objetivos; porém, na prática, de acordo com as falas das entrevistadas desta pesquisa, algumas destas questões não são observadas, começando pela escassez na disponibilidade e diversidade de vagas de trabalho na instituição.

2.1.1.1 Considerações sobre a educação prisional e determinações legais

No âmbito internacional, de acordo com Noma e Boiago (2010) *apud.* Boiago e Noma (2012), as normas que apresentam itens sobre a educação prisional são: Regras Mínimas para o Tratamento de Presos (1995); Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1996); Convenção contra a Tortura e outros Tratos ou Penas cruéis, Inumanos ou Degradantes (1975) e Carta Africana dos Direitos de Homem e dos Povos de 1981.

As Regras Mínimas para o Tratamento de Presos visam desenvolver uma consonância da melhor forma de organização do sistema penitenciário, provendo as necessidades dos indivíduos que estão privados de liberdade. Apresenta, ainda, que deve ser garantido em toda penitenciária a presença de uma biblioteca, além da garantia e incentivo do/ao acesso. Aos indivíduos analfabetos e jovens deverá ser obrigatória a educação (ONU, 1966 *apud.* BOIAGO; NOMA, 2012).

Os direitos garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, inclusive o direito à educação prisional, são reafirmados pela Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Inumanos ou Degradantes (ONU, 1975 *apud.* BOIAGO; NOMA, 2012). A Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos também reafirma esses direitos, além de apresentar que a participação econômica, política e cultural deve ser garantida. Apresenta, ainda, que a informação e a expressão e difusão de opinião são direitos de todas as pessoas (ONU, 1991 *apud.* BOIAGO; NOMA, 2012).

Sobre estas questões, as autoras supracitadas expõem três resoluções acerca da educação no sistema prisional que foram aprovadas na década de 1990, com o destaque ganho

pela área. Estas são: Resolução 44/122, que diz respeito à educação no contexto da justiça penal, foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, e institui a educação para o recluso; Resolução 1990/20, referindo-se à educação nas penitenciárias, foi aprovada em 24 de maio de 1990 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas; e, por fim, a Resolução 1990/24, concernente à educação, capacitação e consciência pública como prevenção de violações às leis. (BOIAGO; NOMA, 2012).

As normas de Assistência Educação Prisional no Brasil, hoje em dia, fundamentam-se no entendimento da educação como direito de todos. (DUARTE, 2013). Encontra-se, então, na Constituição de 1988 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Em 1984, a educação torna-se uma atividade obrigatória no Sistema Penitenciário brasileiro através da Lei de Execução Penal (DUARTE, 2013). Esta, na Seção V, artigos 17, 18, 19, 20 e 21, apresenta as seguintes diretrizes:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos. (BRASIL, 1984, p. 23).

Considerando a responsabilidade do Estado e da Sociedade para a garantia do direito à educação, a Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010, resolve, entre outros pontos, que:

Art. 2º As ações da educação em contexto de privação de liberdade devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país, na Lei de Execução Penal, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, devendo atender às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino e são extensivas aos presos provisórios, condenados, egressos do sistema prisional e àqueles que cumprem medidas de segurança.

Art. 3º A oferta de educação para jovens e adultos em estabelecimentos penais obedecerá às seguintes orientações:

III – estará associada às ações complementares de cultura, esporte, inclusão digital, educação profissional, fomento à leitura e a programas de implantação, recuperação e manutenção de bibliotecas destinadas ao atendimento à população privada de

liberdade, inclusive as ações de valorização dos profissionais que trabalham nesses espaços;

IV– promoverão envolvimento da comunidade e dos familiares dos indivíduos em situação de privação de liberdade e preverá atendimento diferenciado de acordo com as especificidades de cada medida e/ou regime prisional, considerando as necessidades de inclusão e acessibilidade, bem como as peculiaridades de gênero, raça e etnia, credo, idade e condição social da população atendida;

Art. 12 O planejamento das ações de educação em espaços prisionais poderá contemplar, além das atividades de educação formal, propostas de educação não-formal, bem como de educação para o trabalho, inclusive na modalidade de Educação a Distância, conforme previsto em Resoluções deste Conselho sobre a EJA.

§2º Devem ser garantidas condições de acesso e permanência na Educação Superior (graduação e pós-graduação), a partir da participação em exames de estudantes que demandam esse nível de ensino, respeitadas as normas vigentes e as características e possibilidades dos regimes de cumprimento de pena previstas pela Lei nº 7.210/84. (BRASIL, 2010, p. 02 e 04).

Assim como no contexto do trabalho, a educação no sistema prisional vem sendo afirmada, nacional e internacionalmente, como garantia para o indivíduo privado de sua liberdade, de forma a ser um meio de desenvolvimento e de preparo para a vida após a reclusão. Porém, como apresenta Duarte (2013), nem toda forma de educação oferecida será provedora de benefícios; uma vez que o perfil do profissional – professor – a exercer a função poderá ter grande influência. Além disso, a demanda neste contexto é bastante diferenciada; os alunos são adultos em privação de liberdade e as salas de aula também são celas, por isso se faz necessário mais que uma formação universitária. O autor (p. 26) cita Fiori (1992, p. 52) ao tratar sobre o exercício da professoralidade nos presídios, apresentando que “a prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica”.

2.2 Considerações sobre o sistema prisional brasileiro

Para uma devida compreensão desta pesquisa, faz-se necessário um entendimento do público a ser estudado; para tanto, foram usados os dados disponibilizados pelo Sistema de Informações Penitenciárias (InfoPen). O InfoPen, de acordo com o Ministério da Justiça (2012), é um software de coleta de dados do sistema penitenciário brasileiro, cuja finalidade é integrar órgãos de administração penitenciária de todo o país, reunindo dados federais e estaduais dos estabelecimentos penais e populações penitenciárias, consolidando a comunicação e criando pontes estratégicas entre esses órgãos, possibilitando informações que sejam confiáveis e que possam servir como base para políticas públicas neste âmbito. Este sistema fornece dois tipos de dados: os consolidados e os sintéticos, nos quais as últimas

informações fornecidas foram, respectivamente, nos anos de 2009 e 2012, e servirão como base para a caracterização deste estudo, seguindo em três níveis: Brasil, Nordeste e Paraíba.

No Brasil, de acordo com o InfoPen (BRASIL, 2012), a população penitenciária no ano de 2009 correspondia a um total de 473.626, incluindo regimes fechado, semiaberto, aberto, provisório e medidas de segurança, sendo, deste total, 94,9% do gênero masculino e 5,1% do gênero feminino. Seguindo esses mesmos critérios, no ano de 2012, esta população apresentava um total de 513.713 presos, no qual 93,8% correspondem ao gênero masculino e 6,2% ao feminino. Estes números mostram, em primeiro lugar, que a população carcerária brasileira é majoritariamente masculina. É possível, também, visualizar um crescimento significativo do número de indivíduos privados de liberdade no Brasil, onde, em apenas três anos, este número cresceu em 8,45%. Monteiro e Cardoso (2013) confirmam esses dados ao mostrarem que, entre os anos de 2000 e 2010, o crescimento da população penitenciária brasileira mais que dobrou, alcançando um aumento de 113,2%. O incremento acelerado do número de presos no Brasil, evidenciado pelos dados fornecidos pelo Ministério da Justiça, corrobora com a colocação de Salla (2003) *apud*. Monteiro e Cardoso (2013, p. 98), que “aponta a superlotação como um dos problemas crônicos e que caminha ao lado da existência de um déficit nas vagas do sistema prisional”. Neste âmbito, os números do InfoPen são alarmantes, uma vez que, entre os anos de 2009 e 2012, respectivamente, a quantidade de presos excedentes ao número de vagas passou de 61% para 65,3%, confirmando, mais uma vez, o que trouxe Salla.

Quando se ajusta o foco desta caracterização para o Nordeste brasileiro, no ano de 2009, a população penitenciária desta região correspondia a 15% do total do país, ao passo que, no ano de 2012, esse mesmo dado diminuiu para 13,9%. Ainda com essa diminuição, assim como no número geral do país, entre os anos de 2009 e 2012, o número de presos no Nordeste aumentou, passando de 71.243 para 71.638, caracterizando um aumento de 0,55% em três anos. A população masculina, no ano de 2012, corresponde a 93,3% e a feminina 6,7%; enquanto o número de homens diminuiu no período supracitado, o de mulheres aumentou em 1,6%. É possível perceber que, apesar da majoritariedade masculina no sistema penitenciário, durante os anos pesquisados, o gênero masculino tem diminuído e o feminino aumentado (BRASIL, 2012).

De uma maneira geral, o estado da Paraíba acompanhou os índices do país e do Nordeste nos três anos estudados, mostrando a) um incremento na quantidade de pessoas inseridas no sistema penitenciário, neste caso, de 2,3%; b) uma diminuição do número de homens inseridos no sistema, passando de 95,4% para 93,4%; e c) um aumento do número de

mulheres no mesmo, que passou de 4,6% para 6,6% (op. cit.). Acompanhando o crescimento total do número de indivíduos inseridos neste contexto, as vagas que faltam para acolhê-los também aumentam progressivamente, alterando-se de 3.211 para 3.329 entre 2009 e 2012, mantendo-se no nível, em média, de 60,7% a mais da quantidade de vagas existentes. Ao tratar deste tema, Monteiro e Cardoso (2013, p. 99) caracterizam as circunstâncias de habitabilidade como perversas, constatando que ainda com o aumento da quantidade de vagas, o sistema prisional não comporta a demanda; apresentando que, no ano de 2010, havia 281.520 vagas para 469.251 pessoas, confirmando a superlotação de presos, que, neste caso, é de mais da metade do número de vagas.

De acordo com o Ministério da Justiça (2012), enquanto em 2009, a cada 100.000 habitantes da Paraíba, 226,10 estavam presos, no ano de 2012, de 100.000, 231,7 encontravam-se na mesma condição. Aprofundando-se no público a ser estudado nesta pesquisa, é importante entender seu perfil, e, de forma a sistematizar de maneira mais simples, serão utilizados, neste momento, os dados do Formulário Categoria e Indicadores Preenchidos da PB apenas do ano de 2012, por ser o mais atual disponibilizado pelo InfoPen.

Ao categorizar os indivíduos privados de liberdade da Paraíba por seu grau de instrução (escolaridade), o grupo que não havia ultrapassado o nível fundamental representa 77,3%, enquanto os que estiveram no ensino médio, completo ou incompleto, equivalem a 22,1%. Além disso, apenas 2% desta população passaram pelo ensino superior ou acima dele, o que permite afirmar que a maioria das pessoas inseridas no sistema prisional possui baixíssima escolaridade (op. cit.). As contribuições de Wacquant (2001) *apud*. Monteiro e Cardoso (2013) permitem uma associação deste fato com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho na passagem do modelo taylorista/fordista para o neoliberal, onde há uma desqualificação dos antigos perfis de trabalhadores e um novo perfil mais técnico e qualificado, resultando num grande número de pessoas desempregadas. Segundo o autor, o sistema penitenciário faria o papel de “depósito da massa de desempregados”, limpando e higienizando os excluídos da sociedade.

Metade das pessoas que se encontravam no sistema penitenciário paraibano no ano de 2012 correspondia à faixa etária entre 18 e 29 anos de idade. Além disso, no recorte étnico, 77% desses indivíduos se consideram negros ou pardos, 16% brancos, 0,24% amarelos, 0,31% indígenas e 6,45% consideram-se de outras maneiras. Deste modo, conclui-se que nas penitenciárias do estado da Paraíba há predominância da população masculina, jovem, de baixa escolaridade e afrodescendente, o que remete à classificação das prisões dada por Wacquant (2001; 2001) *apud*. Carvalho et. al (2006) enquanto "fábricas de exclusão".

A exclusão social tem sido considerada como um agente facilitador ao cometimento de atos infracionais por jovens, pois é sobre os jovens das classes populares, sem trabalho e perspectivas futuras, que mais incidem as estatísticas nacionais sobre infração juvenil. Estudos sociológicos sobre o crime centralizam a atenção nas condições sociais e culturais e não mais sobre o indivíduo. A violência é estrutural e a própria organização da sociedade institui um processo seletivo que decide quais os indivíduos irão se incorporar à grande massa de excluídos (ASSIS, 2001; BASTOS, 1997; CRUZ NETO, 2000 *apud*. CARVALHO et. al, 2006).

Contribuindo com essa lógica de exclusão, o tratamento que é designado aos indivíduos privados de liberdade desenvolve um ciclo de “violações e de situações de conflito”, alastrando um cenário de marginalidade do recluso, “desumanizando-o, tornando-o marcado pelo passado de crimes”, criando a interpretação da prisão como “habitação do crime”, espaço de pessoas inferiores, de pessoas do crime. Tornando, desde modo, os indivíduos privados de liberdade como exemplo a não ser seguido pelo dito cidadão comum (FOUCAULT, 1997; RUDNICK, 1999, p. 545 *apud*. BARROS; JORDÃO, 2004). Nesta perspectiva, os dados que abordam o tratamento prisional na Paraíba confirmam este ciclo de violações quando a ressocialização é o tema, uma vez que, do total de 8.723 indivíduos privados de liberdade, apenas 16% fazem parte de algum tipo de programa de trabalho e/ou educação, perpetuando as exclusões sociais e mantendo a função da prisão como “depósito de pessoas”.

De acordo com a caracterização apresentada acerca do sistema penitenciário brasileiro, em específico o paraibano, é possível perceber, entre outros achados, que a população carcerária é bastante alta, enquanto que as condições de tratamento se mostram precárias, resultando em privações cotidianas que envolvem desde o direito ao estudo e ao trabalho, até ocupações mais básicas do ser humano, como autocuidado ou sono adequado, por exemplo. Deste modo, o período de reclusão passa a desempoderar o sujeito privado de liberdade de muito mais que liberdade de ir e vir, retirando-lhe direitos básicos, como a escolha e o engajamento a ocupações que lhe são necessárias, refletindo em sua saúde física e emocional e, possivelmente, em seu comportamento.

2.2.1 *A mulher no sistema prisional*

De acordo com os dados do InfoPen (2012), no ano de 2012 havia 574 mulheres custodiadas no Sistema Prisional paraibano; destas 50,5% estavam em regime provisório; 30,5% em regime fechado; 13,4% em regime semiaberto; e 0,52% em medida de segurança –

internação. A faixa etária dessas mulheres se dividia da seguinte forma: de 18 a 24 anos: 24,4%; de 25 a 29 anos: 21%; de 30 a 34 anos: 17,2%; de 35 a 45 anos: 19,8%; de 46 a 60 anos: 7,5%; mais de 60 anos: 0,7%; e 7% não informaram sua idade. Considerando afrodescendentes como “a existência dos elementos de aglutinação e de coesões dos negros, pardos e mulatos” (CUNHA, 1998 *apud*. RIBEIRO, 2001, p. 17), percebe-se que a grande maioria destas mulheres inseridas no sistema prisional do estado da Paraíba pode ser inserida nesta categoria. Do total de 574, apenas 5% se autodeclararam negras, em detrimento de 78% que se consideram pardas; 8% afirmam ser brancas e 9% não informaram (BRASIL, 2012), o que demonstra, como já discutido, que, assim como no Brasil de uma forma geral, os presídios femininos paraibanos são, basicamente, compostos por pessoas afrodescendentes.

Com relação à escolaridade, 9,9% dessas mulheres são analfabetas; 12% alfabetizadas; 45% possuem ensino fundamental incompleto; 11% concluíram o ensino fundamental; 7,4% iniciaram o ensino médio, mas não concluíram, enquanto 5,6% concluíram o ensino médio. Apenas 1,4% deram continuidade aos estudos após o término do ensino fundamental e 7,6% não informaram a escolaridade. É possível notar, até então, que os dados correspondentes às mulheres inseridas no sistema prisional paraibano corroboram com os dados já apresentados acerca do sistema penitenciário brasileiro como um todo, no qual a maior parte está na faixa etária entre 18 e 29 anos e possui baixa escolaridade (op. cit.).

Com relação ao tempo de pena, 22,4% das mulheres custodiadas pelo sistema prisional paraibano no ano de 2012 receberam uma sentença de até 4 anos; enquanto 42,16% foram sentenciadas entre 4 e 8 anos; 21,26% entre 8 e 15 anos; 6,34% entre 15 e 20 anos; 5,6% entre 20 e 30 anos; 1,5% entre 30 e 50 anos; 0,4% entre 50 e 100 anos e 0,4% mais de 100 anos.

Quanto aos crimes cometidos, o índice maior está na categoria do grupo de entorpecentes, correspondendo a 53,5% dessas mulheres; seguido por 12,2% dos crimes contra o patrimônio; 5,7% crimes contra a pessoa; 2,2% crimes contra legislação específica e estatuto do desarmamento; e menos que 2% nos grupos de crimes contra os costumes, a paz pública, a fé pública e a administração pública (op. cit.). É possível perceber com estes dados que, assim como apresenta Espinoza (2002), as condutas delitivas cometidas pelas mulheres não são mais aquelas denominadas de “delitos femininos” (infanticídio, aborto, homicídio passional), uma vez que condenação por tráfico de entorpecentes, roubos, sequestros, entre outros, tem aumentado.

Por fim, em semelhança aos dados já apresentados ao longo da caracterização da população prisional brasileira, o tratamento prisional, envolvendo trabalho e estudo, é bastante pequeno comparado ao número total de pessoas custodiadas. Deste modo, de um

total de 574 mulheres, apenas 8,53% estão inseridas em algum programa de laborterapia, sendo 0,87% em trabalho externo e 7,6% em trabalho interno. Já as atividades educacionais abrangem 1,9% das mulheres, sendo o ensino fundamental o único tipo de oferta.

Além do conhecimento dos dados relativos à mulher no sistema prisional brasileiro, faz-se importante uma compreensão histórica desta relação; desta forma, cita-se Zaffaroni (1993) *apud*. Espinoza (2002, p. 36), afirmando que “a relação da mulher com o poder punitivo se manifesta no próprio processo de gestação deste último. Podemos inclusive compreender esse poder como um poder de gênero, na medida em que desde seu surgimento agrediu a mulher e ao sistema de relações que ela representava”. Explica-se, então:

(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder [...] o gênero é uma primeira maneira de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado (SCOTT, 1995:14 *apud*. BERNARDI, 2013, p. 31).

Espinoza (2002) acrescenta que a Inquisição possuiu um importante papel no processo de consolidação do modelo punitivo, pois queria eliminar o espaço social que a mulher ganhara na idade média devido ao afastamento dos homens por causa das guerras medievais. Assim, procurou-se eliminar a religiosidade popular medieval e cultura comunitária, motivadas pelas mulheres, controlando-as e subordinando-as, uma vez que estas representavam um obstáculo à verticalidade social, ao serem associadas à transmissão de uma cultura que deveria ser erradicada.

Neste processo, construiu-se a imagem da mulher como um sujeito fraco, tanto no corpo, como na mente, sendo isto resultado de falhas genéticas. Além disso, destina-se a elas uma maior propensão ao mal, por serem mais vulneráveis às tentações, e devido à sua carnalidade; o que justificou a tutela exercida (*op. cit.*). Sobre este fato, Bernardi (2013, p. 29) concorda e contribui, apresentando que a mulher, historicamente, é julgada pelo sistema penal como um indivíduo submetido não só à tutela, como também a uma série de mecanismos de controle relacionados à sua sexualidade, como a criminalização do aborto, e aos estereótipos do ser feminino. Na transformação industrial, com as lutas de classe entre burguesia e nobreza, a mulher torna a ter espaço e reconhecimento público, porém durante pouco tempo (ESPINOZA, 2002), e:

Quando a nova classe burguesa obteve o poder disputado, deixou de ter importância restringir ou limitar o poder punitivo (ao qual se tinha oposto no seu confronto com

a nobreza), passando, o referido poder, a ser usado como um instrumento potencial de controle dos grupos marginais e marginalizados. (op. cit., p. 39).

Neste sentido, ao tratar das mulheres, é possível afirmar que este controle vem sendo exercido de maneira informal, por meio da família, da escola, da igreja, entre outros espaços da vida da mulher, que são vigiadas e limitadas a todo o momento. Diminui-se, desta forma, o controle formal do sistema punitivo, materializado no cárcere, o que acaba por resultar em uma menor visibilidade da mulher nos índices de criminalidade. (op. cit.).

Ao percorrer ainda esta contextualização histórica, a autora (op. cit.) afirma que, neste cenário, instaura-se, então, um modelo de Estado policial, de modo que se justifica o vigilantismo social sobre a base dos indivíduos, e compreendem-se como “humanos” os homens superiores, brancos, casados com mulheres dóceis, com filhos, heterossexuais e burgueses, acabando por marginalizar e excluir qualquer indivíduo que não se encontra neste modelo. Porém, a partir dos anos 1960, iniciam-se movimentos que pedem pela coerência que não existe no sistema criminal, o que fez com que o sistema punitivo entrasse em crise. Um desses movimentos é o movimento feminista, que questiona não só este sistema, mas toda a estrutura do direito.

A autora (op. cit.), então, se propõe a realizar uma discussão acerca da criminologia feminista; porém, antes disto, discorre sobre as teorias feministas da ciência e do direito, que acabam por servir de inspiração para a criminologia feminista. Ela apresenta que o movimento feminista do ocidente nasce do desejo de desconstruir os padrões únicos e de normalidade que mantêm a dominação masculina. Padrões esses que determinam características em hierarquia, com base na oposição entre espírito-corpo, sujeito-objeto e razão-emoção, no qual o primeiro diz respeito às qualidades masculinas e o segundo as femininas.

Embora não houvesse uma estrutura uniforme e não conflituosa no feminismo, há um determinante em comum entre as correntes: a consideração da diferença entre sexo (biológico) e gênero (social) (BARATTA, 2000. *apud*. ESPINOZA, 2002). Apresentam-se, desta forma, as correntes feministas: Feminismo liberal ou burguês (SWAANINGEM, 1990 *apud*. ESPINOZA, 2002), que tem como base o modelo teórico do empirismo feminista e propõe que todas as leis sejam iguais, tanto para os homens como para as mulheres e que, para corrigir o tendencialismo sexual e o androcentrismo, basta a aplicação correta das regras já existentes.

A segunda corrente apresentada é a do Feminismo radical ou separatista, que, embora admita que a estrutura do direito seja masculina, traz como exigência que sejam reconhecidos

os conceitos e qualidades próprias femininas; ou seja, não tem como objetivo a igualdade, mas sim o reconhecimento de direitos especiais às mulheres. Por fim, tem-se o Feminismo socialista, que visa a mudanças sociais mais amplas e estruturais, através da elaboração de um sistema de valores com base na “relatividade histórica e na negociabilidade dos âmbitos de valor atribuídos aos gêneros” (op. cit., p. 45). A autora finaliza esta explicação, afirmando que:

Em síntese, podemos dizer que não é possível construir um conhecimento que se mantenha em oposição absoluta aos projetos dos dominadores, negando-se a possibilidade de dialogar e de fazer alianças estratégicas com todos os grupos dispostos a gerar transformações, via projetos de emancipação, de afirmação de direitos e de respeito da dignidade de todos os seres humanos (ESPINOZA, 2002, p. 46).

Fundamentada nestas teorias, Espinoza (2002) analisa a criminologia feminista e suas vinculações ao modelo de mulher agressora, com base na construção do sistema punitivo. Realiza uma explicação inicial da criminologia em si, apresentando a criminologia positivista ou tradicional, que traz a concepção de que a criminalidade vem de uma patologia pessoal; e a criminologia crítica ou da reação social, que vem questionar o caráter natural do desvio, afirmando que esta condição depende de regras e valores historicamente determinados, que são base para a definição de certos tipos de comportamentos e de pessoas como ‘desviados’.

Adentrando, então, à delinquência feminina, Meo (1992) *apud*. Espinoza (2002) apresenta duas grandes linhas de interpretação: concepções clássicas e contemporâneas. A primeira é composta por criminólogos que estudam a mulher com base em seu papel reprodutivo, constituindo seu desvio pela falta de adequação a estes papéis (teorias biológicas e constitucionais). Neste contexto, Soares e Ilgenfritz (2002) *apud*. Bernardi (2013, p. 29) colocam que “na virada do século XX, os teóricos atribuíam a violência feminina às influências dos estados fisiológicos pelos quais a mulher passaria na vida: a puberdade, a menstruação, a menopausa e o parto, ou seja, às influências relacionadas à sexualidade e à maternidade”.

A segunda – concepções contemporâneas – encaixa-se na criminologia feminista, e passa a se desenvolver mais na década de 1960, recebendo mais estudos em meados da década de 1970. Assim, como no desenvolvimento das correntes feministas, a criminologia feminista não teve uma uniformidade neste processo, uma vez que houve uma relação de inspiração da segunda pela primeira. Os indivíduos que defendem a criminologia feminista baseada em postulados críticos entendem o controle penal como mais um meio de controle

sobre a mulher, uma esfera onde é reproduzida e intensificada a opressão através do padrão de normalidade imposto (ESPINOZA, op. cit.).

Neste sentido, e tomando em consideração o reduzido número de mulheres atingidas pelo sistema penal, devemos analisar que outras formas de controle afetam às mulheres (controles informais da família, escola, religião, vizinhança, etc.) e quais as consequências dessa constatação para as mulheres que não se ajustam a esses controles e transgridem. (ibid, p. 51).

Destarte, é possível afirmar que, ao transgredir, a mulher transgride em dois níveis: o primeiro se refere à ordem da sociedade e o segundo a ordem familiar, deixando o papel que foi designado – mãe e esposa. Além disso, é, também, repreendida duplamente, através da privação de liberdade, como todos os outros prisioneiros e de uma vigilância que deseja dar uma proteção contra ela mesma, fato este que explica um investimento de uma missão moral nas prisões femininas. (LEMGRUBER, 1999).

Espinoza (op. cit) finaliza discorrendo que, ao criar a prisão, viu-se a necessidade de separar homens e mulheres, com o objetivo de destiná-los tratamentos diferentes. Ao homem desejava-se ensinar novamente o sentido da legalidade e do trabalho; enquanto que, para a mulher, o sentimento de “pudor” era o que se esperava.

A prisão foi desenvolvida sob um paradigma masculino, principalmente no século XIX. Da população prisional total, a mulher representa porcentagens pequenas, o que acaba por gerar uma invisibilidade das necessidades femininas, fazendo com que elas tenham que se adequar ao modelo projetado ao homem. Assim, muitos direitos das mulheres privadas de liberdade são vulnerados, o que se observa nas condições de saúde ruins, nas restrições para visita familiar e íntima, além da manutenção do corpo de funcionários majoritariamente masculino (RAMPIM, 2011 *apud*. BERNARDI, 2013; ESPINOZA, 2012).

Em suma, pode-se afirmar que, embora a mulher tenha passado por diversos processos emancipatórios, ainda existem papéis de gênero a ela atribuídos, de forma que, ao se desviar da regra, ela se desvia não só das leis da sociedade, mas destes papéis. Porém, para além desta ideia de figura dócil que durante muito tempo representou a mulher, e do controle exercido até por elas mesmas, estas se revelaram contra a imposição do status de feminina, contra os maus-tratos, a submissão e a subestimação de sua capacidade para a delinquência. (ALMEIDA, 2001 *apud*. BERNARDI, 2013).

Nesta “rebeldia” cita-se Ribeiro de Oliveira (2014), que, ao realizar uma pesquisa com mulheres jovens praticantes de atividades ilícitas em posição de liderança, apresenta que “crime é coisa de mulher”, destacando, entre outros pontos, as “características diferenciadas

do ser mulher [de suas interlocutoras], especificamente: o saber e o gostar de realizar práticas ilícitas; o se reconhecer e o ser reconhecida pelos pares como uma mulher esperta, corajosa e perigosa [...]; e o orgulho do saber fazer criminal [...]" (op. cit., p. 228-229). Isto se opõe a toda construção de docilidade que cerca a mulher.

A autora (op. cit., p. 78) ao citar Abramovay (2010) afirma, ainda, que as mulheres que praticam algum ato de violência, "não necessariamente são masculinas no sentido da busca por uma identidade de gênero não feminina (no sentido tradicional do termo)". Acrescenta que foi possível perceber, entre as interlocutoras de seu estudo, que o ser feminina pode existir de diferentes formas, tradicionais ou não, "que são preenchidas por representações e práticas sociais possibilitadoras de outras escolhas identitárias". Escolhas essas que se inserem em suas identidades a partir dos contextos, interesses, necessidades e identificações da própria mulher. (RIBEIRO DE OLIVEIRA, 2014, p. 78).

Deste modo, percebe-se que, embora inserida em uma sociedade machista e patriarcal, e sendo, culturalmente, destinada ao lar, a mulher vem impondo-se ao longo da história; e, no âmbito criminal, tem sua participação aumentada, como pôde ser visto nos dados do InfoPen citados no item 2.2., no qual a participação da mulher em práticas criminosas tem aumentado, e a do homem diminuído, ainda que, comparada aos homens inseridos no sistema prisional, corresponda a uma porcentagem pequena. Além disso, vem assumindo a liderança, não só de sua vida, corpo e lar, como também de práticas criminosas, como visto na pesquisa de Ribeiro de Oliveira (2014).

2.3 Terapia Ocupacional no contexto prisional

A Terapia Ocupacional é uma profissão dos campos da saúde, educação e social, e tem como objetivo a emancipação e autonomia dos indivíduos que, por algum motivo, de natureza específica, física, sensorial, mental, psicológica ou social, expressam, temporária ou definitivamente, dificuldade tanto na inserção como na participação de sua vida social. A atividade, na Terapia Ocupacional, é o elemento centralizador e orientador, que baseia a construção do processo terapêutico, levando em consideração sua complexidade e seu contexto (FMUSP, 1997 *apud*. SOARES, 2007).

Ela tem como objetivo apoiar a saúde e a participação na vida através do envolvimento em ocupação, e ocupação aqui é o termo usado para captar a dimensão de toda "atividade" humana (DOMÍNIO & PROCESSO, 2008). Esse profissional é agente de saúde, e esta, por sua vez, deve ser vista como direito e suprir a todos os tipos de necessidades no

desenvolvimento de possibilidades do sujeito, como autor de sua própria história, capaz de mudar o destino dos acontecimentos e interferir na qualidade de vida através do fazer (MARTINELLI, 2011).

No âmbito social sua atuação está vinculada à realidade social em que está inserida, trabalhando na vida cotidiana das pessoas, auxiliando no processo de emancipação e no desenvolvimento de uma consciência política acerca dos direitos do indivíduo. Possui, também, um papel de articulador social, que deverá cooperar com o fortalecimento de vínculos familiares e com a comunidade; trabalhando por uma sociedade inclusiva (GALHEIGO, 2006). Neste sentido, sua prática é focada em grupos sociais que sofreram ou sofrem rupturas em suas redes de suporte sociais, como pessoas que passam por processo de exclusão social, por meio de institucionalização, com fins de recuperação, educação ou repressão (BARROS, GHIRARDI e LOPES, 2002 *apud.* SANTOS e FEDEGER, 2008) – entre eles, indivíduos privados de liberdade.

Entende-se, assim, a importância da atuação da terapia ocupacional no contexto prisional, para tanto se faz imprescindível o conhecimento da portaria DEPEN/DISPF Nº 287, de 14 de maio de 2010, que define, entre outras questões, que a Penitenciária Federal será dotada de atendimento de terapia ocupacional, sob a responsabilidade de um terapeuta ocupacional, competindo a este profissional, entre outras atribuições, a atuação na promoção e na gestão de projetos de qualificação profissional (iniciação e aperfeiçoamento); orientação e capacitação de oficinheiros/monitor de ofícios para facilitar o aprendizado do ofício pelos participantes das oficinas, de acordo com as habilidades e limitações de cada um; planejamento, orientação e realização de atendimentos individual e grupal, encaminhamentos, oficinas terapêuticas e de geração de renda, reabilitação e reinserção social; realização de ações de promoção de saúde e prevenção de doenças para os internos, familiares e servidores do sistema penitenciário federal.

Além disso, a Resolução COFFITO Nº 383, de 22 de dezembro de 2010 resolve em seu Art. 1º que “o terapeuta ocupacional, no âmbito de sua atuação, é profissional competente para atuar em todos os níveis de complexidade da política de assistência social, do desenvolvimento socioambiental, socioeconômico e cultural”. Sendo assim, dentro da especialidade de contextos sociais, que a ele pode competir, entre outras áreas de atuação, especifica-se, nesta mesma resolução, o contexto prisional:

Art. 11º O terapeuta ocupacional, no âmbito de sua atuação, no campo social é profissional habilitado para intervir com o apenado no sistema prisional, em suas diferentes modalidades, para a organização das atividades cotidianas institucionais;

para criação, manutenção e fortalecimento das redes pessoais, familiares e sociais, em projetos de qualificação profissional, geração de renda e inserção no mercado de trabalho, constituição de projetos de futuro, além de ser habilitado para emissão de parecer, atestado ou laudos periciais com relação às habilidades laborais.

É da competência do terapeuta ocupacional, ainda, elaborar e emitir parecer, atestado ou laudo pericial indicando o grau de capacidade ou incapacidade funcional, objetivando a identificação de competências ou incompetências laborais (transitórias ou definitivas), mudanças ou adaptações nas funcionalidades (transitórias ou definitivas) e seus efeitos no desempenho laboral, entre outras razões, para a verificação do preparo para liberdade condicional do sistema prisional (RESOLUÇÃO nº. 382, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010).

Assim, além da crença de que a ocupação possui um papel diferenciador na vida do sujeito e em seu desenvolvimento pessoal, e do entendimento da importância do terapeuta ocupacional em diferentes contextos, como o sistema prisional, apresenta-se o fato de que existem legislações que garantem esta atuação, reafirmando, desta forma, que a terapia ocupacional tem direito aos espaços, devendo, portanto, ocupá-los.

Ao realizar uma busca nas bases de dados Scielo, Periódicos Capes e Google acadêmico, utilizando como descritores: “Terapia Ocupacional e Sistema Prisional”; “Terapia Ocupacional e Prisão”; e “Terapia Ocupacional e preso”, encontra-se apenas um artigo na língua portuguesa que trate sobre a temática: “A Terapia Ocupacional no processo educação/trabalho do preso no sistema penal: Um estudo da Prisão Provisória de Curitiba”

Neste, Carvalho e Baldin (2005) compartilham as dificuldades encontradas em uma unidade penal do Paraná, no que concerne às atividades laborais dos sujeitos privados de liberdade na instituição. Tendo como objetivo a apresentação da importância e da necessidade de reorganizar o trabalho prisional, que já havia na instituição, priorizando ações que promovessem educação prática para o trabalho, constataram que não é proporcionado pelo sistema penitenciário aos sujeitos privados de liberdade um trabalho que, além de digno e produtivo, seja satisfatório durante a prisão.

Além disso, apresentam algumas observações: inexistência de formação contínua e útil, profissionalmente falando, que possam ser aproveitadas pelos presos; os profissionais que trabalham na organização do trabalho penal na referida unidade não são capacitados, além de ter a equipe do setor responsável pela laborterapia formada apenas por agentes penitenciários; o trabalho é pouco reconhecido no que diz respeito às avaliações do exame criminológico ou ainda na progressão da pena; o trabalho proporcionado é, além de insuficiente, proporciona pouca ou nenhuma qualificação (op. cit.). Vale salientar, ainda, que, embora a unidade penal conte com duas terapeutas ocupacionais, nenhuma delas está presente

na organização das atividades laborais do sujeito do preso, ou mesmo dos meios de seleção ou de acompanhamento deste processo; as autoras atribuem este fato a pouca importância que o trabalho, enquanto forma de reabilitação, teve no contexto da pesquisa.

Porém, ao utilizar o site de busca Google, é possível encontrar um relato de experiência de uma terapeuta ocupacional atuante da área, no qual Camila Carminato apresenta sua experiência como terapeuta ocupacional no projeto “Construindo Valores” em uma penitenciária de segurança máxima em Catanduvas – PR, que tem como objetivo proporcionar ao preso uma educação prática para o trabalho que o auxilie em sua reintegração social. O projeto acontece através da dinâmica de leitura, no qual é visado o aprimoramento de questões como saber ouvir, respeitar, dialogar, compartilhar etc; assim, por meio da leitura, proporcionar ao indivíduo o desenvolvimento de sua sensibilidade, valores e maneira de enxergar o mundo.

Desta forma, é possível concluir que, mesmo com legislações que garantam a presença do terapeuta ocupacional em prisões, a exposição de literatura e experiências que envolvem este contexto é bastante escassa e, com base nos artigos encontrados, tem a atividade labora como objetivo, o que acaba por minimizar a abrangência da profissão e diminuir as possibilidades de seu crescimento neste sentido.

2.4 Justiça Ocupacional

A restrição do direito à ocupação já citada ao longo desta fundamentação remete ao conceito de justiça ocupacional, que trata do direito à participação nas ocupações, independente de idade, habilidade, classe social ou outras diferenças (WESTERN *apud*. NILSSON; TOWNSEND, 2010). Além de abarcar igualdade, imparcialidade e direito à ocupação, a justiça ocupacional traz o direito do indivíduo de ter oportunidades iguais para que ele possa progredir em sua capacidade, especificamente quanto a seu engajamento em ocupações significativas e diversas. Para que ela aconteça, é necessária a distribuição ética e o compartilhamento de direitos, recursos e responsabilidades que se relacionam ao desejo do indivíduo, ao que ele necessita, precisa ou está obrigado a fazer dentro dos padrões sociais e éticos de uma comunidade (WILCOCK; TOWNSEND, 2011).

As bases teóricas para o estudo da Justiça Ocupacional neste trabalho foram “Justiça Ocupacional” de Ann A. Wilcock e Elizabeth A. Townsend (2011); “Una estructura de participación en el marco de la justicia ocupacional: procesos prácticos basados em la comunidad” de Elisabeth Townsend e Gail Whiteford (2006); e “Profissionais podem

realmente promover justiça ocupacional?” de Elisabeth Townsend e Rebecca Marval (2013). Deste modo, visa-se aqui à passagem por um caminho que apresente as considerações que a justiça ocupacional faz, suas determinações e características.

Apesar de a terapia ocupacional ter a justiça ocupacional como uma integrante recente, os profissionais desta área sempre acreditaram na contribuição das ocupações para a saúde, e no fato de que, além de necessidade, as pessoas possuem o direito de participar de ocupações que lhes são significativas (WILCOCK; TOWNSEND, 2011). O conceito de justiça ocupacional foi definido pela primeira vez por Wilcock e Townsend (WILCOCK; TOWNSEND, 2000 *apud*. TOWNSEND; WHITEFORD, 2006), e se origina de duas vertentes: uma que trata da relação entre ocupação e saúde, “que descobriu que os resultados de saúde benéficos ou negativos relacionados com a ocupação dependem de determinantes sociopolíticos e culturais que podem ser estruturados em termos de justiça” (TOWNSEND, 1993, 1996, 1998 *apud*. WILCOCK; TOWNSEND, 2011, p. 195). E a outra é associada às análises sociais críticas da prática centrada no cliente, que “descobriu que o trabalho de promover a capacitação do cliente por meio da ocupação é compatível com o trabalho da justiça social” (TOWNSEND, 1993, 1996, 1998 *apud*. WILCOCK; TOWNSEND, 2011, p. 195).

Wilcock e Townsend (2011) sugerem que, para compreender a associação entre ocupação e justiça, faz-se necessário, primeiramente, compreender quatro termos correlacionados: ocupação, justiça, justiça social e justiça ocupacional. Desta forma, as autoras apresentam a ocupação como “todas as coisas que as pessoas querem, precisam ou tem que fazer, seja de natureza física, mental, social, sexual, política, espiritual ou de qualquer outra natureza, incluindo atividades de sono e repouso.” (WILCOCK; TOWNSEND, 2011 p. 196). A ocupação, além de elemento da economia, é delineada de acordo com tempo, lugar e condições sociais em que está inserida. É componente ativo da existência humana, pois é uma maneira de se autoexpressar ou de experimentar significado na vida prática do cotidiano. A participação nas ocupações pode ser influenciada tanto por poderes de força física, como invisivelmente, através de regulação e expectativas culturais (*op. cit.*).

Já o termo justiça é exposto em sua relação com palavras como direito, equidade e imparcialidade; com frequência, tem uma aplicação em sistemas legais, porém pode ser utilizado, também, no questionamento da igualitária distribuição de recursos e da caracterização positiva em relação aos indivíduos marginalizados. (NORTON, 1994 *apud*. WILCOCK; TOWNSEND, 2012). A justiça social, neste contexto, está ligada às condições e

relações sociais justas, independente de variáveis, como raça, gênero, renda, incapacidade ou classe social (WILCOCK; TOWNSEND, 2011).

Por fim, elas apresentam o termo justiça ocupacional, que também é relacionado com palavras como direito, igualdade e imparcialidade; além de dizer respeito “ao direito de todo indivíduo de ser capaz de atender às necessidades básicas e de ter oportunidades e chances de vida iguais para progredir em seu potencial, especificamente quanto ao engajamento do indivíduo em ocupações diversas” (op. cit., p. 196). O termo justiça ocupacional é apresentado por Townsend e Whiteford (2006) através da abordagem centrada no cliente, que é definida pela perspectiva que a terapia ocupacional tem da capacitação por meio de abordagens participativas, tendo o empoderamento do sujeito como orientação, visando, desta forma, opor-se a práticas que fazem pelo e para o indivíduo, e que acabam por não permitir a decisão e a participação do mesmo.

O propósito primário para o desenvolvimento da teoria da justiça ocupacional foi chamar atenção para o fato de que, por todo o mundo, pessoas estão contidas, privadas e alienadas do engajamento em ocupações que fornecem satisfação, significado e equilíbrio pessoal, familiar e/ou comunitário por meio daquilo que fazem. (WILCOCK; TOWNSEND, 2011, p. 196).

Apresenta-se, ainda, o conceito de injustiça ocupacional, que acontece “quando a participação na ocupação se limita, confina, restringe, segrega, proíbe, subdesenvolve, deteriora, aliena, marginaliza, exclui ou limita de qualquer forma”. (TOWNSEND; WILCOCK, 2004 *apud*. KRONENBERG; POLLARD, 2006, p. 65, tradução nossa). Este conceito se relaciona com outro conceito, o de *apartheid* ocupacional, que

Se refere à segregação de grupos de pessoas mediante a restrição ou negação de seu acesso a uma participação digna e significativa nas ocupações de vida diária, baseada em raça, cor, incapacidade, nacionalidade, idade, sexo, orientação sexual, religião, crenças políticas, classe social ou outras características. Ocasionalmente por forças políticas, suas consequências sociais, culturais e econômicas, sistemáticas e dominantes, põem em perigo a saúde e o bem-estar de indivíduos, comunidades e sociedades. (KRONENBERG; POLLARD, 2006, p. 66, tradução nossa).

Desta forma, ainda que os conceitos se complementem, pode-se afirmar que as injustiças ocupacionais estão dentro de um contexto de *apartheid* ocupacional. A distinção entre um e outro está no fato de que o primeiro cobre uma vasta série de situações, enquanto o segundo busca reconhecer situações em que há segregação de algumas pessoas às oportunidades de participação nas ocupações (op. cit.), indo, desta forma, além da privação ocupacional, o que diz respeito à exclusão, em consequência de fatores que estão além do

controle do indivíduo, do engajamento em ocupações significativas ou necessárias. (WHITEFORD, 2004, p. 201 *apud*. KRONENBERG; POLLARD, 2006, tradução nossa).

Townsend e Whiteford (2006) apresentam uma estrutura de participação no marco da justiça ocupacional, que representa como os profissionais da terapia ocupacional denominam e enquadram a prática hoje em dia. Esta estruturação é formada por seis processos de justiça ocupacional, que são inter-relacionados e participativos, porém não são lineares. Eles são uma prática maneira para realizar a identificação de injustiças, determinando o que os sujeitos querem e precisam fazer, a fim de alcançar a mudança social. A variação da análise das injustiças ocupacional ao redor do mundo é grande, no entanto elas podem ser averiguadas de acordo com as diferenças culturais.

O primeiro processo visa analisar e coordenar os recursos, ou seja, realizar um levantamento de dados sobre a população em que a prática se centrará. O segundo, denominado como negociar um marco de justiça, quer nominar as áreas de conflito e de cooperação na população, e sua importância está na descoberta de semelhanças e divergências dos pontos de justiça destes indivíduos, ou seja, crenças, valores, marcos de referência e jogos de poder do contexto. Já o terceiro processo objetiva analisar as injustiças ocupacionais, buscando compreender como, quando, por que e onde acontecem. Apresentam-se, então, quatro casos de injustiça ocupacional: alienação ocupacional; privação ocupacional; marginalização ocupacional e desequilíbrio ocupacional (op. cit.).

A alienação ocupacional refere-se à ausência do direito, tanto das pessoas, como das populações, de experimentarem de forma significativa as ocupações; é apresentada, então, como uma condição social e não como um estado psicológico. Ela pode ser associada com a vivência de longos períodos de desconexão, com o isolamento, o vazio, com a sensação de perda da identidade e de insignificância. Cita-se, então, como exemplo de alienação ocupacional pessoas que foram afastadas de sua cultura ocupacional, podendo estar associada a experiências como o confinamento de refugiados, a escravidão e situações de institucionalização (TOWNSEND, WILCOCK, 2004).

Define-se a privação ocupacional como “um estado de impedimento prolongado de envolvimento em ocupações de necessidade e/ou significado devido a fatores que se destacam fora do controle do indivíduo” (WHITEFORD, 2003, p. 222 *apud*. TOWNSEND, WILCOCK, 2004, p. 81, tradução nossa). Apresenta-se como exemplos de privação ocupacional o isolamento geográfico, subemprego, desemprego, superemprego, encarceramento, estereótipos de gênero e refúgio por deficiência (op. cit.). Sobre a marginalização ocupacional, discorre-se:

Os defensores da justiça social tem lutado pelo direito ao voto universal, um direito que permite que as pessoas exerçam seu macro poder de decisão para determinar uma liderança política e exercer sua cidadania. De uma perspectiva ocupacional, a marginalização pode ocorrer mesmo que o indivíduo tenha o direito da macro decisão do voto. A marginalização ocupacional diz da necessidade dos seres humanos de exercerem micro escolhas cotidianas e do poder de decisão à medida que participa das ocupações (TOWNSEND; WILCOCK, 2004, p. 81, tradução nossa).

O último caso de injustiça ocupacional é o desequilíbrio ocupacional, que é utilizado como forma de identificação de populações em que o trabalho e benefícios da produção econômica não são compartilhados. O fundamento de justiça social é o direito de privilégios e remuneração no trabalho igualitário (op. cit.). É possível perceber que todos estes casos de injustiças ocupacionais são inter-relacionados e, até mesmo, semelhantes, remetendo sempre a situações em que o direito da participação ocupacional está prejudicado.

O quarto processo da estrutura de participação no marco da justiça ocupacional visa negociar os objetivos e desenhar o programa e a avaliação. É possível chamar atenção para os problemas de justiça ocupacional quando a ideia é baseada na ação, envolvendo os indivíduos como atuantes em várias ocupações. (TOWNSEND; WILCOCK, 2006, tradução nossa).

O processo de número cinco tem como objetivo avaliar as forças específicas do cliente, seus recursos e desafios, ou seja, nesta etapa busca-se a avaliação das potencialidades do indivíduo em seu contexto, que possam ser utilizadas; e o sexto e último processo deseja planejar, implementar e avaliar os serviços específicos do cliente, ou seja, as maneiras possíveis para se chegar aos objetivos traçados (op. cit.).

Por fim, destacam-se três aspectos importantes do marco de justiça ocupacional participativa: “a participação dos clientes através da tomada de decisões; possibilitar a ação e a experiência utilizando ocupações como meio de empoderamento do cliente e avaliação contínua do progresso dos clientes para uma maior justiça ocupacional” (op. cit., p. 122).

À guisa de concluir, cita-se Townsend; Marval (2013, p. 234), ao apresentar seis populações nas quais resumem-se questões e respostas com referência na injustiça ocupacional: pessoas com deficiência; pessoas em situação de pobreza; refugiados, pessoas em zonas de desastres e guerras; idosos; pessoas que diferem das “normas” sociais de classe, gênero, raça, religião, ou orientação sexual; e presidiários e pessoas em liberdade condicional. Assim, no contexto deste estudo, apresentam-se como práticas de justiça ocupacional para presidiários e pessoas em liberdade condicional:

Injustiça ocupacional persiste para os presidiários, que estão isolados e carentes das ocupações que necessitam para manter sua saúde física, mental e espiritual, ou que

não têm serviços de apoio à liberdade condicional para a reintegração na comunidade. Práticas de justiça ocupacional podem projetar e coordenar a defesa do acesso de presidiários às ocupações, como a automanutenção que os prepararia para a vida em comunidade; e programas baseados no trabalho e na vida em comunidade podem colaborar com os serviços de reinserção social para apoiar a vida comunitária sustentável. “O estresse pode ser aliviado, e ao mesmo tempo o desenvolvimento de habilidades pode ser incentivado, através apenas de mudanças sutis no ambiente prisional. Uma forma seria dar maior responsabilidade aos detentos pela sua automanutenção.” (MOLINEUX; WHITEFORD, 1999, p. 129, MOLINEUX; WHITEFORD, 1999, MUÑOZ et al., 2011, WHITEFORD, 1997 *apud*. TOWNSEND, MARVAL, 2013, p. 236).

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Compreender como ocorrem o direito e o engajamento a/em ocupações entre mulheres privadas de liberdade na Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão.

3.2 Objetivos Específicos

Conhecer a história de vida e o histórico ocupacional das mulheres privadas de liberdade do Júlia Maranhão antes da reclusão.

Compreender como se dá a realização das ocupações dentro da Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão.

4 METODOLOGIA

4.1 Abordagem Metodológica

Esta é uma pesquisa de natureza exploratória ex-post-facto, cuja abordagem metodológica caracteriza-se como qualitativa. De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como finalidade a aproximação com o problema levantado, visando explicitá-lo ou construir hipóteses sobre ele: “Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 2008, p. 27). Quanto a seu delineamento ex-post-facto, o mesmo autor traz sua definição como “uma investigação sistemática e empírica na qual o pesquisador não tem controle direto sobre as variáveis independentes, porque já ocorreram suas manifestações ou porque são intrinsecamente não manipuláveis” (GIL, 2008, p. 54). É possível classificar o presente estudo com o referido delineamento, uma vez que “a pesquisa ex-post-facto analisa situações que se desenvolveram naturalmente após algum acontecimento” (PRADANOV; FREITAS, 2013). Neste caso, o acontecimento precedente à pesquisa refere-se à reclusão das mulheres privadas de liberdade da Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão.

A abordagem qualitativa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. Para esta não se fazem necessários métodos ou técnicas estatísticas e o *setting* é a fonte de dados direta, tendo o pesquisador papel de “instrumento-chave” neste processo (PRADANOV; FREITAS, 2013, p. 70). Este método leva em consideração a realidade em que o indivíduo está inserido, trabalhando num universo de significados, de representações pessoais, história de vida, atitudes, crenças, valores e opiniões, aprofundando-se nas relações, nos processos e acontecimentos que não podem ser restringidos à “operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2010). Desta maneira, com sua ampla abordagem do indivíduo em seu ambiente, suas relações e vivências, avalia-se como abordagem mais adequada à presente pesquisa, uma vez que, com o estudo do de como ocorrem as ocupações entre as mulheres privadas de liberdade, objetiva-se o conhecimento da história e do contexto que envolvem esta situação.

No presente trabalho, optou-se por relatar o percurso metodológico, desde os primeiros contatos até a realização das entrevistas, de forma conectada às experiências vivenciadas pela pesquisadora, a partir dos acontecimentos registrados em seu diário de

campo, apoiando-se na crença de que as ricas vivências ocorridas devem ser explicitadas e que elas podem, ainda, elucidar aspectos importantes do campo estudado.

4.2 Instrumentos de Pesquisa

Ao planejar a pesquisa, com o objetivo de conhecimento e aprofundamento no campo, foi pensada como instrumento de coleta de dados a observação participante, que, de acordo com Denzin (1989, p. 157-158) *apud*. Flick (2009 p. 207), “é uma estratégia de campo que combina, simultaneamente, a análise de documentos, a entrevista de respondentes e informantes, a participação e a observação diretas e introspecção”. Este tipo de método permite que o pesquisador observe o sujeito de estudo a partir da ótica de membro daquele contexto (FLICK, 2009), trazendo percepções e vivências da realidade a ser estudada, aproximando-se, o quanto possível, do sujeito e de seu contexto. Porém, devido às dificuldades de convivência com os sujeitos da pesquisa, a observação participante, como planejada, não pôde acontecer de forma efetiva, uma vez que, mesmo com algumas oportunidades pontuais, o contato com as mulheres que participaram, basicamente, limitou-se à entrevista.

Além da observação participante, que perpassou todo o processo da pesquisa, a entrevista semiestruturada (Apêndice B) foi um procedimento adotado para coletar dados referentes ao engajamento em ocupações das mulheres privadas de liberdade selecionadas. Cruz Neto (2002) refere-se à entrevista como:

Procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores principais. Ela não significa uma conversa despretensiosa ou neutra, uma vez que se insere como meio de coleta de fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada (CRUZ NETO, 2002, p. 57).

O mesmo autor define entrevista semiestruturada como uma articulação entre entrevista aberta, onde o participante da pesquisa aborda a temática proposta de forma livre, e entrevista estruturada, que envolve a formulação prévia das perguntas. Compreende-se este instrumento como mais adequado à pesquisa, uma vez que possibilita uma investigação aprofundada sobre o tema proposto, permitindo uma interação importante entre pesquisador, participante e sua história, de modo a contribuir de forma singular na construção da pesquisa.

No processo realizado para chegar ao N da pesquisa, foi utilizada, também, como forma de coleta de dados a pesquisa documental que, de acordo com Gil (2008), refere-se a dados com obtenção indireta, através de documentos como livros, jornais, papéis oficiais,

registros estatísticos etc. Desta forma, na presente pesquisa, utilizaram-se os registros institucionais escritos (op. cit.) – prontuários das mulheres privadas de liberdade.

De modo a registrar as percepções, informações, questionamentos e aspectos observados e pertinentes à pesquisa, não contemplados pela entrevista, foi utilizado o diário de campo, que “é pessoal e intransferível. Sobre ele o pesquisador se debruça no intuito de construir detalhes que no seu somatório vai congrega os diferentes momentos da pesquisa” (MINAYO, 2002, p. 63).

Para a realização deste estudo, foram observados os pressupostos da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) – Ministério da Saúde (MS), no art. II, dos aspectos éticos, que trata do envolvimento com seres humanos em pesquisa (BRASIL, 1996). Por esta razão, o projeto contém um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) no qual as participantes da pesquisa se declararam cientes dos aspectos concernentes ao anonimato e sigilo, à privacidade e confiabilidade das informações fornecidas, bem como do direito de recusar-se a participar da pesquisa em qualquer momento. Além disto, os dados provenientes da gravação das entrevistas ficarão guardados no Departamento de Terapia Ocupacional do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba por 5 anos e, após esse período, serão descartados, de acordo com a Resolução número 466 de 12 de novembro de 2012.

4.3 O campo: além das grades

Realizar uma pesquisa no sistema penitenciário não é tarefa fácil, não só pelo estigma depositado em tal ambiente, mas também pela burocracia que se faz necessária para a autorização da mesma, possibilitando (ou não) seu desenvolvimento. Sabendo disto, em conjunto com a produção do pré-projeto que baseou esta pesquisa, comecei os trâmites relacionados à sua autorização, no início do mês de junho de 2014, quando compareci à Gerência do Sistema Penitenciário do estado da Paraíba buscando o consentimento do setor responsável para o desenvolvimento do meu projeto. Passou-se, então, quase um mês de idas e mais idas à gerência, ligações e contatos, até que no dia 27/06/2014 recebi o documento que me permitiria frequentar a Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão e realizar a pesquisa que tanto desejava.

Após a autorização, também, do Comitê de ética, contatei a administração da penitenciária, e no dia 15/07/2014 fiz a primeira visita ao meu campo de pesquisa. Embora a burocracia inicial tenha sido longa, a administração da instituição me recebeu muito bem,

proporcionando-me espaço para a pesquisa sem muitas dificuldades. Ao chegar ao Complexo Penitenciário de Mangabeira, onde se situa a Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Julião Maranhão, além da Penitenciária Desembargador Sílvio Porto e a Penitenciária de Segurança Média Juiz Hitler Cantálice, desfiz meu primeiro pensamento do ambiente que estava prestes a conhecer; não eram muros altíssimos, com cerca elétrica e policiais armados que me esperavam, mas sim um enorme pátio que dava acesso às três penitenciárias e uma entrada livre, que me fez caminhar por cerca de 5 minutos até chegar ao Julia Maranhão. Neste percurso passei em frente à Penitenciária de Segurança Média Juiz Hitler Cantálice, onde havia alguns homens capinando por ali e outros exercendo funções que não pude identificar. Ao chegar à Penitenciária Feminina, um portão de chapa fechado à minha frente, com apenas um espaço que permitia a visão de quem estava do lado de dentro para o ambiente externo. Bati, um olhar de observação surgiu no portão, apresentei-me e fui direcionada ao Diretor Adjunto, que já tinha conhecimento da minha ida.

No hall de entrada, alguns agentes penitenciários conversavam, outros passavam, algumas mulheres privadas de liberdades encontravam-se, também, no local, sentadas no batente à espera de atendimento. À minha direita havia uma espécie de recepção e um corredor onde se localizam as salas das profissionais de psicologia e serviço social, além da cozinha onde são preparadas as refeições dos funcionários. À minha esquerda, as salas administrativas. Um pouco mais à frente, a Unidade de Programa de Saúde da Penitenciária (UPSP), que conta com médica, enfermeira e odontólogo; um ambiente evidentemente melhor estruturado que todo o restante do local, com equipamentos, aparentemente, novos e funcionais para o trabalho.

Após explicar o conteúdo e a metodologia da pesquisa, Ítalo me conduziu aos demais ambientes do Julia Maranhão. Alguns passos da UPSP e dois outros portões, que permanecem abertos; avista-se, então, um grande pátio sem cobertura e com o chão de areia, onde acontecem as visitas, guaritas sem guardas e quatro pavilhões: do lado direito, dois: o do *convívio*, para o qual as mulheres são encaminhadas quando entram na penitenciária, comporta tanto mulheres privadas de liberdade no regime fechado quanto semiaberto; além disto, a cela destinada às mulheres grávidas ou com seus filhos se situa neste ambiente, porém com entrada diferenciada; e o *pavilhão da cozinha e da escola*, onde permanecem apenas as mulheres que exercem algum trabalho na cozinha, na escola ou em outros ambientes fora do pavilhão. Do lado esquerdo, mais dois: o *pavilhão da fábrica*, onde, além da fábrica de costura, encontramos o ateliê de bonecas, e as mulheres que ali trabalham; há, ainda, a “cela do castigo” e as celas para visita íntima; e, por fim, o *pavilhão do semiaberto*, que embora

seja destinado a este regime, não comporta todas as mulheres nesta condição, uma vez que no pavilhão do convívio existem algumas celas com mulheres do regime semiaberto.

Ainda na intenção de me inserir no campo e conhecê-lo, no dia 21/07/2014 realizei a segunda visita, que objetivou um contato inicial com as mulheres privadas de liberdade. Neste dia, tive a oportunidade de conhecer o pavilhão do convívio, pois haveria uma vistoria de manutenção e pude “aproveitar a ocasião”, já que a liberação para este tipo de contato exige grande organização, por parte da instituição, dificultando, ao longo da pesquisa, minha presença neste ambiente.

Praticamente todos os dias, das 9h às 11h, este pavilhão tem os portões de suas celas abertos, possibilitando a circulação das mulheres privadas de liberdades por ele e entre as celas. É neste momento em que a relação com mulheres de outras celas acontece, onde elas realizam suas vendas, prestam serviços, conversam e são um pouco mais livres, ainda nos muros que as prendem. E foi neste exato momento em que descemos para o pavilhão, sendo, portanto, necessário que elas voltassem para suas celas antes do previsto e que aquele tempo de pequena liberdade fosse interrompido. Um sinal bastante alto e incômodo, como um toque de recolher, ecoou pelo pavilhão, o que fez com que houvesse uma grande correria na volta das mulheres privadas de liberdades às suas celas, que foram trancadas em seguida.

Somente depois de todo este procedimento de “segurança” fomos autorizados a entrar. Posso ainda me lembrar da sensação daquele momento, no portão de entrada meu coração já batia mais forte, eu esperava muito por esta vivência e não sabia o que me esperava ao atravessar aquela passagem. Paredes acinzentadas, ambiente escuro, um corredor de cerca de 2 metros de largura, com celas dos dois lados, e por entre as grades rostos curiosos me observavam. Acompanhada pela estagiária de Serviço Social, eu caminhava pelo corredor cumprimentando as mulheres que ali se encontravam, algumas correspondiam, outras questionavam a visita, e outras simplesmente me ignoravam. Celas com capacidade para 8 ou 9 mulheres comportando 19,20; a organização por parte delas, de acordo com as falas das entrevistadas, com relação ao espaço respeita a “hierarquia” dentro da cela: mais velhas ficam nas camas, e mais novas (com relação ao tempo na penitenciária) no colchão. Posso dizer que as celas são realmente pequenas e que é necessário uma grande “logística” e senso de coletividade para manter uma dinâmica equilibrada entre 19 mulheres em um espaço tão pequeno e sem privacidade.

Pude desenvolver conversas com mulheres privadas de liberdades de algumas celas; muito curiosas, desejavam saber o motivo de minha visita, associando-me a algum tipo de processo ou de atendimento. Ao explicar o objetivo da minha presença e de minha pesquisa,

algumas comentavam “isso não tem futuro!”, “você deveria ser advogada, promotora ou juíza”, enquanto outras demonstravam entender um pouco do foco da pesquisa, dizendo: “não temos nada pra fazer”, “a gente só come e dorme, não tem nada pra fazer, é o dia inteiro trancada aqui dentro”, entre outros muitos relatos sobre a administração, a estrutura e sentimentos ligados ao encarceramento. Algumas se queixaram da estrutura física do local e da reduzida oferta de atividades de trabalho e educacionais, bem como de atendimentos judiciais e de saúde, demonstrando a existência de um “favoritismo” no acesso aos serviços oferecidos pela penitenciária.

Foram cerca de dez minutos dentro do pavilhão. Dez minutos que muito ricos, que puderam me aproximar um pouco mais da realidade, quebrando preconceitos; e evidenciando que o desejo de conviver naquele ambiente durante a pesquisa, estar com as mulheres privadas de liberdade, conversar com elas, conhecer seu cotidiano seria muito mais difícil que imaginava, não por elas, mas por todo o recurso humano deslocado pela instituição para tal acontecimento, principalmente quando falamos da passagem pelo pavilhão de convivência.

Os dez minutos foram interrompidos com o término da vistoria; precisávamos sair de lá, pois o “procedimento de segurança” seria desmontado. Segui com a estagiária que me acompanhava para a cela onde se encontram as mulheres grávidas ou que ainda estão na companhia de seus filhos. O local, fisicamente, apresenta uma diferença muito grande daquele em que outrora me encontrava; é muito mais amplo e a quantidade de mulheres em relação ao espaço não é exorbitante como nas outras celas. As mães podem ficar com seus filhos até os 6 meses de vida, sendo necessário, após esse período, que ele seja encaminhado para a família; caso esse encaminhamento não seja possível, o Juizado de Menores fica responsável pela guarda da criança. Algumas mulheres privadas de liberdade com quem pude conversar demonstraram grande tristeza e medo neste momento, ao mesmo tempo em que se sentem gratificadas por estar em um ambiente diferenciado e no qual podem cuidar de seus filhos. A possibilidade de não ter mais notícias, ou de perder o direito de cuidar de sua criança, causa uma dor que é perceptível tanto nas falas, como no olhar.

Finalizando o período de inserção e conhecimento do campo, realizei, no dia 30/07/2014, uma visita à fábrica de costura “Ágape Confecções”, que agora, enquanto escrevo este texto, já não existe mais dentro da Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão. De acordo com informações da administração, a desativação da fábrica se deu pela diminuição da demanda de produção, resultando no desligamento da empresa responsável, que optou por manter apenas sua filial externa ao presídio. Quando a visita aconteceu, oito mulheres trabalhavam lá, porém, de acordo com relatos das que ali se faziam presentes, houve

época em que a demanda de produção era tão grande que trabalhavam mais de 20 mulheres e que, por muitas vezes, elas exerciam suas funções aos finais de semana para finalizar a demanda produtiva.

O período de trabalho na confecção era de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, com pausa para o almoço. Elas recebem um salário, que é depositado em conta bancária, além da remissão da pena, em que a cada três dias trabalhados, há a remissão de um dia. Ao serem questionadas sobre a importância daquele trabalho, comentários relacionadas ao valor do trabalho como forma de tempo produtivo e auxílio à família se evidenciaram: *“É muito bom. Quando a gente tá aqui, o tempo passa que a gente nem vê”*. *“Quando eu tô na cela fico doidinha querendo trabalhar”*. *“Ajuda muito, podemos ajudar nossa família”*. *“Ah... Eu sinto que tô fazendo alguma coisa, sendo útil, e não só ficando o dia todo na cela. O tempo passa mais rápido aqui dentro”*.

4.4 Sujeito da pesquisa: a busca para além dos números

Ao planejar a pesquisa, estimava-se que a amostra fosse de 50 indivíduos, visto que esse número corresponde a 50% das mulheres privadas de liberdade em regime fechado no sistema penitenciário paraibano no ano de 2012, de acordo com o InfoPen (2012). Porém, a falta de informações suficientes para determinar o N da pesquisa fez com que a escolha das mulheres a colaborarem acontecesse após a entrada no campo. Eram previstas cerca de 6 mulheres privadas de liberdade para a participação na entrevista. Mas, ainda assim, este delineamento deveria respeitar alguns critérios: mulheres entre 18 e 29 anos, que estivessem cumprindo pena de, no mínimo, um ano e que já tivessem cumprido ao menos metade desse período, em regime fechado na Penitenciária, e que não possuam nenhuma disfunção física ou mental passível de comprometer suas atividades cotidianas. A escolha da sentença mínima de um ano se deu pela suposição de que este seria um tempo hábil para que elas pudessem ser inseridas nos programas da instituição.

A ideia inicial era que, norteadas pelos critérios de inclusão, fossem selecionadas 6 mulheres para as entrevistas, a partir de seu interesse em participar e dos vínculos formados entre mim e elas. Porém, ao longo do período de inserção no campo, pude perceber que tal escolha não poderia acontecer a partir de nossa convivência, ou baseado, somente, no diário de campo; isso porque foram poucas as oportunidades que tive de estar com elas e de, a partir desta relação, convidá-las a colaborar. Sendo assim, a melhor forma de chegar ao N da pesquisa, sem maiores interferências da instituição – que tinha sugerido selecionar as

entrevistadas –, foi consultar os arquivos com os dados das mulheres privadas de liberdade. Para tanto, no dia 01/08/2014, mergulhei em centenas de anotações, dados e informações contidas nos prontuários arquivados na Penitenciária de Recuperação Feminina Maria Júlia Maranhão.

4.4.1 Análise dos prontuários

Um armário arquivo guarda os prontuários; em cada gaveta, uma etiqueta do regime de cumprimento da pena: Semiaberto, Aberto, Fechado e Provisório. Como o critério de inclusão da pesquisa determinava que as entrevistadas deveriam estar em regime fechado, portanto, sentenciadas, destinei-me diretamente às gavetas que continham esses processos. Iniciei a análise pela data de nascimento; quando esta se inseria no recorte estabelecido (18 – 29 anos), analisava o prontuário e anotava os dados pertinentes à pesquisa; caso contrário, descartava o arquivo.

Após cerca de seis ou sete gavetas analisadas, cheguei a um total de 43 mulheres que estavam na faixa etária pré-determinada e cumprindo regime fechado. Explorando, portanto, as informações dessas 43 mulheres privadas de liberdade, este número foi reduzido a 10, ao enquadrar-se as mulheres nos critérios de pena mínima de um ano e cumprimento de, pelo menos, metade de sua sentença.

Porém, no desejo de estudar de forma mais aprofundada o universo da penitenciária e considerando que o foco principal do presente trabalho é o exercício e/ou a oportunidade de/a ocupações, eu e minha orientadora revimos os critérios de inclusão e consideramos importante inserir mulheres que exerciam, na contemporaneidade da pesquisa, algum tipo de trabalho naquele ambiente, mesmo que não se encaixassem no corte relacionado ao tempo de prisão. Deste modo, as três mulheres que apresentavam registro de trabalho em seus prontuários seriam convidadas para entrevista, e, das 10 mulheres que resultaram do processo de redução do corte, foram escolhidas mais três que estavam na penitenciária há um período aproximado ao daquelas que trabalham, resultando em seis, neste primeiro momento.

4.4.2 Quem são estas mulheres?

A fim de registrar, de forma sintetizada, algumas informações que permitem o conhecimento de “quem são estas mulheres?”, optou-se por utilizar uma tabela simplificada, que segue:

Nome Fictício	Idade	Estado civil	Filhos (idade)	Escolaridade	Trabalho antes da reclusão	Trabalho após a reclusão
Saíra	26	Casada	2 (8 e 3 anos)	8ª série do ens. fundamental (complementando na penitenciária)	Dona de casa	Confecção de redes de pesca
Neinei	28	Solteira	1 (9 anos)	1ª série ano do ens. médio	Vendedora e manicure	Manicure
Agaponis	21	Solteira	Não	8ª série do ens. fundamental (complementando na penitenciária)	Traficante	Serviços gerais, ateliê de bonecas e fábrica de costura.
Jandaia	20	Solteira	1 (4 anos)	Não informado	Auxiliar de cozinha	Auxiliar de cozinha.
Beija-flor	32	União estável	4 (10, 9, 7 e 5 anos)	6ª série do ens. fundamental	Traficante	Cabeleireira e body piercing.
Anu	28	União estável	Não	Ens. Médio completo	Desempregada/ Trabalhos informais	Serviços gerais.
Anacã	32	Solteira	3 (14, 6 e 9 anos)	5ª série do ens. fundamental	Empregada doméstica	Fábrica de costura
Ananai	21	Solteira	3 (8, 4 e 2 anos)	Não informado	Desempregada/ Trabalhos informais	Ateliê de bonecas

Tabela 1 – Caracterização dos sujeitos da pesquisa

4.5 Entrevistas

As seis mulheres foram entrevistadas nos dias 08 e 13 de agosto de 2014, sendo três em cada dia. Acomodávamos na sala da Assistente Social, onde havia uma mesa e algumas cadeiras; escolhi não deixar a mesa entre mim e a entrevistada, colocando nossas cadeiras frente a frente, no intuito de minimizar a distância estabelecida pela situação de privação de liberdade que elas passam.

As falas, sentimentos, informações e desenvolvimento decorrentes das entrevistas serão discutidos mais à frente neste trabalho, mas acredito que cabe aqui uma descrição geral do que foram as entrevistas. Minha experiência tanto na elaboração, quanto na aplicação de entrevistas era muito pouca, e limitava-se aos trabalhos solicitados pelos docentes durante o curso; por isso, este momento foi permeado de certa apreensão, não só relacionada ao momento da entrevista em si, em que se faz necessária desenvoltura, criação de vínculo e apropriação do tema, mas também na criação de um roteiro que consiga abordar aquilo que se pretende saber. Esse sentimento esteve comigo por um tempo, principalmente, nas primeiras entrevistas, porém, ao longo da pesquisa, fui me apropriando de mim mesma, entendendo minhas dificuldades e aptidões, podendo, assim, seguir com mais simplicidade e leveza em minhas conversas com as mulheres do Júlia Maranhão.

Após este período de entrevistas, pude perceber que as mulheres que continham em seu prontuário o registro de trabalho, na verdade, em sua maioria, já não exerciam mais nenhuma atividade, o que fez com que decidíssemos pela realização de mais duas entrevistas com mulheres que exercessem esse tipo de atividade, sem levar em consideração o corte da pesquisa, mas buscando vivências diferenciadas dentro da Penitenciária. Sendo assim, no dia 26 de setembro de 2014, entrevistei mais duas mulheres, finalizando o período de coleta de dados por entrevistas.

Vale ressaltar que, neste mesmo dia, tive o privilégio de conhecer o Projeto Castelo de Bonecas, que se trata de um (belíssimo) Ateliê de Bonecas de pano, e produtos afins, que existe dentro da penitenciária. O projeto nasceu da aptidão de uma mulher privada de liberdade que recebeu a oportunidade de colocar em prática seu conhecimento dentro da penitenciária, além de poder passar adiante seu dom, ensinando outras mulheres privadas de liberdade. Assim, com o passar do tempo, a produção foi crescendo, as mulheres ganhando espaço e, hoje, há o ateliê destinado somente a isso, que é sustentado apenas pelo dinheiro arrecadado com as vendas.

4.6 Transcrições

As entrevistas foram gravadas, utilizando-se um gravador digital de voz, e transcritas em sua totalidade. O momento de passar para palavras escritas tudo aquilo que fora dito foi longo e trabalhoso, e me fez perceber que sozinha não daria conta de tal “façanha”; sendo assim, a partir deste momento, tive como colaboradora Raquel Fernandes (amiga e discente do curso de Terapia Ocupacional). Desta forma, no período de 10 de setembro de 2014 até 10 de outubro do mesmo ano as atividades foram focadas nas transcrições das 8 entrevistas.

Devido ao ambiente movimentado, alguns dos áudios apresentaram bastante ruído, sendo necessária uma edição prévia; para tanto, foi utilizado o software “Audacity” para diminuição dos ruídos e aumento das falas. Utilizamos o “Transcriber”, uma ferramenta para a transcrição e anotação de sinais de voz para pesquisa linguística que permite que, no mesmo programa, o áudio seja ouvido e o texto digitado, facilitando o processo e dividindo as gravações em falas. Além do transcriber, utilizamos a ferramenta de texto e o Reprodutor de mídia da Microsoft, respectivamente, Word e Windows Media Player.

Após a conclusão das transcrições, os textos foram revisados e, ao mesmo tempo, foi realizada a leitura flutuante (MINAYO, 2002, p. 74) do conteúdo das entrevistas, focando os objetivos e questionamentos da pesquisa, de modo a definir categorias e trechos significativos.

4.7 Análise de dados

O conteúdo obtido através da transcrição das entrevistas foi analisado de acordo com a técnica de análise de conteúdo, que, de acordo com Minayo (2002, p. 74), tem como objetivo verificar hipóteses e/ou questões e descobrir o que há para além dos conteúdos apresentados. Esta acontece em três fases, onde a primeira – *pré-análise* – envolve uma leitura flutuante e organização do material, focando os objetivos e questionamentos da pesquisa, de modo a definir categorias, trechos significativos e unidades de registro e de contexto. A segunda consiste na *exploração do material*, sistematizando-o de acordo com o que foi definido na pré-análise, e a terceira abrange *o tratamento e a interpretação dos dados* obtidos, de forma a “tentar desvendar o conteúdo subjacente ao que está sendo manifesto”. Neste sentido, a interpretação dos dados obtidos será confrontada com a literatura pertinente ao tema, de modo a embasar a discussão proposta.

A partir da leitura flutuante das entrevistas, trechos significativos foram destacados e organizados de acordo com três categorias: antes da reclusão, depois da reclusão e desejos e perspectivas das entrevistadas. Após esta divisão, as entrevistas foram revisadas e, de acordo com cada categoria, as falas foram analisadas e discutidas sob o viés da justiça ocupacional, sobre o cotidiano dessas mulheres dentro e fora da penitenciária, os significados atribuídos por elas às suas ocupações e à condição de privação de liberdade, bem como os desejos e necessidades relacionados às suas ocupações.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de sistematizar a discussão de forma que os diferentes assuntos suscitados pelas entrevistas sejam contemplados, a argumentação passará por três fases: a) aspectos relacionados à história de vida e ao histórico ocupacional das mulheres privadas de liberdade antes da reclusão; b) histórico ocupacional e mudanças de vida após a reclusão; e c) desejos e perspectivas das mulheres privadas de liberdades entrevistadas. Vale ressaltar que a fim de preservar o anonimato das mulheres, escolheu-se utilizar nomes de pássaros, uma vez que, na perspectiva da pesquisadora, estes simbolizam a liberdade, que costuma ser o grande sonho de quem se encontra recluso.

A base de tal discussão será a justiça ocupacional, na qual o ser humano é considerado um ser ocupacional, e, portanto, o direito ao engajamento em ocupações que lhes são significativas lhe deve ser garantido, além da influência direta que o fazer cotidiano tem sobre a saúde e vice versa. (WILCOCK; TOWNSEND, 2011; TOWNSEND; MARVAL, 2013).

5.1 Aspectos relacionados à história de vida e ao histórico ocupacional das mulheres privadas de liberdade antes da reclusão

Entender a vida atrás das grades pressupõe a compreensão de fatores precedentes e relacionais a esta condição; deste modo, ao buscar conhecer a história de vida das mulheres entrevistadas, questões referentes à entrada no crime, às relações familiares e amorosas e à participação nas atividades cotidianas surgiram como determinantes no discurso das mulheres privadas de liberdades, fomentando a discussão sobre os elementos que antecedem não só a reclusão, mas também a entrada no tráfico de entorpecentes, uma vez que todas as entrevistadas estão reclusas de sua liberdade pelo envolvimento com o tráfico, o que corrobora com os dados fornecidos pelo Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (2012), no qual, do total de 574 mulheres custodiadas no sistema penitenciário no estado da Paraíba no ano de 2012, 307 respondem ao Art. 12 da lei 6.368/76 – Tráfico de entorpecentes.

5.1.1 *Do outro lado dos muros: todo mundo tem uma história*

A discussão é iniciada pelo fator determinante bastante presente nas falas daquelas mulheres: o companheiro. Ainda que minimizar a vida criminosa da mulher às sombras de seu companheiro seja minimizar sua capacidade estratégica e de autonomia, a influência do companheiro conjugal na entrada no crime foi um dado consistente na pesquisa com as

mulheres privadas de liberdade da Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão. Ribeiro de Oliveira (2014), em sua pesquisa “Crime é coisa de mulher: identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens”, discorre exatamente sobre esta capacidade estratégica para as práticas ilícitas entre mulheres praticantes de crime, e afirma que “as mulheres pesquisadas se colocam em discursos enaltecadores de suas habilidades ilícitas, apresentando-se como mulheres espertas e competentes em suas práticas criminosas”. (op. cit., p. 162).

“Conheci um companheiro e através dessa pessoa foi onde eu me envolvi no tráfico” (Anacã, 32 anos).

“... fui morar com um rapaz errado que mexia com droga. Comecei a vender droga também, aí uma pessoa comprou droga a mim, me roubou mil e quinhentos reais. Eu pedi pra ele me pagar, aí ele tava me enrolando, me enrolando, eu fui e tomei uma atitude, resolvi matar” (Jandaia, 20 anos).

Neste contexto, o envolvimento amoroso é usado, em diversas situações, como estratégia pelos traficantes, seja pela submissão à qual a mulher se sujeita, por questões socioeconômicas ou de *status*, mas, geralmente, como no caso desta pesquisa, elas são usadas pela baixa visibilidade e, por consequência, pelo pouco perigo que oferecem para os negócios, de forma que passam a ocupar cargos como “vapor” ou “mula”, ou seja, são responsáveis pela venda e transporte de drogas.

Destaca-se, aqui, a fala de *Jandaia*, que inicia se colocando num papel de vítima: “fui morar com um rapaz errado”, sendo, então vítima do destino que lhe fez amar “um rapaz errado que mexia com droga”; começou a vender droga também e foi vítima novamente, agora por um cliente, que lhe roubara. Cansada desta vitimização, empoderou-se e “tomei uma atitude, resolvi matar”. Desta forma, é possível perceber, neste discurso, que há uma oscilação entre as casualidades [o companheiro] da vida que lhe fizeram entrar no tráfico, e a escolha de matar uma pessoa.

Ao discutir o ser feminina entre suas interlocutoras, Ribeiro de Oliveira (op. cit.), relata que, para elas, isto inclui tanto posições de liderança, como, em momentos criados a partir de seus próprios interesses e valores, a representação de comportamentos considerados mais tradicionais à mulher. Estas alternâncias, segundo a autora, geralmente estão relacionadas aos ganhos que elas sabem que podem ter com a escolha de determinados papéis, como a minimização da pena ou do julgamento moral, já que, como *Jandaia*, ao “entrar no crime por causa do companheiro”, a responsabilidade da decisão acaba sendo justificada e transferida.

A pesquisa “Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas” (BARCINSKI, 2009), que teve como objetivo discutir as especificidades dos crimes cometidos por mulheres, em particular a participação feminina na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, compartilha de resultados semelhantes, no qual, dentre outros fatores, o envolvimento amoroso com traficantes surgiu como motivador para a entrada no tráfico de drogas entre as participantes da pesquisa.

Um estudo realizado com mulheres privadas de liberdades do Complexo Penitenciário do Estado de Alagoas, ao discutir os papéis das mulheres nas relações de afeto como impulsionador para práticas ilícitas, conclui que:

Os significados e sentidos que elas atribuem ao amor e ao papel que devem desempenhar no contexto das relações de afeto são construídos a partir de práticas interacionais ao longo de suas vidas, e levam-nas a vivenciar relacionamentos afetivos pautados pela cultura da submissão da mulher ao homem. Como suas práticas são referenciadas por essas representações, elas tendem a agir em nome desse afeto. Portanto, verificamos que há, de fato, estreita ligação entre o amor e as práticas femininas relacionadas às drogas (PIMENTEL, 2008, p.12).

Essa sujeição, na qual a mulher projeta sua identidade com base no outro com o qual se envolve afetivamente, torna até mesmo práticas ilícitas parte de seu cotidiano (PIMENTEL, 2005 *apud*. BERNARDI, 2013). Desta maneira, este envolvimento passa a ser, além de motivador, justificativa, como é possível observar na fala de uma das mulheres privadas de liberdades entrevistadas:

“É a primeira vez que eu caio no tráfico, mas, assim... não foi intenção minha, foi intenção do meu esposo (ar risonho). Acabei inocente, né, aqui dentro, por causa que me envolvi com a pessoa errada” (Agaponis, 21 anos).

Ainda que declare seu envolvimento no tráfico, Agaponis relata ser inocente, pois, segundo ela, a “intenção”, ou seja, o desejo não era dela, mas sim de seu esposo. A maneira como seus papéis nas relações familiares são compreendidos por si mesmas faz com que essas mulheres não se reconheçam como criminosas, como se, ao se envolverem com o tráfico pela relação com seus companheiros ou filhos, justificasse suas atividades ilícitas (BERNARDI, 2013).

É possível, ainda, no contexto das relações, perceber a influência que a vulnerabilidade familiar pode exercer no processo de “entrada no crime”. Ao discutir o contexto social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias, Feijó e Assis (2004) citam Werner, Block e Coutinho (1993), Oetting e Donnermeyer (1998) e Schenker e

Minayo (2003), conferindo à família uma importância fundamental, de forma a defini-la como instituição cujo papel na socialização primária é privilegiado. Sua função primordial é a garantia de comportamentos regularizados pelo afeto e pela cultura. (SCHENKER e MINAYO, 2003, *apud* FEIJÓ e ASSIS, 2004). Desta forma, pode-se atribuir a ela, entre outras instituições, o papel de cuidar e de ensinar, bem como a base do desenvolvimento de potencialidades. *Beija-flor*, de 32 anos, uma das entrevistadas nesta pesquisa, atribui à sua mãe a responsabilidade de seu ingresso na vida do crime:

“Nem todo mundo tem uma família estruturada. E eu acho que minha família é toda desestruturada... Eu acho que eu tô aqui mais por causa dela, de tanto pedir dinheiro. Porque tem mãe que manda o filho ir trabalhar. Ela mandava logo outra coisa... Ela manda o filho roubar, se prostituir, arrumar um ‘macho’ na rua... um véi pra ficar até morrer... e isso entra na mente, e a pessoa acaba fazendo as coisas erradas pra dar aquilo que a pessoa tá pedindo.”

Beija-flor relata que as palavras de sua mãe a incentivaram, de alguma forma, a encontrar uma maneira de lhe dar o que ela desejava, mesmo que isso significasse “fazer o errado”. A situação da relação familiar é um elemento chave no encaminhamento para a delinquência juvenil; assim, muitas são as situações que podem indicar vulnerabilidade no contexto familiar, podendo interferir diretamente na qualidade dessa relação – a exemplo, cita-se o desemprego, a violência doméstica, o alcoolismo, a ausência dos pais na rotina dos filhos, a dificuldade de comunicação, pressão para o trabalho infantil, entre outros (SUDBRACK, 1996 *apud*. CONSTANTINO, 2001, p. 92, 2001; FEIJÓ e ASSIS, 2004 p. 163; WERNER, 1990, WERNER et. al., 1993 *apud*. FEIJÓ e ASSIS, 2004, p 159).

Essa dinâmica traz à reflexão uma das possíveis raízes desta questão, no qual o Estado deixando de cumprir seu dever na garantia ao indivíduo educação, condições dignas de vida, saúde e justiça, acaba por excluir, assim, a cidadania que lhe é de direito (DOWDNEY, 2004 *apud*. FARIA e BARROS, 2011). Sendo assim, entende-se que é dever deste mesmo Estado elaborar estratégias e políticas que atendam a essas necessidades, de modo que não só os direitos constitucionais sejam garantidos, mas, como resultados deles, a igualdade de oportunidades, fazendo com que a injustiça ocupacional seja minimizada. Neste sentido, pode-se citar como práticas da justiça ocupacional a colaboração com representações locais e de governo a fim de proporcionar o desenvolvimento de capacidades das populações de diferentes faixas de idade, bem como “financiamento, políticas, iniciativas de desenvolvimento e educação infantil, uma identidade ocupacional positiva para as pessoas de baixa renda na educação, emprego, habitação, transporte etc”. (TOWSEND; MARVAL 2013, p. 235).

“[...] fui de dar trabalho não... mas, de vez em quando a gente faz umas besteiras. Eu traficava na rua, mas eu não precisava traficar. Minha mãe, assim, sempre trabalhou pra dar o que eu precisava. Sempre foi eu e ela só, só as duas mesmo; e não faltava pra nada, assim, o necessário que era pra sobreviver eu tinha. Eu comecei a traficar mais por causa de luxo, eu via muitas amigas minhas traficando e luxando, e eu sempre gostei disso; eu trafiquei mais por isso, assim, mais pra mim, pra mim me manter, pra comprar o que eu queria comprar e ela não poderia me dar.” (Anu, 28 anos).

O relato de Anu traz à discussão outro aspecto também relacionado à iniciação do envolvimento com o tráfico de drogas: o tráfico como fonte de renda e de *status* social. Ela comenta que as condições de vida que sua mãe lhe proporcionava eram suficientes para a manutenção de sua sobrevivência; porém, mesmo com a providência do “necessário”, como relata, o “luxo” não era incluso, sendo o tráfico, portanto, o caminho encontrado para conseguir o que sua mãe não podia lhe dar. Porém, ainda que esta tenha sido a direção seguida, ela afirma que fora uma escolha entre poucas possibilidades que lhe eram proporcionadas:

É meio complicado pra mim arrumar emprego, bico, assim, a gente arruma em todo canto, mas bico não é dinheiro, né?! Bico não é uma coisa certa, hoje você tem e amanhã você não tem. Mas, eu sempre tava a fim de trabalhar, no mínimo eu queria só uma carteira, precisava nem ser o salário, mas o problema é que eu não tava trabalhando e isso eu não conseguia arrumar.

Deste modo, é possível afirmar que outros processos acabam podem estar relacionados com a decisão de ter o tráfico como fonte de renda, como o desemprego estrutural, a exclusão econômica e a segregação cultural (FARIA; BARROS, 2011). A exclusão econômica, gerada pelo tipo de sistema econômico adotado pelo país, no caso do Brasil, o capitalismo, segundo Feijó e Assis (2004), pode ser a forma mais grave de colocar o indivíduo às margens, uma vez que acaba por gerar outras restrições. O desemprego estrutural pode ser uma das resultantes desse processo, em que, com as mudanças no mundo do trabalho, no qual, de um lado, a mão de obra tradicional diminui e, de outro, há a expansão do trabalho assalariado, é gerada uma precariedade neste contexto, pois as condições laborais passam a ser muito mais incertas, com regimes parciais, temporários, informais, terceirizados, desregulamentados, com baixa remuneração e poucas garantias (ANTUNES, 2005).

Além disso, Mângia (2003), ao escrever sobre alienação e trabalho, aprofunda-se na obra de Marx (1983, 1985, 1985b), que apresenta “um modelo de compreensão singular sobre a complexidade e contradições das relações sociais no modo de produção capitalista e suas formas de produção e reprodução” (MÂNGIA, 2003, p. 34), trazendo a controvérsia entre

qualificação e desqualificação gerada pela transformação no mundo do trabalho, no qual o trabalhador, ao mesmo tempo em que se torna mais qualificado por ser o supervisor da produção, se desqualifica, pois, devido à industrialização, ele passa a ser apenas coadjuvante no processo de trabalho, e a função, que outrora lhe pertencia, passa a ser designada às máquinas, exigindo-lhe uma nova formação para a inserção no mercado de trabalho (MÂNGIA, 2003; ANTUNES, 2005). Desta forma, esses indivíduos excluídos da roda viva do capital tem o acesso à globalização e aos meios de produção prejudicado, “mostrando-se pauperizados e desprotegidos frente ao argumento neoliberal de que sua exclusão se deve a sua despreparação para o mercado e de que é sua responsabilidade se tornar competente para as exigências desse mercado” (FARIA; BARROS, 2011, p. 539).

A inserção no trabalho é resultado de longo processo de formação individual de desenvolvimento de hábitos e habilidades para atender às responsabilidades desse papel ocupacional, compatíveis com as tarefas disponíveis no contexto de vida de cada um e influenciados pelo mercado de trabalho. As oportunidades educacionais e de treinamento profissional dependem da diversificada configuração socioeconômica e cultural de cada período e região. (NUNES, 2007).

O tráfico pode ser tomado, então, como uma atividade de trabalho com maiores oportunidades frente aos processos de exclusão social, econômica e cultural a que esses indivíduos são submetidos, pois aceita em sua estrutura organizativa certa diversidade, sendo, também, um meio de reverter o sistema. O que pode ser notado nas falas de *Ananai*, de 21 anos, nas quais ter o tráfico de entorpecentes como alternativa de trabalho e forma de sustento fora “uma escolha entre opções escassas”, como apresenta o título do artigo de Ana Amélia Faria e Vanessa Barros (2011):

Ela disse: “Não sei porque você entrou nessa vida”. Eu disse: “Pedia esmola, o povo dizia, perguntava, porque você não procura um emprego?” Eu olhava pra cara da pessoa e dizia: “Porque você não me dá um emprego? Se você me der eu começo a trabalhar hoje e deixo de pedir, me dê um emprego”. O pessoal ficava calado. [...] Que tá pedindo pra dar de comer aos seus filho e se aparecer um emprego, o que aparecer você faz, eu fazia qualquer faxina. [...]. Que quando eu vi a solução, eu não vi outra solução, não podia deixar meus filho passar fome, não podia pegar meus filho e “botar” no juizado de menor, jamais. (Ananai, 21 anos).

Porém, ainda que os dados caminhem para o pensamento estereotipado do crime pelo viés da pobreza, esta associação não é uma regra, nem tampouco pode explicar todas as variáveis criminológicas neste sentido, uma vez que entrar no crime pode ser, também, uma escolha, como pode ser observado na fala de Ribeiro de Oliveira:

As práticas ilícitas tem recebido um status de possibilidade, não só entre mulheres pobres reafirmando as velhas posições simplistas e explicações casuais entre pobreza e criminalidade, mas também são práticas que tem surgido no cotidiano de mulheres pertencentes a mulheres de camadas médias urbanas, e que veem nessas atividades uma forma mais rápida de ascensão social e/ou de complementação de renda já existente de forma lícita, quebrando padrões sociais estereotipados que ainda insistem em explicar o crime apenas pela via da pobreza (OLIVEIRA, 2012, p. 60).

Aprofundando-se, portanto, no pensamento do tráfico de entorpecentes como trabalho, é possível refletir à luz das questões trazidas por Howard Becker (2008) em seu livro “*Outsiders*”, ao tratar de carreiras desviantes. Muitas são as regras criadas e impostas pelos grupos sociais (sejam estas formais, como as leis, ou informais, como tradições acordadas), que buscam definir comportamentos, posturas e conceitos de “certo” e “errado”; e a infração destas regras resultará em desvio, tendo como consequência ao indivíduo que o comete a rotulação. Ele passa a ser visto como um *outsider*; sendo este termo definido na tradução do livro como “‘marginais e desviantes’, assinalando que ‘marginais’ significava, neste contexto, alguém que está do lado de fora, para além das margens de determinada fronteira ou limite social” (op. cit.).

Um ato é considerado desviante não por sua qualidade, mas sim pela reação dos outros indivíduos que compõem o grupo social no qual ele se desenvolve, portanto não é só porque uma pessoa infringiu uma regra que significa que as demais reagirão como se isso tivesse ocorrido. Além disso, o grau desta reação pode variar ao longo do tempo, no grupo social inserido, pode depender da pessoa que comete o ato desviante e de quem acaba prejudicado por ele. Deste modo, é possível concluir que “grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar estas regras a pessoas particulares e rotulá-las como *outsiders*.” (ibid., p. 22).

Ser apreendido e marcado como desviante pode ter grandes consequências no envolvimento social do indivíduo e na imagem que ele tem de si. Assim, “o tratamento dos desviantes lhes nega os meios comuns de levar adiante as rotinas da vida cotidiana acessíveis a maioria das pessoas” (ibid., p. 45), ou seja, este tratamento pode ser um impulsor para novos desvios, que, embora não sendo uma regra, desenvolve o que o autor denomina de carreira desviante.

Neste desenvolvimento, o primeiro passo para uma carreira desviante, trazido por Becker (op. cit.), é a execução de uma ação não apropriada, podendo ser essa ação intencional (motivada) ou não. Um dos pontos que possui mais influência para a construção de uma carreira desviante estável pode ser exatamente a experiência de ser apreendido e rotulado

publicamente como tal; o que depende muito mais da imposição de regras que do ato desviante em si. É possível afirmar que o segundo passo na construção desta carreira provém do fortalecimento de motivos e interesses desviantes, de modo que o desvio passa a ser um modo de viver e de organizar a própria identidade em torno deste tipo de comportamento; o que pode ser identificado como último estágio dentro desta carreira.

O último estágio dentro da carreira desviante é a participação em um grupo desviante organizado, a qual exerce forte impacto sobre a concepção que o desviante tem de si mesmo. Por terem o desvio em comum, os membros de grupos desviantes organizados desenvolvem um sentimento de pertença em relação àquele grupo; sentem que estão no mesmo “barco” e acreditam que devem enfrentar os mesmos problemas juntos, o que os leva a criar uma cultura própria baseada na perspectiva que têm do mundo, solidificando a identidade desviante de cada um. (BECKER, 2008 *apud*. GUIMARÃES, 2013).

Deste modo, é possível afirmar que o tráfico de entorpecentes como atividade laboral pode ser considerado como um “grupo ocupacional desviante”, ou seja, o grupo em que a pessoa faz carreira é um grupo desviante. Assim, remete-se às falas de Feffermann (2008), ao apresentar sua pesquisa etnográfica realizada durante cinco anos com jovens trabalhadores do tráfico de drogas. Ela afirma que o tráfico acontece numa lógica capitalista semelhantemente a outros tipos de trabalho, como as indústrias; fazendo com que se deva pensar, então, neste jovem como um jovem trabalhador; de modo que ele não entra no mundo do crime, mas sim no mundo do trabalho, mesmo que “fora da lei”. E, assim, como outras indústrias, em seu funcionamento capitalista, as condições laborais são semelhantes às já discutidas sobre as mudanças no mundo do trabalho e o desemprego estrutural.

“A noite me arrumava e ia pra esquina vender pedra...Era. O meu trabalho a noite. Eu vendia pedra.” (Beija-Flor, 32 anos).

“Era. Não trabalhava honestamente ne. Não trabalhava honestamente, vendia droga.” (Agaponis, 21 anos).

É possível dizer, então, que o tráfico como trabalho cria rotinas, papéis, deveres, cargos e funções, como em qualquer outro emprego. Estabelece exigências de horários e afazeres específicos de seu mundo, como pode ser observado na fala de Agaponis, que, quando questionada sobre suas atividades de lazer, responde:

“Não. Não ia. Não tinha tempo, eu vendia droga de manhã, a noite, a madrugada, 24 hora vendendo droga. E dia de quarta- feira eu ia visitar o rapaz que eu vivia com ele no presídio. Não tinha tempo pra ir pra igreja, não tinha tempo pra estudar, não tinha tempo pra nada.” (Agaponis, 21 anos).

O tráfico como estrutura de trabalho emprega um número considerável de jovens que não conseguem se inserir no mercado legal; sendo uma forma de inserção não só no mercado de trabalho, mas também na sociedade capitalista e consumista atual. Pois, eles (o tráfico e jovem traficante) só os são porque esse mesmo jovem, outrora excluído, é incluído marginalmente, passando a ser respeitado pelas aquisições decorrentes do dinheiro de seu trabalho – o tráfico. Desta forma, o dinheiro é lavado, incorporado na sociedade capitalista e acontece a inclusão do jovem (FEFFERMANN, 2008).

Assim, de acordo com Ferffermann (2008) e Becker (2008), como na carreira do músico de casa noturna, entrar no tráfico depende de indicação; e, diferente dos funcionários da indústria e do trabalhador de colarinho branco, nesse tipo de emprego não se identifica uma carreira através de um empregador, depende muito mais dos contatos desenvolvidos no meio.

Em suma, essa carreira ocupacional desviante possui estruturas e contratos sociais semelhantes a outras carreiras, desviantes, como a do músico de casa noturna apresentada por Becker (2008), ou não desviante, como a de médicos trazida por Hall (1948) *apud*. Becker (2008). Assim, como o sucesso ou estágio na carreira do músico de casa noturna, que é identificada a partir de questões como renda, horas de trabalho e grau de reconhecimento; no tráfico os degraus hierárquicos são formados, em geral, pelo patrão, gerente, vendedor, avião e olheiro; constituindo os cargos e caminhos possíveis neste contexto.

Para finalizar esta discussão sobre os motivadores e significados do tráfico, neste momento se faz importante a reflexão sobre outro aspecto ou modo de pensar a criminalidade: sua tendente associação com a pobreza. As temáticas até aqui apresentadas podem inclinar-se a reafirmar esta associação, o que acaba por disseminar estereótipos relacionados às pessoas de classes mais baixas. Evitando, portanto, esta associação, pretende-se discuti-la, não negando sua existência, mas refletindo sobre outras possibilidades.

Ao falar de vulnerabilidade familiar, garantias de direitos, exclusão econômica ou social e tráfico como última possibilidade de sobrevivência e/ou de melhores condições de vida, aproximam-se de uma linha de pensamento, de certa forma, preconceituosa, na qual se acaba por ter a pobreza e as vulnerabilidades sociais como orientação para práticas ilícitas, de forma a rotular certas classes sociais. Tratando deste assunto, Coelho (1978) relata que a literatura relacionada à criminalidade é pouca, comparada com a quantidade de acadêmicos que se propõem a discutir marginalidade – considerando população marginal como a que é formada por pessoas desempregadas, em subempregos ou pobres. Ele atribui este fato à possível associação acadêmica de criminalidade como consequência da marginalidade, o que

faz com que a causa (a marginalidade) seja prioridade sobre a consequência (a criminalidade) no âmbito de suas atenções.

O autor (op. cit.), ao realizar um levantamento de dados acerca da criminalidade no Rio de Janeiro, afirma que os resultados são suficientes para respaldar o pensamento de que grande parte dos criminosos é marginal. Porém, seguindo em sua discussão, pretendendo tratar da “questão relevante”, a que se propõe, ele apresenta a linha de teoria de Wirth, onde o urbanismo é visto como um modo de vida, acrescentando que:

[...] se estas características da vida urbana afetam indistintamente indivíduos em qualquer classe sócio-econômica, as taxas de criminalidade deveriam ser aproximadamente iguais em todas elas. Isto é, todas as classes deveriam contribuir para a criminalidade na proporção (aproximada) de seus contingentes individuais. Não surpreende, pois, que ao tentar dar conta da criminalidade, especificamente, estas formulações tenham de postular como uma das consequências da operação do sistema urbano a elaboração de uma subcultura geradora da criminalidade. E assim que essas teorias terminam por não serem teorias sobre a criminalidade urbana, mas teorias sobre a criminalidade do marginal urbano via postulação de uma subcultura marginal. Não é a pobreza em si que gera a criminalidade (pois, afinal de contas, as áreas rurais são mais pobres), mas a densidade da pobreza ao permitir a elaboração da subcultura marginal (COELHO, 1978, p. 152).

Desta forma, pode-se refletir que na “criminalização da marginalidade”, mecanismos de poder culpabilizam os marginais e isentam os mais favorecidos, o que não significa que somente os primeiros comentem práticas ilícitas ou que os outros não podem ser criminosos. Assim, o que acontece, na verdade, é a criação de estereótipos, onde probabilidades teóricas são conferidas a certas classes, e a elaboração das leis traz o “elemento da profecia que se auto-realiza”, ou seja, as próprias leis colaboram para que se aumente a probabilidade dos marginais cometerem crimes e serem penalizados por isso, concomitantemente, com a diminuição da provável prática criminosa e penalização dos grupos socioeconômicos mais favorecidos (COELHO, 1978).

Misse (1995), ao discutir as relações entre crime e pobreza no imaginário social e na literatura sociológica brasileira, relata que estas duas questões são entrelaçadas e necessitam de esclarecimento. O autor diz que até 1971, quando começara a estudar essas relações, não havia praticamente literatura na sociologia do Brasil sobre a temática, o que começou a se modificar, primeiro porque ao longo da década de 70 - “o aumento da violência urbana e o crescimento do crime organizado ganham plena visibilidade na mídia, bem como na percepção social das populações urbanas, medidas pelas pesquisas de opinião” (MISSE, 1995, p. 04) e depois pelo impacto da obra Vigiar e Punir, de Michel Foucault em 1977. Realizando, então, esse percurso acerca das discussões e publicações que tratavam da violência urbana e

da criminalidade na época, o autor afirma que, mesmo que estas não se propusessem a relacionar estas questões com a pobreza, acabavam por disseminar a associação entre a pobreza e a criminalidade, reafirmando a visão da classe média brasileira e do complexo polícia/justiça/penitenciária.

Assim, com esse aumento de divulgação midiática acerca do crime organizado, que sempre existira, mas que passa a ganhar visibilidade em meados dos anos 1970, principalmente, com sua associação ao tráfico de entorpecentes, o estereótipo crime-pobreza se desenvolve ainda mais, uma vez que “o ‘crime organizado’ preferiu as favelas para se instalar, e recruta quase todo o seu pessoal (inclusive lideranças) ali e nos conjuntos habitacionais pobres da cidade e da Baixada” (MISSE, 1995, p. 11; PAIXÃO, 1992, PRATES; COELHO, 1992 *apud*. MISSE, 1995).

As divulgações da mídia não muito explicativas trouxeram a necessidade de pesquisas sociais sobre a temática, porém não houve uma concordância com as reais causas do crescimento das taxas de criminalidade e da insegurança pública, de modo que o medo pelo crime, excessivo ou não, somado à associação entre pobreza e criminalidade, resultou em grandes consequências às interações entre grupos de classes econômicas distintas, desenvolvendo um imaginário social com relação à figura do bandido e sustentando preconceitos contra os pobres e negros, responsabilizando-os pelos crimes e violências, antes mesmo de acontecerem (RIBEIRO DE OLIVEIRA, 2014).

É possível concluir, então, que esta é uma associação histórica e repleta de bagagens e raízes, e que é preciso refletir e questioná-la, evitando, portanto, sua reafirmação. Assim, ao caracterizar a população carcerária como de maioria pobre, preta e de baixa escolaridade (vide item 1.1 deste trabalho), não significa dizer que somente estas pessoas cometem crimes, mas, entre outros fatores, significa dizer que a possibilidade de que elas sejam presas e condenadas é maior. Sobre isto, Coelho (1978) revela, ao discutir pesquisas realizadas por Nye (1958), Maynard (1973) e Williams & Gold (1972), que existe um número considerável de atos ilícitos que não são detectados pela polícia; porém, comparando classes socioeconômicas, relata que os jovens de maior *status* econômico e social são os que violam a lei com mais frequência, ou, no máximo, a diferença com relação à delinquência não é significativa entre as classes. Concluindo, então, que esta situação se dá porque os indivíduos de classes menos favorecidas não têm as isenções institucionais que as classes média e alta possuem, resultando no aumento da possibilidade de que essas pessoas sejam detectadas, detidas, processadas e condenadas.

5.1.2 Cotidiano

De acordo com dicionário Aurélio (2004), cotidiano significa “1 .De todos os dias; diário; 2. Que se faz ou sucede todos os dias; diário”. Portanto, as ocupações realizadas a cada dia na vida de um indivíduo compõem seu cotidiano. Sendo a terapia ocupacional, como já discutido, a profissão que tem sua base no entendimento de que o cotidiano de um indivíduo é estruturado através de sua participação em ocupações, e que, deste modo, terá influência em sua saúde e bem-estar, a compreensão do cotidiano e das ocupações que o compõem torna-se importante no trabalho desta profissão (AOTA, 2010).

Porém, o cotidiano de uma pessoa não é composto apenas pelas atividades que ela executa, mas o contexto no qual está inserida, as pessoas que interage, os materiais que usa, tudo isso forma e exerce influência (TAKATORI, 2001). Sobre isso, acrescenta-se que este cotidiano:

É a sucessão de acontecimentos vividos que incluem espaços sociais, tempos diversos, pessoas e objetos variados e que desenrolam no dia-a-dia. O sujeito e seu cotidiano são partes inter-relacionadas e constitutivas entre si. Como um cenário, pessoal e inconfundível, o cotidiano se revela e nele acontece a inserção no mundo comunal, compartilhado, social e cultural. (TAKATORI, 2001, p. 02)

A intersecção entre a realidade interna e externa, as atividades do dia-a-dia, atividades de autocuidado, as interações sociais e as manifestações de solidariedade revelam a vida cotidiana do indivíduo. Assim, terapeuta ocupacional tem o privilégio de estar presente na contribuição que visa elaborar criticamente o cotidiano do sujeito. (GALHEIGO, 2003).

Buscando, então, entender a história de vida e o desenvolvimento em ocupações das mulheres reclusas na Penitenciária Feminina Maria Júlia Maranhão, conhecer seu cotidiano antes da reclusão mostrou-se como um ponto importante da presente pesquisa. Ao serem indagadas sobre seu dia-a-dia antes da reclusão, muitas das entrevistadas o relacionaram com atividades de estudo, trabalho e algumas nos cuidados dos filhos e da casa. Portanto, a discussão da vida cotidiana dessas mulheres perpassará por essas temáticas.

“Eu estudava a noite, e trabalhava de cozinheira, ajudante de cozinha. Passava o dia trabalhando e de noite eu ia estudar e tomava conta do meu filho.” (Jandaia, 20 anos).

Jandaia fora a única entrevistada que declarou ter inserido em seu dia-a-dia o estudo. Além disso, relata que trabalhava e cuidava de seu filho e da casa:

“Quem cuidava de tudo era eu. Trabalhava, é... limpava minha casa, tomava conta do meu filho; meu filho passava o dia na creche e eu pegava quando eu chegava da escola” (Jandaia, 20 anos).

Porém, o estudo, enquanto educação formal (AOTA, 2010), esteve presente no cotidiano dessas mulheres.

“Eu estudei até a quinta.” (Anacã, 32 anos).

“Até a 6º série.” (Beija-flor, 32 anos).

“É. Eu fiz até a oitava série na rua, aí eu to terminando.” (Agaponis, 21 anos).

“Eu nunca gostei muito de estudar sabe, eu até que tentava ir pra escola, mas depois desistia. Eu parei no primeiro ano. Aí eu não gosto muito de estudar.” (Neinei, 28 anos).

“Fiz até a oitava série e aqui eu fiz o Enem, o supletivo e passei. 1º, 2º e 3º e passei.” (Saira, 26 anos)

É possível afirmar que a situação de escolaridade destas mulheres condiz com as estatísticas, pois, de acordo com os dados do InfoPen (2012), 77,3% das pessoas inseridas no sistema penitenciário do estado da Paraíba cursaram apenas o nível fundamental, embora algumas tenham complementado ou estejam complementando seus estudos já dentro do sistema prisional, o que será tratado no item relacionado à educação prisional.

O acesso ao ensino público, hoje em dia, é muito mais ampliado, porém a qualidade desse ensino apresenta-se como grande problema no Brasil, não só pelas condições em que ele acontece, mas também pela falta de meios que garantam a permanência, a progressão e a conclusão do mesmo (GONTIJO; MARQUES; ALVES, 2012), o que pôde ser observado no fato de que essas mulheres estiveram inseridas na escola em determinado momento, porém, por algum motivo, sua permanência e conclusão foram impedidas.

Tendo em vista que a escola se constitui como o primeiro espaço social de um indivíduo fora de seu contexto familiar, e que é nela que é desenvolvido o sendo crítico, autoestima e segurança (BYDŁOWSKI; LEFÉVRE; PEREIRA, 2011 apud. CONTIJO; MARQUES; ALVES, 2012), ações que promovam a efetivação da garantia do direito de acesso a ela se fazem de suma importância, e é neste aspecto que se concretiza a intersecção entre a atuação do terapeuta ocupacional no contexto da educação e no contexto social, uma vez que a relação entre um e outro se mostra intrínseca, de forma que

...a intervenção da terapia ocupacional social tem como estratégias: - a ação mediadora na relação estabelecida com o Outro, por intermédio do técnico, das atividades ou de ambos; - a intervenção com e no território; - a busca da

universalização de direitos de cidadania e da produção de formas de criação e ampliação das redes sociais de suporte. (LOPES; SILVA, 2007, p. 159)

Compreender essa relação se faz importante porque é explícito o papel da educação na vida de um indivíduo, não só em sua formação acadêmica, mas em sua preparação para o mundo, enquanto indivíduo-num-meio:

Vivendo de forma diferente em diferentes contextos sociais, culturais e políticos, os seres humanos experimentam diversas influências em sua educação, trabalho, casa e outras ocupações, assim como no desenvolvimento de suas diversas possibilidades em participar, independentemente de idade, sexo, sexualidade, raça etc (KANTARTZIS; MOLINEUX, 2011 *apud*. TOWSEND; MARVAL 2013, p. 232).

Deste modo, ao compreender a educação como um determinante social de saúde e seu impacto sobre a participação, a saúde, e a cidadania, e levando em consideração que os diferentes contextos em que o indivíduo está inserido (sociais, culturais e políticos) exercem influência sobre seu desenvolvimento, é importante entender o papel da justiça ocupacional, sendo este conceito o que “expressa preocupações éticas, morais e cívicas da vida diária e deveria contribuir para a saúde, o empoderamento e a qualidade de vida dos clientes” (TOWSEND; WHITEFORD, 2006, p. 116, tradução nossa). A justiça ocupacional se faz presente não só na afirmação deste direito, mas na busca do desenvolvimento de estratégias para que ele ocorra, através de iniciativas de desenvolvimento educacional, de políticas públicas, do envolvimento da comunidade e do incentivo a uma identidade ocupacional positiva, de forma a empoderar, também, esses indivíduos de seus direitos e de sua história. (TOWSEND; MARVAL, 2013).

O trabalho, no cotidiano das mulheres entrevistadas, apresentou-se de duas maneiras: na carreira desviante, quando se trata do tráfico de drogas (BECKER, 2008); e na carreira não desviante, ao abordar os outros tipos de empregos que fizeram parte da vida delas. Aspectos relacionados à carreira desviante, referente ao trabalho no tráfico, foram abordados no item 4.1.1, e neste momento será dada maior ênfase aos outros tipos de inserção laboral das participantes da pesquisa.

Ao discutirem o trabalho e sua relação com a terapia ocupacional, Lancman e Ghirardi (2002) destacam seu papel no desenvolvimento da identidade de um indivíduo, e seu envolvimento nas diferentes maneiras de interação social do mesmo.

Constituição da identidade é aqui compreendido como um processo que se desenvolve ao longo de toda a vida do indivíduo, e que está vinculado à noção de alteridade. É a partir do “olhar do outro” que nos constituímos como sujeitos, é na relação com o outro que nos reconhecemos num processo de busca de semelhanças e

diferenças. São as relações cotidianas que permitem a construção da identidade individual e social e é partir de trocas materiais e afetivas que o sujeito vai estar ao longo de toda a vida constituindo sua singularidade, em meio a diferenças. Na vida adulta, o espaço do trabalho será o palco privilegiado dessas trocas, aparecendo como o mediador central da construção, do desenvolvimento e complementação dessa identidade individual. (LANCMAN; GHIRARDI, 2002, p. 45).

Além disso, o trabalho, enquanto ocupação, pode ser entendido como uma maneira prática e cotidiana de se autoexpressar ou de gerar ou experimentar significado, pois é elemento ativo da existência humana (WILCOCK; TOWNSEND, 2011), por isso se faz importante refletir sobre seu acontecimento e possíveis impedimentos, uma vez que, através da ocupação, é possível traçar o próprio destino (THIBEALT, 2002 *apud*. WILCOCK; TOWNSEND, 2011).

“Doméstica mesmo, em casa de família. Mas era tão feliz, apesar de ser esse trabalho, mas era feliz, entendeu? As pessoas me tratavam bem, eu conhecia locais, viajava com meus patrões e assim ia.” (Anacã, 32)

Anacã, ao contar sobre sua vida antes da reclusão, relata ter sido feliz no trabalho que exercia, no qual, embora sendo doméstica, como diz, sua interação com as pessoas de seu ambiente de trabalho e as possibilidades de vida que ele lhe trazia proporcionavam-lhe um sentimento de felicidade e de autossatisfação, o que era aparente em seu olhar (Nota do diário de campo, 26/09/2014 – entrevista com Anacã). Esta autossatisfação também se fez aparente na fala de Neinei, ao denominar-se como “desenrolada”:

“Eu sempre trabalhei. Trabalhava no shopping Tambiá e fazia unha em casa. Unha, cabelo, era bem assim desenrolada, sabe?! [...] Aprendi sozinha. Já trabalhei em salão também, em Recife. Só que depois que eu tive minha filha, eu preferi trabalhar pra mim mesma, sabe?!” (Neinei, 28 anos).

Neinei, embora exercesse um trabalho formal, relata preferir “*ser sua própria patroa, ninguém manda em você, faz seu próprio horário, tudo...*”, de modo que o trabalho de vendedora era apenas um complemento de sua renda, mas que sua escolha, seu real desejo era o “*trabalho com a beleza*”. Uma das perspectivas centrais colocadas pelos pressupostos da justiça ocupacional é a busca pela igualdade de oportunidades que permitam ao indivíduo engajar-se em ocupações que possuam significado para ele; por isso pode-se tratá-la como justiça da diferença, uma vez que os seres humanos têm diferentes necessidades, naturezas, capacidades, e aquilo que fazem é o elemento de expressão destas questões (WILCOCK; TOWNSEND, 2011), como Neinei, que se expressa através do “*trabalho com a beleza*”.

Ainda que este trabalho fosse carregado de significados, *Neinei*, por motivos não relatados, em algum momento deixou de exercê-lo e optou pelo tráfico.

Deste modo, o trabalho possui grande influência no dia-a-dia das pessoas, seja no desenvolvimento das redes de relações sociais, ou nas trocas de afeto ou econômicas. Um elemento fundamental à vida psíquica é o trabalho, e sua valorização poderá dar ao indivíduo um status positivo (LANCMAN; GHIRARDI, 2002).

Passando a um terceiro dado presente nos resultados da pesquisa ao tratar do cotidiano antes da reclusão, a vida de dona de casa e mãe ressaltou-se. A burguesia nascente, ao idealizar a família como instituição nuclear, destina aos gêneros feminino e masculino papéis específicos. Assim, à mulher, tendo como argumento suas condições biológicas (menstruação, gravidez e amamentação), fora reservada a vida privada/doméstica, sendo este considerado, por atribuição à sua realidade biológica, como seu lugar natural, de direito e de dever. (BRUSCHINI, 2007, HIRATA, 2004, SAFFIOTI, 1987 *apud*. SANTOS; DINIZ, 2011).

Deste modo, ao estudar mulheres reclusas de sua liberdade em decorrência de práticas criminosas, é possível perceber que são presentes em suas vidas tanto os papéis relacionados às suas carreiras criminosas, como aqueles papéis que são, historicamente e culturalmente, destinados a elas no âmbito privado.

Eu vivia “prenha” né. Só que eu só vendia (drogas) de noite, de dia eu ficava ajeitando a casa, fazendo “comer”. Só cuidava da casa, ficava só em casa com meus filhos, fazendo as coisas.” (Jandaia, 20 anos).

Quem cuidava de tudo era eu. Trabalhava, é... limpava minha casa, tomava conta do meu filho; meu filho passava o dia na creche e eu pegava quando eu chegava da escola.” (Beija-flor, 32 anos).

Essas mulheres, então, em seus diversos papéis sociais e ocupacionais, inserem-se em múltiplas jornadas cotidianas; em que exercem um trabalho formal ou não, cuidam da casa, dos filhos e, muitas vezes, do companheiro, que, frequentemente, ao incorporar o papel de gênero que lhe é imposto, toma o seu espaço irrestrito, coletivo e público (BRUSCHINI, 2007, HIRATA, 2001, SAFFIOTI, 1976, 1979 *apud*. SANTOS; DINIZ, 2011), deixando de colaborar com esse tipo de atividade. Wagner et. al (2005) apresentam que, embora os movimentos sociais tenham inserido a mulher no mercado de trabalho e ampliado sua contribuição nas finanças da família, traçando um novo perfil familiar, a partilha das atividades domésticas demonstra não acompanhar, na mesma velocidade, essas mudanças do papel da mulher. “O descompasso dessas mudanças se evidencia em suas mais diversas expressões, como por exemplo no fato de que o trabalho doméstico continua sendo

frequentemente denominado ‘trabalho de mulher’”. (GREENSTEIN, 2000, ROCHA-COUTINHO, 2003 apud. WAGNER et al, 2005, p. 182).

*A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte.
A gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte.
A gente não quer só comida, a gente quer bebida, diversão, balé.
A gente não quer só comida, a gente quer a vida, como a vida quer.
Titãs – Comida.
Compositores: Arnaldo Antunes/Sérgio Brito/Marcelo Fromer*

O lazer é uma ocupação para além da “comida”, como traz a música; tão fundamental quanto todas as outras ocupações, ele se apresenta como oportunidade de realização pessoal, pois advém da escolha e do que interessa individualmente à pessoa, podendo proporcionar uma vida mais feliz (MARTINELLE, 2011). Partindo-se deste pressuposto é que serão relatadas as vivências das mulheres entrevistadas em atividades de lazer presentes em seu cotidiano antes da perda da liberdade.

“Eu era feliz e não sabia, porque assim... Eu gostava de balada, eu ia pra balada, curtia”[...] “fazia trilha, gostava de pedalar, ir pra praia, essas coisas. Eu não tenho o que falar, assim, não tenho nada o que reclamar da minha infância, nem a minha adolescência” (Anacã, 32 anos).

“Não, eu sou louca por praia, rio. Eu fico aqui só pensando na cerveja. Tu sabe, é o maior lazer de uma pessoa...” (Beija-flor, 32 anos).

“Lazer, praia, curtia o final de semana... Saía bastante... 20 anos... tem que curtir a juventude.” (Jandaia, 20 anos).

Eu gostava de ir pra praia, amava praia, rio... qualquer coisa que tenha água.”[...] “Eu gostava muito de sair, assim, pra show, pra bar, essas coisas assim, boate. Curtia bastante! E sempre, assim, eu ia durante a noite, passava a noite lá, quando amanhecia o dia, eu sempre corria pra praia, ficava o dia todo na praia, de noite eu dormia em algum canto. Meu dia a dia era assim. Eu nunca faltava nada pra mim, sempre tinha uma novidade.” (Anu, 28 anos).

“Gostava de praticar esportes, gostava de me divertir, ir pra praia.” (Saira, 26 anos).

É possível perceber que o lazer, além de muito presente na vida dessas mulheres, possui um significado muito importante. Ao observar a lembrança no olhar, o riso ao pensar no mar e na cerveja, nas baladas e a demonstração de alegria ao contar suas histórias (Notas do diário de campo), nota-se esse papel do lazer na promoção de autorrealização e promoção da sensação de alegria. Cada um entende o lazer de uma forma diferente, da forma como o vive; porém, muitas vezes ele não é visto com tanta relevância como o trabalho, por exemplo (MARTINELLE, 2011), o que pode resultar em privações, não só desta ocupação em si, mas do desenvolvimento pessoal que ela pode trazer.

Para a terapia ocupacional, o lazer pode ser definido como ocupações que não estão inseridas naquelas que costumam ser obrigatórias, além de ser particularmente motivada e desenvolvida durante o tempo livre (PARHAM e FAZIO, 1997, p. 250 *apud*. AOTA, 2010). Sendo o lazer uma atividade motivada, ou seja, com significado e de escolha da pessoa que o realiza, é possível observar seu papel diferenciador na vivência de um ser humano, pois ele possibilita que se selecione, entre tantas possibilidades, o que se deseja. No entanto, para que isso aconteça, faz-se necessário um meio que o favoreça: nas falas das entrevistadas idas à praia, curtição, show, entre outros, eram algumas das alternativas que elas poderiam escolher; entretanto, no contexto atual destas mulheres, essas possibilidades são bastante restritas, limitando a participação em atividades de lazer e, como consequência, diversas possibilidades de desenvolvimento pessoal, sentimento de alegria e autorrealização.

5.2 Histórico ocupacional e mudanças de vida após a reclusão

Adentrando os muros da Penitenciária de Recuperação Feminina Maria Júlia Maranhão, muitos dos aspectos discutidos anteriormente acabam por ficar para fora, não por serem apagados da memória ou do desejo das mulheres que passam pela porta de entrada da prisão, mas pelas privações que se iniciam neste momento e pela construção de uma nova realidade e rotina, repleta de sentimentos e mudanças; é, então, neste caminho que as próximas discussões se darão.

5.2.1 Atrás dos muros: ser, estar e sentir-se presa.

"Liberdade essa palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda."

Cecília Meireles

A privação da liberdade ocasionada pela reclusão por ato infrator vai além da negação do direito de ir e vir; ela perpassa por essa liberdade que não se sabe explicar, mas que se sabe entender. A prisão, de acordo com Espinoza (2002, p. 52), “é um espaço que gera tristeza, paixões e revolta, tanto dentro como fora de seus muros”.

Ao questionar as mulheres entrevistadas na presente pesquisa acerca dos sentimentos e significados da prisão e do estar presa, a perda ressaltou-se; seja a perda da liberdade, a perda

da convivência com os filhos e familiares, a perda da juventude ou a perda do direito de escolha; em suma, estar presa, para elas, significa perder.

“Foi aonde eu perdi meus filhos, meus pais, perdi tudo que eu tinha lá fora É um lugar que assim a gente, nem pro meu pior inimigo eu num desejo, que é um lugar muito difícil de conviver ... A pessoa viver assim trancada, olha pra um lado, olha pra o outro, não vê nem o sol direito nascer é duro pra pessoa, é duro demais.” (Anacã, 32 anos).

A fala de *Anacã* consegue apresentar muitos dos aspectos desta perda; recorrendo ao passado e à liberdade que outrora lhe pertencia, demonstra que tal condição é tão degradante que “nem ao pior inimigo deseja”. Julita Lemgruber (1999), ao realizar uma pesquisa no Presídio Feminino Talavera Bruce no estado do Rio de Janeiro, buscou descobrir o universo prisional feminino com suas regras, limitações e ligações com o mundo exterior. Assim, no decorrer de seu livro, cita Sykes (1974) ao falar das “dores da prisão”, sendo estas: privação de liberdade, privação de bens e serviços, privação de relações heterossexuais, privação de autonomia e privação de segurança.

Deste modo, é possível associar este sentimento de perda trazido pelas mulheres privadas de liberdade da penitenciária de recuperação feminina Maria Júlia Maranhão às dores da prisão apresentada pela autora. A privação/perda da liberdade é a mais evidente, porém é possível afirmar que para a mulher ela pode ser ainda mais dolorosa devido à ruptura da convivência com a família, principalmente com os filhos (LEMGRUBER, 1999), o que esteve presente nas falas de muitas das entrevistadas:

“O sentimento que mais aparece, que eu mais paro pra pensar é sair daqui, tomar conta do meu filho, por que não tem outra coisa melhor que passar um dia com meu filho, um final de semana...esse tempo todinho que eu passei aqui, passar uns dias com ele dando todo amor e carinho que ele precisa. Só penso nisso...” (Ananai, 21 anos)

“Acho que significa perda, porque eu tenho um filho que eu ainda não vi e faz uns quase 9 anos que eu não vejo minha filha.” (Beija-Flor, 32 anos)

“Eu me sinto triste, que eu perdi dois anos e 3 meses da minha vida, né, do meu filho, por uma coisa que eu não devia, aí eu me sinto triste.”(Jandaia, 20 anos)

“Eu me sinto mal né? Por eu tá longe da minha família, que eu nunca fiquei muito tempo longe dela, também não acompanhar o crescimento da minha filha, faz tempo também né e eu me sinto muito mal.” (Neinei, 28 anos)

Para as mulheres que se encontram reclusas de sua liberdade os filhos são grande fonte de afeto, ainda que não tenham sido completamente assistidos por elas quando desfrutavam da liberdade (STELLA, 2001 *apud*. BERNARDI, 2013). “A noção de família é fundamental para

se perceber que o universo prisional mantém a vontade, a busca pelo agrupamento familiar. Mesmo quando a família de origem é vivida como um problema, ainda é a ela que se referem e é por ela que sofrem” (BRITO, 2007 *apud.* BERNARDI, 2013).

Outra “dor da prisão” que se destaca na fala das mulheres ao apresentar seus sentimentos relacionados a esta condição é a privação da autonomia. Lemgruber (1999) afirma que a perda da autonomia no contexto prisional é completa, sendo ainda mais forte quando se trata da mulher, perdendo, assim o direito de realizar escolhas, além de lhes serem negadas quaisquer satisfações ou explicações sobre ordens ou regras a serem seguidas. “Uma vez presa, a mulher passa a ser considerada não apenas como uma criança, mas como uma criança rebelde e desobediente que não merece explicações nem justificativas.” (LEMGRUBER, 1999; SYKES, 1974 *apud.* LEMGRUBER, 1999). “O cárcere é uma instituição totalizante e despersonalizadora, onde a violência se converte em um instrumento de troca, em que prevalece a desconfiança e o único objetivo das pessoas é sair, fugir, atingir a liberdade.” (ESPINOZA, 2002, p. 52).

Quando você lembra assim que você antes tinha a sua liberdade e você hoje vive igual um pássaro, querendo voar e sem poder...debaixo de ordem né, porque aqui a gente tem que obedecer.” (Anacã, 32 anos).

“A pior coisa do mundo é uma cadeia, tira você da sua liberdade, você não poder sair, você não pode ir pra onde quer, você tá sendo dominada por regras, por leis, com pessoas que tem que mandar em você e você tem que obedecer, entendeu? É muito ruim, é muito triste, é muito complicado, acho que a pior infelicidade do mundo é uma cadeia, é uma pessoa presa, porque a pessoa pode ter tudo na vida, se não tiver a liberdade não tem nada.” (Saíra, 26 anos).

Essa sensação de perda apresentada por essas mulheres perpassa tantos assuntos e tantos caminhos que vão além da perda da liberdade de ir e vir. A liberdade que é perdida é a liberdade de ser quem se é, de fazer o que se deseja, de amar as pessoas que lhes são importantes, de escolher o que comer, de ser mãe, de ser mulher, de ser filha, de aprender, de se desenvolver e de se sentir. São consequências muito dolorosas e que puderam ser notadas não só nas palavras ditas por elas, mas nas lágrimas derramadas ao lembrar-se dos filhos e na indignação de ser um “bicho engaiolado” (Notas do diário de campo).

“Eu me sinto um cachorro engaiolado, qualquer bicho engaiolado. É muito ruim! É ruim, principalmente eu que já rodei esse mundo todinho, presa assim do nada... numa cela, uma quadrado desse com mais de vinte mulheres dentro, é horrível.” (Anu, 28 anos).

Diante desta situação, surgem, então, duas questões: Será que essas privações de papeis, de desejos e de ações que o ser, estar e sentir-se presa trazem devem realmente acontecer quando da reclusão de uma pessoa? Será que este método tem sido realmente eficaz? Não se pretende aqui responder diretamente a essas perguntas, mas sugerir, baseado nos dados e discussões, a reflexão sobre estas questões e sobre suas possíveis consequências para o indivíduo e toda sua bagagem de vida.

5.2.2 *Cada dia é um dia, todos os dias (quase) a mesma coisa: a rotina da Penitenciária de Recuperação Feminina Maria Júlia Maranhão*

Como já apresentado (item 3.3), a penitenciária é dividida em quatro pavilhões: o do *convívio*, para o qual as mulheres são encaminhadas quando entram, comporta tanto mulheres no regime fechado quanto semiaberto – além disto, a cela destinada às mulheres grávidas ou com seus filhos se situa neste ambiente, porém com entrada diferenciada; o *pavilhão da cozinha e da escola*, onde permanecem apenas as mulheres que exercem algum trabalho na cozinha, na escola ou em outros ambientes fora do pavilhão; o *pavilhão da fábrica*, onde há o ateliê de bonecas, o espaço da antiga fábrica de costura e as mulheres que ali trabalham; há, ainda, a “cela do castigo” e as celas para visita íntima; e, por fim, o *pavilhão do semiaberto*.

Os pavilhões são destinados às diferentes situações durante o período em que uma mulher se encontra na penitenciária; possuindo, portanto, rotinas diferenciadas. Desde o início do dia o cotidiano diverge: para quem trabalha as atividades iniciam entre 5h e 9h da manhã estendendo-se durante, praticamente, todo o dia, a depender da função executada; já para quem está no pavilhão do convívio, entre 5h e 6h da manhã acontece o banho de sol, o que caracterizaria o começo das atividades para as mulheres que ali se encontram; porém, nem todas participam devido ao horário, sendo, o despertar nesse pavilhão bastante variado.

“Todo mundo pode ir, mas vai muito pouca gente, que é de 5 horas da manhã, é a hora do sono. Aí só quem vai é quem tá precisando mesmo.” (Beija-flor, 32 anos).

Para as mulheres que trabalham, o banho de sol acontece entre 9h e 11h, dependendo do local de trabalho, sendo, portanto, mais uma forma de segregação entre as mulheres na instituição, uma vez que pessoas de pavilhões diferenciados não podem ter contato entre si, nem desenvolver qualquer tipo de relação. O único contato que acontece é na entrega da comida, com as mulheres que trabalham na cozinha.

“Tem. Banho de sol da gente que trabalha é de 11 horas, agora o do convívio é de 6 horas da manhã. Mas, como a gente trabalha, não pode se misturar com o convívio” (Agaponis, 21 anos).

As que executam alguma atividade laboral possuem, de uma maneira geral, uma rotina bem estabelecida: café da manhã, trabalho, banho de sol e trabalho até o fim do dia, com pausas para o almoço e lanche da tarde. Bem estabelecida, aqui, significa pré-determinada pela instituição, o que não quer dizer que todas as necessidades ocupacionais delas são supridas. Vale ressaltar, ainda, que, embora haja o horário determinado para o banho de sol, de acordo com as falas de *Anacã* (32 anos), no pavilhão da fábrica ele é mais restrito:

“Mas aqui desse lado, aqui é raro a gente ter banho de sol todo dia... O certo é de assim, 8/9 horas... que é meia hora de banho de sol. Às vezes também é de plantão, tem plantão que é bom, tem plantão que é ruim e assim vai. Às vezes a gente pede pra tomar mais tarde, mas quem somos nós, não é, pra tá insistindo, porque se falar demais tem gente que castiga”. (Anacã, 32 anos).

Porém, quando se trata do pavilhão do convívio o dia é muito mais ocioso e variável, uma vez que, devido à escassez de atividades oferecidas, as formas de adaptação e de “passar o tempo”, como muitas delas dizem, são criadas por cada uma em suas possibilidades e negociações dentro da cela. Desta forma, após o banho de sol e o café da manhã, das 9h às 11h as celas são abertas e as mulheres são autorizadas a circular em todo o pavilhão e entre as celas. Neste momento são realizadas compras, trocas e vendas de produtos criados por algumas delas, como roupas de crochê; é possível “ir ao salão de beleza”, podendo cortar, pintar, alisar, hidratar o cabelo, fazer as unhas, depilar-se, ou, até mesmo, colocar um piercing:

“Até piercing eu boto nas meninas... Com agulha, me dão agulha, me dão piercing.. Só diz onde é e eu aplico”. (Beija-flor, 32 anos).

Cada cela possui suas regras de acordo com as negociações entre as mulheres que nelas vivem; porém, foi possível perceber, de acordo com as falas das entrevistadas, que alguns aspectos fazem parte da cultura da penitenciária, como a organização do local para dormir, em que ficam nas camas quem está há mais tempo na cela e as demais dormem nos colchões no chão; além da escala para a faxina, em que cada dia da semana fica sob responsabilidade de uma delas, e esta deve higienizar as louças, receber as refeições, organizar e limpar a cela, que, também, normalmente, acontece na abertura dos portões, pois possibilita uma circulação maior dentro do próprio ambiente, uma vez que é um espaço

bastante pequeno para a quantidade de pessoas. A fala de Saíra (26 anos) detalha bastante as funções estabelecidas na escala de sua cela:

“De manhã de seis horas da manhã tem que ir pro banho de sol, tem que levar as vasilhas do almoço e pegar o café, receber o café e colocar nas garrafas e receber o pão. Levar as vasilhas do almoço, cada uma tem suas vasilhas, que na hora do almoço elas trazem. De 9 horas tem que fazer faxina, limpa a cela com sabão em pó, água sanitária, tira as “coisa” da cela, coloca no corredor, deixa só o que tiver no chão né?! Aí limpa, depois lava o banheiro, tem que lavar as paredes, que elas exigem lavar as paredes com água sanitária entendeu? Deixar bem limpo, bem desinfetado, lavado”. (Saíra, 26 anos).

Em suma, no pavilhão do convívio, a manhã é dedicada à organização e responsabilidades coletivas da cela, e as atividades sofrem mais influência das determinações da instituição; porém, quando se passa esse momento e a limpeza foi realizada, não se pode mais circular pelo corredor. O almoço foi servido e a louça lavada, inicia-se o “passatempo”; é aí que essas mulheres desenvolvem estratégias para o auto sustento e para tornar o dia atrás das grades um pouco mais fácil. Fazer crochê, assistir televisão, jogar dominó ou baralho, conversar, ler, escrever, cuidar do cabelo e das unhas são as principais atividades citadas por elas ao contar um pouco sobre seu dia-a-dia dentro da penitenciária:

“Umas vão assistir, umas vão dormir, outras vão fazer cabelo, outras vão fazer unha, e assim vai passando o dia né?! Eu passo o dia mais deitada, quando eu não tô trabalhando, eu tô dormindo... Porque não tem espaço na unidade, a cela é muito pequena.” (Beija-flor, 32 anos).

“Eu faço crochê, eu canto, eu tento tirar minha cadeia né, esquecer da rua e tirar minha cadeia, viver o mundo da cadeia.” ... “Eu vou dormir de duas horas/ três horas da manhã fazendo crochê e me acordo duas horas da tarde/três horas...” (Jandaia, 20 anos).

“Eu fico conversando, leio a bíblia, gosto de escrever, entendeu... Assistir televisão, a gente faz unha, as meninas que fazem unha, fazem minha unha, ajeita o cabelo, faz uma limpeza de pele, faz sobrancelha”. (Saíra, 26 anos).

A frase “ocupar a mente” como uma forma de “passar o tempo” de prisão se fez presente nas falas das mulheres; deste modo, em suas formas de adaptação, o que se torna aparente é a constante busca por ocupações e maneiras de sentir-se produtiva e fazer do tempo de reclusão mais rápido e mais fácil.

Contrariando o item XII do artigo 41 da Lei de Execução Penal, que afirma a “igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena” (BRASIL, 1984), torna-se perceptível aqui a discrepância do decorrer dos dias entre as mulheres que tem a possibilidade de executar alguma atividade laboral oferecida pela instituição e as mulheres que não tiveram essa oportunidade; uma vez que, enquanto as primeiras podem trabalhar,

aprender uma profissão, receber um salário para isso e, principalmente, sair da cela, sentir-se produtiva e “acelerar” o passar dos dias, as demais até podem fazer isso, porém como uma forma de subversão/adaptação ao sistema que é imposto, dependendo sempre de fatores externos para que a execução dessas atividades sejam efetivas, como a ajuda da família para aquisição de materiais, por exemplo.

“Sempre procuro ocupar a mente que eu sou manicure, cabelereira, uma maqueia a outra, mil e uma utilidades, sempre pra ocupar a mente, sabe?! Faço parte do coral. Faço parte da igreja”. (Neinei, 28 anos).

O cotidiano no Maria Júlia Maranhão possui, ainda, em suas possibilidades, o coral, que é composto por quatro mulheres, que ensaiam e apresentam-se dentro e fora da penitenciária; o time de futebol; as atividades religiosas, que são oferecidas por parcerias da instituição com entidades externas, além do culto desenvolvido pelas próprias mulheres no pavilhão do convívio.

“É. À noite, de 6 horas, quase todo dia. Um dia sim, outro não. Aí elas bate lá a hora e dá oportunidade de cada uma cantar. Cela 6, cela 7... Aí dá a oportunidade pra louvar e uma palavra.” (Jandaia, 20 anos).

Conhecer o dia a dia dentro da penitenciária estudada mostra que possibilidades existem: trabalho, estudo, participação no coral, atividade religiosa, time de futebol, crochê, entre outros; porém a real participação das mulheres nestas atividades não é tão efetiva como deveria, uma vez que a quantidade de vagas comparada com a quantidade de mulheres é mínima, como o coral, que é composto por apenas 4 mulheres, ou os trabalhos oferecidos, que serão tratados mais à frente. Isso mostra que, embora existentes, os direitos não são para todas, privando de grande parte dessas mulheres muitos desejos e necessidades.

A Lei de Execução Penal afirma, entre outros, como direitos do preso ou presa: “V – proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação; VI – exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena.” (BRASIL, 1984); o que mostra que, mesmo para aquelas que possuem mais oportunidades, ainda existem direitos violados, uma vez que, embora haja possibilidades, algumas ocupações ainda são totalmente negligenciadas, como atividades de lazer ou esportivas, por exemplo.

Ainda que assistir televisão, jogar dominó ou baralho possam ser atividades consideradas como lazer para algumas pessoas, é possível afirmar que neste contexto elas estão muito mais relacionadas ao ócio e à escassez de escolhas, do que o lazer em si, pois este

diz respeito à escolha e ao interesse de cada um, trazendo consigo a oportunidade de realização pessoal (MARTINELLE, 2011). Além disso, como visto no item 4.1.2. deste trabalho, o lazer, para estas mulheres, possui grande importância, e a este elas relacionavam atividades como idas à praia, festas, passeio com os filhos e familiares. Deste modo, além da violação de direitos previstos na lei, esta situação contribui para injustiças ocupacionais, tornando a reclusão muito mais que privação de liberdade; privando também do direito da participação de ocupações necessárias e desejadas.

A importância e o direito da participação nas ocupações aqui discutida vêm da perspectiva de que a ocupação possui relação direta com a saúde e o bem-estar das pessoas (AOTA, 2010; WILCOCK; TOWNSEND, 2011). Assim, ao analisar o caso das mulheres privadas de sua liberdade na penitenciária de recuperação feminina Maria Júlia Maranhão, é possível afirmar que elas, entre outros indivíduos em situação de vulnerabilidade social, passam por um processo de exclusão no que diz respeito ao acesso de direitos sociais básicos e da participação na vida social e política (GALHEIGO, 2006, p. 91, tradução nossa). Reconhecendo situações como esta, torna-se importante o empoderamento do sujeito, de forma que “o empoderamento e a reapropriação pretendem ser processos através dos quais as pessoas podem tomar decisões e contemplar novas possibilidades de ação, por meio dos quais formulam novas reivindicações e percebem novas oportunidades de vida.” (GALHEIGO, 2006, p. 91, tradução nossa).

5.2.3 *O dia de visita*

As visitas familiares e sociais no Júlia Maranhão acontecem aos domingos das 8h às 16h no pátio da instituição. Este fica situado atrás do pavilhão do convívio, é coberto e possui alguns bancos, porém não comporta a quantidade de pessoas, por isso alguns encontros acontecem em um pátio maior, que fica à frente dos pavilhões; este não é coberto, ficando, portanto, exposto ao sol e à chuva, nem possui bancos e o chão é de “terra batida” (Notas do diário de campo). Os visitantes, além de rever as mulheres que ali estão, podem levar mantimentos, produtos de higiene pessoal e possíveis materiais necessários para os trabalhos autônomos desenvolvidos por algumas delas, como esmaltes, produtos para cabelo ou linha para crochê, por exemplo.

No geral, as mulheres entrevistadas recebem visita de, pelo menos, uma pessoa; porém, enquanto algumas relatam ter o apoio da família, outras se sentem, de alguma forma,

abandonadas, o que acaba por tornar ainda pior o período em que passam na penitenciária. Sobre isso, Lemgruber (1999) afirma que o contato com a família representa o vínculo com o mundo externo à prisão; e, quando há a impossibilidade deste vínculo, o sofrimento é maior ainda. Esse sofrimento pode ser notado na fala de uma das entrevistadas:

“Hoje em dia, quero ver meus filhos, não posso. Minha família não traz. É como se tudo tivesse acabado pra mim. É difícil pra mim... Não tenho notícias de ninguém, nem principalmente dos meus filhos, né. À noite aqui só eu e Deus sabe como eu fico aqui. Durante o dia assim eu tento, converso com uma, brinco aqui, brinco acolá que é pra ver se eu me distraio um pouco mais à noite... E o dia mais difícil pra mim aqui é o final de semana, que é o domingo. Que é o dia que eu sei que a família vem visitar. É como se você fosse um... Assim, você olha assim pras parede, vê todo mundo com sua família e você como se fosse um nada. Um zé ninguém pro mundo.” (Anacã, 32 anos).

A visita do cônjuge, do companheiro, de parentes e amigos em dias determinados é garantida pela Lei de Execução Penal (1984), e mais que um direito, ela representa, muitas vezes, apoio, força e esperança. É neste dia que podem reencontrar a família, amigos e, principalmente, rever os filhos de quem tanto sentem falta e sofrem por não acompanharem o crescimento. Sobre os visitantes, algumas relatam:

“Não... Só da minha mulher. Eu moro com uma faz um tempo...” (Beija-flor, 32 anos)

“Minha mãe que vem me ver, se não fosse ela aqui desde o começo até o fim. Ela disse que não me abandona nesse lugar.” (Agaponis, 21 anos)

A mãe ressalta-se como visitante mais frequente nos resultados da pesquisa. Algumas vezes os filhos ou irmãos surgiram nos relatos, e apenas uma das entrevistadas citou o esposo: *“Ele vem me visitar, mas é muito complicado né aqui dentro desse lugar”* (Saíra, 26 anos) e, como citado, Beija-flor relata receber a visita de sua companheira; pode-se notar, então, que a figura da mulher se faz muito mais presente.

“Da minha mãe, da minha filha e tem vez que meu irmão vem. Como ele é de Recife, ele não vem toda semana. Meu pai também mora em Recife não vem toda semana, vem às vezes de quinze em quinze dias, às vezes passa um mês, mas todo domingo minha mãe e minha filha tão aqui”. (Neinei, 28 anos).

“Vem sim (os filhos), mas não é o mesmo carinho, o mesmo amor que eu dei. A mesma atenção que eu sempre dou pra eles, que tô ali 24 horas”. (Ananai, 21 anos).

Assim como apresentado por Julita Lemgruber (1999) em seu livro “Cemitério dos vivos”, o apoio familiar vem de diversas formas, desde o moral e emocional, até o apoio financeiro. Este apoio financeiro vai além dos mantimentos e materiais para o trabalho, ele

frequentemente diz respeito, também, aos medicamentos e produtos de higiene. Ressalta-se, ainda que, de acordo com a Lei de Execução Penal (1984), Seções II e III, a assistência material, consistindo em fornecimento de artigos de vestuário, alimentação e instalações higiênicas; e a assistência à saúde, que deverá contar com atendimento médico, odontológico e farmacêutico, são direitos das pessoas inseridas no sistema prisional do Brasil.

“Recebo, minha mãe. Todo domingo ela vem. Assim, eu acho que pra ela não faz muito bem não, é lógico que não, com certeza pra ela não faz muito bem não. Eu sou filha única, né?! Ela já sofreu um infarto já na rua sozinha, por causa de mim, não assim por causa de mim, porque eu tô aqui. Não é muito bom não, eu não vou mentir que é bom ver ela chegando e ver ela saindo, não vou mentir, pra ela também não deve ser bom ela vim deixar as coisas e sair sem mim. Difícil... Três anos já puxando essa coisa todo domingo é complicado. Eu peço pra ela ficar em casa, ela diz que não vai ficar porque tem uma filha doente, fica pensando se tem remédio, se não tem; querendo ou não aqui a gente não passa fome, não tem condição de passar fome, não tem condição de não ter nada, sempre alguém arruma alguma coisa, mas na mente dela se ela não trazer pra mim eu vou tá precisando.” (Anu, 28 anos).

Não, porque aqui realmente a gente só tem se tiver alguma atividade pra fazer, porque se não tiver aqui você não tem nada, não tem nada. Se precisa de um sabonete, um sabão até pra lavar roupa, é difícil. Às vezes aqui mesmo a gente pega, às vezes não tem, quando tem elas dão. Também se eu disser que é tão ruim assim, eu tô mentindo né. Mas, quando não tem também, elas não podem fazer nada. Mas, em compensação a dependência mesmo é da família lá fora, em trazer algo pra gente, uma alimentação e tudo, mas... (Anacã, 32 anos).

Às quartas-feiras à tarde acontecem as visitas íntimas. A visita íntima é assegurada a todo indivíduo inserido no sistema prisional através do Art. 95 da Lei de Execução Penal (1984), porém, no caso das mulheres, este direito é reiterado através da resolução 96/2001 da Secretaria das Administrações Penitenciárias, de forma que, entre outros itens, resolve: “Art. 1º - Assegurar o direito à visita íntima às mulheres presas nos estabelecimentos penais de regime fechado e do semiaberto; Artigo 2º - A visita íntima será entendida como direito da mulher presa e não como regalia” (BRASIL, 2001). Apenas duas das oito mulheres entrevistadas relataram receber visita íntima:

“Recebo, mas é muita coisa que a gente sente falta, é complicado também a prisão.” (Saíra, 26 anos).

“Recebo visita íntima. Ela se encabula mais ainda por causa disso. Ela sempre fala: Minha nega é uma bicha safada”. (Beija-flor, 32 anos).

Beja-flor explica, brevemente, como acontece a visita íntima:

É uma cela normal, com cinco cama. A gente leva lençol pra colocar na grade pra as pessoas que vão passando não ver e forra os lençol lá naquele colchão, porque é uma “seboseira” só... E ficamos lá né, só que não é todo dia não, é só as duas horas

que a gente pode ficar lá, porque é muito pequeno, um espaço pequeno e são muitas sabe. Acho que é oito cela. Ai vai de oito em oito. As que “for” chegando tem que esperar dar a hora.

Ao que pôde ser notado, tanto nas falas das mulheres como dos profissionais da instituição, todas que ali estão podem receber visita íntima, porém a quantidade é bastante pequena, para o número total de mulheres reclusas. Pode-se associar este fator, de acordo com os relatos das mulheres entrevistadas, ao abandono por parte do companheiro, uma vez que, dentre elas, apenas uma manteve o relacionamento após a reclusão.

Além disso, as mulheres com relações homoafetivas, como no caso de *Beija-flor*, que conheceu a companheira na penitenciária, mas que agora se encontra em liberdade, também estão autorizadas à visita íntima, como assegurado pela resolução nº 1/2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária: “Art. 6º - É garantido o direito à visita íntima para a população LGBT em situação de privação de liberdade, nos termos da Portaria MJ nº 1.190/2008 e na Resolução CNPCP nº 4, de 29 de junho de 2011”.

Bernardi (2013) afirma que pesquisas em presídios mostraram que as mulheres recebem menos visitas que os homens; além disso, relata que, assim como no caso dos resultados desta pesquisa, a maioria é mulher. A autora apresenta, também, que os visitantes das mulheres reclusas são, geralmente, parentes consanguíneos, enquanto os homens, além desses, recebem em sua maioria a visita de suas companheiras. Desta forma, é possível notar que os dados coletados na penitenciária de recuperação feminina Maria Júlia Maranhão seguem a mesma lógica.

5.2.4 O conforto de Deus: práticas religiosas e espiritualidade

Aos sábados, as mulheres privadas de liberdade no Júlia Maranhão tem a possibilidade de participar de grupos religiosos que visitam a penitenciária: Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Batista, Nazareno, Presbiteriana, Betel e um grupo da Igreja Católica; além disso, há, ainda, nas quartas-feiras o grupo espírita. De acordo com as informações da administração da instituição, todas as mulheres que desejarem participar de algum destes momentos estão autorizadas; no entanto, na visita realizada ao pavilhão do convívio, no diálogo com algumas mulheres, uma afirmou: “No religioso só 20 mulheres podem ir, a gente fica aqui só tentando ouvir” (Notas do diário de campo – 21/07/2014), o que acaba por trazer certa dúvida desta autorização e de como ela realmente acontece, uma vez

que, no período e nos procedimentos da presente pesquisa, não foi possível analisar essa questão de forma mais aprofundada.

Religiosidade e espiritualidade estão relacionadas, mas não são sinônimos. Religiosidade envolve um sistema de culto e doutrina que é compartilhado por um grupo, e, portanto, tem características comportamentais, sociais, doutrinárias e valorais específicas. Espiritualidade está relacionada com o transcendente, com questões definitivas sobre o significado e propósito da vida, e com a concepção de que há mais na vida do que aquilo que pode ser visto ou plenamente entendido (SAAD; MASIERO; BATTISTELLA, 2001, p. 108).

A participação nos grupos religiosos pelas mulheres entrevistadas não foi unânime, porém a expressão de espiritualidade se fez presente em suas falas, uma vez que, ainda que não frequentem “a igreja”, leem a bíblia, falam de Deus e tem ele como força para passar por este momento difícil; ainda que, como apresenta os autores supracitados, espiritualidade, também, vá além desta ligação com Deus.

“Eu não tenho religião não. Tenho fé em Deus e eu louvo eu canto pra Deus”. (Jandaia, 20 anos).

“É muito bom, bem edificante, nos fortalece espiritualmente pra poder enfrentar, porque não é fácil. Não é fácil esse lugar. Muita mulher, muita gente, é muito complicado. Aí quando a gente vai, tem as orações né, a oração é uma coisa muito boa na vida da gente, a oração fortalece. Aí a gente se fortalece, louva a Deus, eles leem a palavra...tudo isso.” (Saíra, 26 anos).

A expressão religiosa/espiritual parece ir além do direito de tê-la, demonstrando haver nela uma força capaz de auxiliar na passagem dessas dificuldades e no enfrentamento do dia a dia na penitenciária. Rodrigues (2005), em um estudo realizada na Penitenciária Feminina do Estado do Rio Grande do Sul, buscou contemplar as relações entre as mulheres reclusas e os indivíduos de instituições religiosas que ali atuavam; entre outros muitos pontos, a autora propõe, como forma de compreensão da adesão religiosa, que esta se refere a o movimento com vistas à reorganização da vida dentro da prisão, desenvolvendo novas maneiras de proteção da identidade do indivíduo.

“Quando cheguei aqui tava com começo de depressão, mas sou uma pessoa que me apego muito a Deus. Hoje sou evangélica né, mas antes quando eu não conhecia esse Deus maravilhoso né, então assim, muitas “coisa” mudou”[...] É assim, porque sem Deus eu não sou nada. Mas eu quase que entrava em depressão, cheguei já a pensar em tirar a minha vida aqui.” (Anacã, 32 anos).

É possível, observar, então, essa reorganização e essa nova forma de identidade, trazida pela autora, nas palavras de Anacã, em que, através da prática religiosa e “desse Deus

maravilhoso”, enxergou mudanças em sua vida e conseguiu sair da depressão pela qual passou no início da reclusão. Com relação à vida antes da reclusão, algumas das entrevistadas referiram-se a práticas religiosas; porém, assim como em algumas falas aqui apresentadas, isto se relacionava mais a “acreditar em Deus” e “ter a minha fé”, que a uma religião propriamente dita.

Para a terapia ocupacional, os valores, crenças e espiritualidade são fatores inerentes ao indivíduo, não sendo possível destacá-las do seu contexto. Eles influenciam na motivação para o envolvimento em suas ocupações, e fornecem significado para sua vida (MOYERS; DALE, 2007 *apud*. AOTA, 2010). Por isso, a possibilidade de expressar-se religiosa ou espiritualmente, principalmente no contexto deste estudo, é de suma importância; e mais que nas linhas da LEP, como direito previsto no sistema prisional, é aspecto intrínseco, ainda que na não crença; uma vez que envolve a “busca pessoal para compreender respostas para as questões recentes sobre a vida, sobre o significado e o relacionamento com o sagrado ou o transcendente, o qual pode (ou não) conduzir ou resultar em um desenvolvimento de rituais religiosos ou formação de comunidade” (MOREIRA-ALMEIDA e KOENIG, 2006, p.844 *apud* AOTA, 2010).

5.2.5 *O Trabalho e a Educação na Penitenciária de Recuperação Feminina Maria Júlia Maranhão*

5.2.5.1 *As possibilidades de trabalho oferecidas pela instituição*

De acordo com as entrevistas e com as informações fornecidas pela administração da penitenciária, as possibilidades de trabalho oferecidas pela instituição são, atualmente, o ateliê de bonecas, as cozinhas, a “casa”, o almoxarifado e a escola; vale ressaltar a fábrica de costura que existia na contemporaneidade da coleta de dados.

O ateliê de bonecas, de acordo com as informações das entrevistadas, da administração da penitenciária e do diário de campo, é resultado do projeto Castelo de Bonecas, que nasceu da aptidão de uma das mulheres que por ali passou; esta recebeu a oportunidade de colocar em prática e passar adiante seu conhecimento, ensinando outras mulheres. Assim, com o crescimento do projeto, abriram-se caminhos e instituiu-se o ateliê, que é sustentado pelo dinheiro arrecadado pelas vendas das bonecas e demais produtos. Um espaço bastante pequeno para a grandeza que contém; uma sala com duas máquinas de costura, e paredes

repletas de prateleiras cheias de bonecas, chaveiros, guirlandas e todo tipo de produção realizada ali; a qualidade do produto é incontestável, as bonecas são muito belas e bem acabadas.

No momento da pesquisa havia cinco mulheres trabalhando nesta atividade; a produção é realizada com a renda da própria venda ou de doações de materiais; para compra basta marcar um horário com a administração e encaminhar-se até a penitenciária; há, ainda, a possibilidade de encontrar as bonecas em exposições ou, até mesmo, de solicitar e organizar uma exposição para vendas. Os produtos custam entre R\$10 e R\$35 e variam de chaveiros, guirlandas, bonecas, peso para porta e lembrancinhas de casamento, aniversário etc.

“A fabrica de bonecas, eu me sentia mais á vontade [...] Lá é como se a gente fosse uma criança ne, é boneca demais.” (Agaponis, 21 anos).

“E agora já sei de tudo. Sair daqui, meu sonho é trabalhar, fazer minhas peça. Minhas primeira peça que eu quero fazer é pra minha filha, encher o quarto dela de rosa e lilás, boneca só pra ela. As segunda peça, aí eu vendo pra ganhar dinheiro.” (Ananai, 21 anos).

O Ateliê não consiste apenas em mais uma atividade oferecida pela instituição; ele vai além e produz conhecimento, produz beleza e sonhos. As mulheres que ali trabalham se tornaram artesãs pela situação em que estão inseridas; todas que, de alguma forma puderam relatar sobre o projeto, apresentavam a fala: “eu não sabia pregar um botão e olha só tudo o que faço agora”. Além de ser uma iniciativa agenciadora de mudanças, de desenvolvimento de habilidades, de profissionalização e de empoderamento do ser dentro de um ambiente de privações, este projeto propicia às mulheres a geração de renda, possibilitando não só a continuidade do Ateliê, mas também ajuda à família.

A penitenciária contém duas cozinhas, uma destinada à alimentação das mulheres reclusas e outra para os funcionários da instituição; em ambas, o trabalho é realizado por parte dessas mulheres. As trabalhadoras da cozinha são as primeiras a iniciarem atividade na instituição – às 5h já começam os preparativos para o café da manhã. Lá são realizadas todas as etapas de todas as refeições, desde a higienização, corte e pré-preparo dos alimentos, até o preparo em si e a distribuição. O expediente termina às 18h, quando é servida a última refeição do dia.

“Eu acordava de 5 horas pra ir pra cozinha e saia de lá de 7 horas/ 6 horas da noite... O dia todo trabalhando.

Eu limpava a cozinha, cortava frango, cortava carne. Ajudava no preparo . (Jandaia, 20 anos).

Segundo a fala de *Jandaia*, na cozinha trabalha-se cerca de 12 horas por dia, o que infringe o supracitado Art. 33 da Lei de Execução Penal (1984), que determina 8 horas como o máximo de carga horária diária para o trabalho prisional. Além disso, a cozinha, diferente dos demais locais de trabalho, funciona todos os dias, incluindo finais de semana e feriados, o que, mais uma vez, contradiz o Art. 33 da LEP (BRASIL, 1984).

Jandaia informara também que na própria cozinha em que são preparadas as refeições para todos os pavilhões existem duas cozinheiras, uma responsável pelo alimento das trabalhadoras dali e outra para as demais. Este dado reflete, ainda, o fato de que existe uma cozinha diferenciada para os funcionários, o que suscita a reflexão de que a segregação se faz presente em muitos aspectos dentro da penitenciária – e o alimento consumido faz parte desta lista. Segue abaixo um trecho do diário de campo que contribuiu com o despertar deste pensamento:

Enquanto aguardava, fiquei no hall. Ali estavam a diretora da penitenciária e outros funcionários; logo uma das trabalhadoras da cozinha dos funcionários chegou servindo batata frita para todos. O que me fez pensar: “Será que algum dia alguma daquelas mulheres teve a oportunidade de comer algo assim ali?”. Existem duas cozinhas, uma para as mulheres que estão ali e outra para os funcionários; existe mesmo esta necessidade ou é apenas segregação? (Trecho do diário de campo: 08/08/2014).

A “casa” é a forma como se denomina o trabalho de limpeza e serviços gerais, como, por exemplo, a varredura do pátio, retirada de lixo, limpeza do pavilhão. Ao contrário das demais atividades, esta não possui um expediente com determinada quantidade de horas; duas vezes ao dia essas mulheres saem do pavilhão para a realização das tarefas. De acordo com *Agaponis*, atualmente, seis mulheres trabalham na casa.

Sai de manhã de 9 horas e sai à tarde de 2 horas. (Agaponis, 21 anos).

Existem, ainda, possibilidades de trabalho no almoxarifado e na escola, que consistem, basicamente, em atividades de organização; no almoxarifado, de materiais de limpeza, alimentos e demais produtos, e na escola, dos livros, cadernos entre outros materiais. Por último, cita-se a fábrica de costura, que tinha expediente das 8h às 18h de segunda a sexta-feira, e, eventualmente, aos finais de semana, quando necessário, sendo pago, desta forma, um valor a mais como hora extra trabalhada.

Às vezes no sábado que a gente trabalhava, mas ela pagava fora né a hora extra. Mas era divertido, apesar do pouco tempo né, mas eu gostei. Se eu pudesse, assim, ah meu Deus! Se eu pudesse não tinha nem fechado, tava aí ainda. E era divertido,

a gente fazia o que, fazia 450/500 peças por dia, às vezes até mais. (Anacã, 32 anos).

A fábrica era uma parceria da instituição com uma confecção, que se instalou na penitenciária e fornecia os materiais e salário às trabalhadoras; e, assim como nos demais trabalhos, existia a remissão da pena. De acordo com a entrevista de *Anacã*, o salário recebido pela empresa não era fixo, permanecendo numa faixa de R\$200,00 mensais.

Se eu disser que eu ganhava um salário, eu to mentindo. Pra não dizer assim, que eu ganhei um pouco a mais, foi depois de uns dois meses, se eu não me engano, três meses, por aí; que foi o único dinheiro que eu recebi que foi R\$ 456, de lá pra cá era R\$ 200/100. [...]Não era fixo, mas mesmo assim ela fez um acordo com a gente, aí fez a gente assinar uns papeis no valor de R\$ 570, quase R\$ 800 né? Só que a gente não recebia. (Anacã, 32 anos).

O Art. 29 da LEP (1984) determina que a remuneração do trabalho prisional não deve ser inferior a três quartos do salário mínimo; desta forma, no ano da pesquisa – 2014, de acordo com o Decreto nº 8.166 de 23/12/2013, o valor do salário mínimo era de R\$724,00, sendo, portanto, R\$543 o valor mínimo para o salário do trabalho prisional neste ano. Estes dados mostram que, além da infração de determinantes diretamente ligadas ao trabalho dentro do sistema penitenciário, os direitos trabalhistas previstos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (BRASIL, 1943) também se encontram inviabilizados, uma vez que a própria LEP (1984) declara no Art. 28 § 2º que este tipo de trabalho não está sujeito à CLT.

Lemgruber (1999) apresenta, sobre isto, que, apesar desta determinação por parte da LEP, nem o Código Penal Brasileiro, nem a própria CLT excluem o indivíduo recluso de sua liberdade dos direitos trabalhistas, acrescentando:

Assim, a própria CLT não exclui os detentos daqueles a serem amparados por seus preceitos. Entre estes, os mais importantes são os que estabelecem a duração da jornada de trabalho (Capítulo II, Seção II); o salário mínimo (Capítulo III); as férias (Capítulo IV); e a segurança e higiene do trabalho (Capítulo V). Não assegurando esses direitos ao homem privado de liberdade se está infringindo a própria Constituição que, no art. 165, dispõe sobre os direitos dos trabalhadores. (LEMGRUBER, 1999, p. 142).

Desta forma, é possível concluir que, assim como em outros pontos aqui discutidos, a infração de direitos abrange desde o direito de poder realizar a atividade, até a qualidade desta realização e as garantias previstas pelas leis brasileiras, tornando, assim, o trabalho no contexto da pesquisa, além de escasso com relação à demanda, distante das condições necessárias para seu desenvolvimento digno.

Antes de finalizar as considerações sobre as oportunidades oferecidas pela instituição, faz-se necessária uma breve discussão de como acontece a seleção para o preenchimento destas vagas. O fato de que existem muito mais mulheres do que oportunidades de trabalho é evidente no decorrer das discussões, uma vez que, na contemporaneidade da pesquisa, havia uma média de 350 mulheres na penitenciária, e apenas cerca de 30 delas estavam inseridas em alguma atividade laboral proporcionada pela instituição.

Assim, conclui-se que é preciso um método de seleção dessas trabalhadoras; e as falas, tanto da administração quanto das entrevistadas sobre este método são unânimes: “é o comportamento que determina!”, “A gente sabe quando é uma mulher interessada” (Notas do diário de campo). Cabe, então, a pergunta: Será que destas 350 mulheres, apenas 30 são interessadas?, não foi possível avaliar este “método” de escolha, mas pode-se dizer que, muito provavelmente, ele é ineficaz, uma vez que basear-se esta escolha em interesse e comportamento torna-se bastante relativo, a depender de quem analisa.

Pedi pra vim trabalhar aqui, muitas coisas...não foi da noite pra o dia, mas insisti né, que eu sou um pouco insistente nas coisa. (Anacã, 32 anos).

“Com 3 meses que eu tava aqui dentro recebi a oportunidade de trabalhar; primeiro eu fui trabalhar na fábrica de costura, cheguei aqui sem saber pregar um botão, hoje sei fazer roupa, boneca. Trabalhei na fabrica de boneca, hoje eu estou nos serviços gerais, limpeza.

Aí depois eu pedi uma oportunidade né, pra chefe de disciplina, ela olhou o meu comportamento e me deu a oportunidade, fui pra Fábrica.

Tava na fábrica, pedi pra ir pra o convívio. Quando eu saí da fábrica eu não fui pra o serviços gerais, eu fui pra o convívio, aí do convívio, depois que eu soube que a pessoa foi embora eu pedi de novo a oportunidade. Como eu tinha bom comportamento ela me levou de novo, aí depois vim de novo, fui pra o convívio de novo, aí depois do convívio, agora estou nos serviços gerais.” (Agaponis, 21 anos).

As falas de *Agaponis* permitem analisar de forma interessante as maneiras como se dão as oportunidades de trabalho. Ela que, dentre as entrevistadas, recebera uma pena maior e estava há menos tempo na penitenciária, já pôde trabalhar, praticamente, em todas as possibilidades que existem naquele contexto. Além disso, pediu para sair da fábrica por um problema com outra mulher que lá trabalhava, podendo retornar ao saber que ela havia saído. Não se deseja aqui dizer que este direito de escolha não deva acontecer; porém, ele acaba sendo praticamente inexistente, e se torna, até mesmo, contraditório. Sobre isto, a postura de *Agaponis* durante a entrevista também despertou reflexões:

A última mulher que entrevistei foi *Agaponis*. Ela foi a que mais me chamou atenção, chegou logo perguntando quem havia dito para chamá-la; expliquei como foi realizado o corte. *Agaponis*, embora tenha se emocionado em alguns momentos da entrevista, demonstrou-se apática, como se estivesse com medo de responder às

perguntas e prejudicar-se de alguma maneira. Ela, entre as 3, com a pena maior e menos tempo de prisão, já teve 3 diferentes oportunidades de trabalho. Alegou que eles sabem quando a pessoa tem interesse e disse que lá eles oferecem tudo o que precisam. (Notas do diário de campo – 08/08/2014).

5.2.5.2 Trabalhos independentes

Com a pouca possibilidade de ingresso em um trabalho remunerado pela instituição ou parcerias, as mulheres acabam por desenvolver sua própria fonte de renda. Entre estas se destacam o crochê, os serviços relacionados aos cuidados com a beleza e a realização da faxina das celas. Das mulheres entrevistadas que fazem crochê e vendem os produtos, todas aprenderam esta função dentro da penitenciária. Os materiais são fornecidos pela família e as vendas são realizadas dentro da penitenciária e fora, através, também, da família.

“Eu faço crochê. Aprendi aqui dentro. Eu faço vestidinho de crochê, saia, top, biquíni. [...] A gente manda pra rua e vende lá, pela família, a família traz as linhas, nós faz e depois eles vendem.” (Jandaia, 20 anos)

“Meu passatempo aqui ta sendo crochê, não tem nada a ver comigo... de vem em quando eu pego a linha, faço. [...] Eu vendo. Eu faço um monte de coisa, bolsa, short, saia. [...] Não, não é muito fácil, não. É mais cabeça... No começo é muito difícil.” (Anu, 28 anos).

Já as atividades relacionadas aos cuidados com a beleza parecem ser conhecimentos adquiridos antes da reclusão. Os serviços oferecidos são corte de cabelo, pintura, alisamento, escova, manicure, pedicure, depilação, maquiagem, aplicação de piercing, entre outros. O pagamento pode ser realizado através de dinheiro, que é negociado entre as famílias, em produtos, como tinta de cabelo ou esmaltes, através do Derby (cigarro), que é o dinheiro da penitenciária, ou, ainda, através de troca por outros produtos ou serviços.

“Gosto de todo mundo, faço cabelo, faço corte de unha, até piercing eu boto nas meninas [...] Faço pintura, faço selagem, passo alisante no cabelo, escovo, prancha normalmente, faço babyliiss.” (Beija-flor, 32 anos).

E pra fazer unha eu tive que ficar pedindo direto, porque assim que você chega não pode, que tem materiais cortantes e como é presídio não pode né. Aí eu fiquei pedindo, pedindo, pedindo, até que deixaram. [...] É. Aqui é derby, mas só que assim... eu peço pra trazer um creme, um shampoo, essas coisas também né, que possam entrar. Ela as vezes traz assim o que eu preciso... Tipo assim... um sutiã, uma calcinha, um shampoo, creme, hidratação, essas coisas. (Neinei, 28 anos).

Esses trabalhos não possuem ligação com as regras do trabalho prisional trazidas pela LEP (1984), desta forma o valor arrecadado, seja em produtos ou em dinheiro, é todo da profissional; porém, por não ser vinculado à instituição, não existe a remissão da pena. *Beija-*

flor relata que consegue “tirar” por semana mais ou menos R\$ 600,00; um valor bem superior ao que é recebido pelas demais trabalhadoras do Júlia Maranhão.

Eu tiro 600 por semana. É bom por uma parte né?! Tem que se esforçar muito. Tô com as minhas mão toda pipocada de tanto trabalhar, mas ganha bem né. (Beija-flor, 32 anos).

Por fim, há a prestação de serviços através da faxina nas celas. Como relatado, na cultura da penitenciária existe a escala de faxina de cada cela, porém existe a possibilidade de pagar a outra mulher para que esta realize a atividade. Estes trabalhos, embora independentes da instituição, dependem muito mais de fatores externos, como a ajuda da família ou a existência de clientela, o que acaba com torna-los mais vulneráveis, sendo, portanto, uma fonte de renda não totalmente garantida.

5.2.5.3 Trabalho e seus significados

Ao longo da pesquisa foi possível perceber que “ajudar a passar o tempo” e “ficar fora da cela” são os maiores significados que o trabalho prisional tem para as mulheres reclusas no Júlia Maranhão. “Ocupar a mente” como forma de distanciar-se do ócio se fez presente nas falas das entrevistadas, porém pôde-se notar, também, que, além desse passar de tempo, o aprendizado e a profissionalização que algumas puderam adquirir dessa experiência são pontos bastante positivos no trabalho exercido, principalmente por parte das mulheres que trabalham no ateliê de bonecas, que aprenderam a fazer crochê ou, enfim, as que puderam se tornar costureiras na antiga confecção.

“O pouco que eu aprendi, mas pra mim foi muito. Hoje em dia se eu sair tenho uma profissão que eu não tinha antes né? [...] Tenho uma profissão, o pouco que Deus me ensinou, eu agradeço e assim “seguir” a cabeça. [...] Tô lutando novamente pra conseguir outro pra ocupar minha mente, porque a gente aqui sem atividade a gente pensa em mil coisas. É como diz o ditado: Oficina vazia... é, mente vazia é oficina do inimigo né” (Anacã, 32 anos).

“E a pessoa às vezes ver o sol ‘quadrado’ direto, isso incomoda, mexe com a pessoa. Acho que é por isso que muita gente enlouquece, de tanto tá vendo o sol quadrado, por isso que eu inventei logo de fazer uma coisa, pra não tomar remédio controlado.” (Beija-flor, 32 anos).

“É bom trabalhar pra esquecer, né, as coisas. Passa o dia com a mente ocupada, eu gostava.” (Jandaia, 20 anos).

“Bem interessante, ocupava muito o nosso tempo. É bom porque o tempo passava rápido, começava 7 da manhã e a gente voltava já de noite e já botava pra dormir. Só entrava pra almoçar. Entrava de 11, pra sair de 12. Aí voltava pra trabalhar. Só

voltava de noite pra dormir. Passava rápido. [...] Mas, é muito bom uma ocupação dentro da cadeia, viu. É muito bom porque passa o tempo, a gente ocupa a mente. Que a pessoa já vive enfurnada e mais com a mente desocupada, tem que ter uma coisa pra se ocupar.” (Saíra, 26 anos).

Para a terapia ocupacional, ocupação vai muito mais além de “ocupar a mente”; porém, neste contexto, faz-se de suma importância valorizar esta questão, uma vez que construir maneiras de tornar a passagem do tempo mais rápida ou de evitar o ócio, na situação de privação de liberdade, é uma rica estratégia de sobrevivência e de desenvolvimento de sentido da vida. Através das adaptações cotidianas em busca de manter a mente ocupada, essas mulheres podem criar uma fonte de renda, desenvolver relações para além das companheiras de cela e sentir-se produtivas.

Sobre a diferença entre o período em que estava trabalhando e a atualidade sem poder exercer nenhuma atividade, *Jandaia* e *Anacã* acrescentam:

“Eu me sentia melhor trabalhando... na cozinha, porque eu gosto muito de cozinhar, né? Aí eu sempre gosto de tá perto dos alimento (risos). Adoro cozinhar.” (Jandaia, 20 anos).

“Por um lado, quando eu tava trabalhando, eu gostava. No começo tudo é flores. Eu gostava, o serviço não era muito pesado, eu ficava fora, bem dizer às vezes quando eu trabalhava o dia todo, eu ficava fora o dia todo... só pelo fato de eu não tá trancada na cela com um “mói” de gente, eu já gostava, mas chega um tempo que cansa, né?! O serviço vai ficando meio pesado, chega um tempo que cansa, aparece dores, eu tava com problema de “brucite” e não tinha remédio aqui.” (Anacã, 32 anos).

O trabalho neste contexto apresenta-se com muitos pontos positivos; porém, como é possível notar na fala de *Anacã*, ele também pode apresentar-se com pontos negativos, uma vez que, para ela, embora tenha sido bom o período em que trabalhava, foi prejudicial à sua saúde, e, sem assistência adequada, a atividade se tornou desagradável para a mesma. É possível afirmar que este sentimento advém da pouca assistência ou, até mesmo, das condições precárias do trabalho e não da atividade em si, o que mais uma vez infringe os direitos do indivíduo privado de sua liberdade, como pode ser notado no Art. 28 da Lei de Execução Penal (1984): “O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva. § 1º Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene”.

De uma maneira geral, é possível ressaltar o diferencial que o trabalho, como ocupação humana fundamental e de direito, tem na vida de uma pessoa, em especial neste processo de privação de liberdade, oferecendo a ela a oportunidade de ser produtiva, de sentir-se satisfeita e de bem-estar pessoal, ainda que nessas condições este tipo de sentimento seja

bastante difícil. O trabalho possibilita um empoderamento de si que pode ser notado na postura daquelas mulheres, em comparação com as que não têm a oportunidade de realizar atividade neste âmbito, além da relativa “liberdade” que lhes é oferecida – elas não ficam o dia inteiro presas numa cela minúscula com mais de 20 mulheres, permanecem “livres” em seu ambiente de trabalho e podem exercer uma profissão.

5.2.5.4 A educação no Júlia Maranhão

De acordo com informações da administração, há na penitenciária duas salas de aula. No decorrer da pesquisa não houve a oportunidade de conhecê-las internamente, nem tampouco os profissionais que nelas atuam. As considerações das mulheres entrevistadas acerca da educação no Júlia Maranhão foram poucas, limitando-se ao fato de participar ou não desta atividade.

“E estudo ProJovem à noite”. (Agaponis, 21 anos).

“Tem o ProJovem que eu estudo à noite”. (Jandaia, 20 anos).

“Eu faço parte do pró-jovem também”. (Neinei, 28 anos).

“Fiz até a oitava série e aqui eu fiz o ENEM, o supletivo e passei. 1º, 2º e 3º e passei. No ano de 2009 esse ENEM que teve. É porque eu acho que pra gente foi mais fácil é passar, não sei o que foi.. se facilitaram.. Porque também não é fácil né, mas quem fez estudou também, claro né.” (Saíra, 26 anos).

Embora tenham relatado pouco acerca da educação, ao tratar de perspectivas futuras (item 5.3), estudar se mostrou não só como uma maneira de construir um futuro melhor através da formação, como também de diminuir o estigma depositado sobre a pessoa presa.

“Eu acho que iria mudar tanto aqui e pra um dia quando saísse né, futuramente. Porque quando a gente aprende é mais fácil arrumar um emprego, até porque não é fácil arrumar um emprego quem é ex-presidiário né. Mas isso ajudaria muito lá fora pra gente poder se ocupar em alguma coisa.” (Saíra, 26 anos).

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), forma educacional citada pelas mulheres privadas de liberdade nesta pesquisa, nasceu como parte da política de juventude do Governo Federal no ano de 2005; no início contemplava apenas a faixa etária de 18 a 24 anos; porém, no ano de 2008 fora reformulada, ampliando a faixa para 18 a 29 anos e passando a chamar ProJovem Urbano. No Contexto prisional é denominado ProJovem Urbano em Unidades Prisionais (PJUP), e é consequência de um termo de cooperação entre a

Secretaria Nacional de Juventude e o Depen; envolve indivíduos na mesma faixa etária que não tenham concluído o ensino fundamental (ALBERTO, 2011).

O PJUP prevê a conclusão do ensino fundamental, com uma carga horária de 936 horas, distribuídas em três ciclos, com duração de seis meses cada. Além da educação fundamental, os jovens recebem qualificação profissional, com carga horária de 234 horas, e participam de atividades que visam ao resgate da cidadania, com carga horária de 78 horas. Ao todo são 1.248 horas ao longo de 18 meses. Prevê ainda atividades de inclusão digital, por meio de laboratório de informática instalado nas unidades penais, e uma bolsa-auxílio no valor de R\$ 100,00 ao mês, que está condicionada à frequência dos alunos às aulas (mínimo ProJovem de 75% ao mês) e à entrega dos trabalhos previstos. No caso dos alunos de unidades prisionais, a bolsa é repassada para um parente indicado pelo bolsista (ALBERTO, 2011, p 79).

O acesso à educação na penitenciária estudada parece mais fácil comparado ao acesso ao trabalho; porém mostra-se um tanto banalizado, uma vez que, de acordo com as falas e com as observações do campo, as mulheres não demonstram compreender muito bem como acontece esse processo. Citam a participação no ProJovem, a realização de provas, inclusive do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), porém expressam dúvida, quanto à validade e ao significado disso para elas; vale ressaltar que nenhuma delas citou a bolsa-auxílio apresentada por Alberto (2011).

Eu comecei a fazer o supletivo que tem aí... To fazendo o 2º ano. Não sei como é isso [...] No primeiro e no segundo ano, eu nunca vi essa aula. Eu saí essa semana aí, fiz num sei quantas prova, não vi nenhum assunto, só o que ela trouxe, os papéis.. E se a pessoa passar, sem nem saber?! Por isso que muitos médicos tão matando por aí. É esses curso. [...] A escola funciona de noite, né. Às vezes eles vem direitinho a noite. Porque no 1º e 2º ano eles não vem não. Aí é duas vezes no ano (a prova), de seis em seis meses. (Beija-flor, 32 anos).

Fiz o Enem aqui e passei, não sei o que vai valer pra mim, mas eu fiz. [...] Não sei, não tenho condições de saber nada disso. Eu só fiz. (Anu, 28 anos).

O acesso à educação, embora garantido por lei, neste contexto, de acordo com as informações obtidas, apresenta certa discrepância com relação a seu significado, uma vez que este tem por objetivo a contribuição para o desenvolvimento humano, a formação escolar e profissional, além de ser um espaço possível de expressão e socialização, sendo, portanto, muito mais que apenas realização de prova e obtenção de título. Além disso, “[...] pode contribuir para o melhoramento das condições que dão lugar ao delito e as consequências da delinquência” (UNESCO, 1995, p. 177-178 *apud*. BOIAGO; NOMA; p. 04). Desta forma, ainda que haja o espaço educacional, o direito da real participação na educação, que envolve o aprendizado do ensino fundamental, além do desenvolvimento pessoal e de possibilidades

futuras, demonstra-se prejudicado, pois vem se configurando apenas como forma de certificar o estudo.

5.3 Desejos e perspectivas das mulheres entrevistadas

Hoje que a tarde é calma e céu tranquilo,
E a noite chega sem que eu saiba bem,
Quero considerar-me e ver aquilo
Que sou, e o que sou o que é que tem.

Olho por todo o meu passado e vejo
Que fui quem foi aquilo em torno meu,
Salvo o que o vago e incógnito desejo
De ser eu mesmo que meu ser me deu.

Como as páginas já relidas, vergo
Minha atenção sobre quem fui de mim,
E nada de verdade em mim albergo
Salvo minha ânsia sem princípio ou fim.

Como alguém distraído na viagem,
Segui por dois caminhos par a par.
Fui com o mundo, parte da paisagem;
Comigo fui, sem ver nem recordar.
Chegado aqui, onde hoje estou, conheço
Que sou diverso no que informe estou.
No meu próprio caminho me atravesso.
Não conheço quem fui no que hoje sou.

Serei eu, porque nada é impossível,
Vários trazidos de outros mundos, e
No mesmo ponto espacial sensível
Que sou eu, sendo eu por ‘star aqui?

Serei eu, porque todo o pensamento
 Podendo conceber, bem pode ser,
 Um dilatado e múrmuro momento,
 De tempos-seres de quem sou o viver?
 Fernando Pessoa

A última categoria de análise desta pesquisa busca trazer o olhar daquelas mulheres sobre suas possibilidades, necessidades, desejos e perspectivas de vida, sendo assim, percorrerá suas falas com alguns comentários, buscando apresentar alguns de seus sentimentos, de forma singular.

5.3.1 Ah... Se eu pudesse...: Do que gostariam as mulheres privadas de liberdade na penitenciária de recuperação feminina Maria Júlia Maranhão

É natural que os desejos relatados pelas entrevistadas sejam semelhantes ao sentimento de perda apresentado no item 4.2.1, uma vez que se deseja realizar aquilo de que se necessita e de que se sente falta; assim, o desejo de estar presente no crescimento e desenvolvimento dos filhos e de estar com a família fora bastante citado.

“Só cuidar do meu filho mesmo, queria cuidar dele, né, porque é tudo. Dois anos separada dele, tô perdendo toda a infância dele”. (Jandaia, 20 anos).

“Poder tomar de conta da minha filha, da minha mãe também que ela se sente muito só em casa e eu sinto falta”. (Neinei, 28 anos).

“Eu sinto falta de estar com meus filhos, da minha filha, de tá cuidando dela. De tá acompanhando o crescimento dela entendeu? Sinto falta do meu marido. Ele vem me visitar mas é muito complicado né aqui dentro desse lugar.” “O que mais me dói é a saudade dos meus filhos”. (Saíra, 26 anos).

“Se desse um dia pra gente voltar pra gente ver os nosso filho, eu mermo eu ia e voltava, porque eu sabia que ele tava fazendo um grande favor pra mim e pros meu filho, gostaria muito disso”.(Ananai, 21 anos).

Ao falar sobre os filhos e sobre o desejo de poder estar perto e acompanhar seus passos, a emoção se fez evidente em cada palavra; os olhos brilhavam, algumas sorriam, outras choravam, e a evidência de que poder estar presente na vida desta pessoas – o filho ou filha – faria suas vidas muito mais fáceis é inegável (Notas do diário de Campo). *Jandaia* e *Ananai*, além de demonstrarem a importância deste desejo, relataram o que sua realização poderia mudar:

“Me dá mais alegria, né. Alegria, meu filho junto de mim ia me dar muita alegria. Felicidade. Uma mãe sempre quer tá junto do seu filho.” (Jandaia, 20 anos).

“Ia mudar que eu não ficar tão aperreada como eu fico, sem notícia deles. [...] Acho que ia mudar a vida de muita mãe. Acho que a gente tirava a cadeia; acho que a cadeia, a gente não ia nem sentir a cadeia passar se fosse assim, mas não é como a gente pensa”. (Ananai, 21 anos).

Dois desejos interessantes surgiram nas falas de *Beija-flor*, *Neinei* e *Anu*:

“Sinto vontade de comer bastante quando sair daqui.” (Beija-flor, 32 anos).

“[...] Comida também, que tem coisas que não pode entrar né, sorvete, coca-cola, essas coisas. Tem aquelas coisas que faz toda a diferença né, mas, é besteira.” (Neinei, 28 anos).

“O que eu queria fazer primeiro? Passar uma hora no banheiro debaixo do chuveiro.” (Anu, 28 anos).

Classificam-se como interessantes esses desejos, não na desclassificação dos demais, mas por serem atividades aparentemente simples ou corriqueiras e, ao mesmo tempo, praticamente impossíveis dentro da penitenciária. É possível comer, mas não tudo o que se deseja ou se gosta, mesmo que esporadicamente, como o caso da coca-cola e do sorvete citados por *Neinei*; é possível tomar banho, mas não permanecer uma hora debaixo do chuveiro. São detalhes, e, talvez, só sejam notados quando impossibilitados.

Destaca-se, ainda, a frase de *Neinei*: “mas, é besteira”. No contexto de que somente o básico é provido e previsto, desejar tomar um sorvete parece pedir demais, parece “besteira”; porém, como poder tomar um copo de coca-cola ou tomar um banho ou qualquer outro desejo de um ser humano pode ser considerado besteira? Não se trata do desejo em si, se ele é supérfluo ou não, trata-se de poder ou não considerá-lo ou tê-lo; ainda que sua mãe pudesse lhe levar coca-cola, *Neinei* não poderia tomá-la, pois não é permitido pela instituição, de acordo com suas palavras. Assim, priva-se da possibilidade de se ter o que se quer, evidenciando que a privação de liberdade perpassa os mais diversos fazeres cotidianos, bem como desejos, projetos de vida e perspectivas.

Por fim, o desejo de estudar e profissionalizar-se:

“Os estudo e depois dos estudo fazer curso. Curso de desenho, de pintar, qualquer coisa assim que seja um futuro pra mim, entendeu? Coisas boa assim...eu gosto de estudar a gente conhece coisas diferente, locais diferente né, a gente se desenvolve mais”. (Anacã, 32 anos).

Desta forma, a possibilidade de estudar se apresenta como uma maneira de desenvolvimento pessoal e de criação de novas perspectivas. O estudo parece, para elas, um meio de mudar de vida, de criar novos rumos e prover um futuro melhor.

“Porque eu ia dar a minha entrevista, assim nas escola, meu exemplo de vida, entendeu? Então isso pra mim ia ser... me desenvolver mais ainda porque estaria ajudando a muitos jovens hoje em dia, principalmente os adolescente” (Anacã, 32 anos).

“Eu ia ser uma nova criatura, uma nova mulher, né; a gente sofre discriminação, olha logo assim: e você não estudou? Um olhar de ironia.” (Beija-flor, 32 anos).

5.3.2 Mudanças desejadas pelas mulheres privadas de liberdade na administração da instituição

A última questão da entrevista perguntava “Se você fosse administradora desta penitenciária e tivesse o poder de realizar grandes mudanças aqui dentro, o que você faria?”. Este fora o momento de “soltar a imaginação”; elas tinham autorização, dinheiro, espaço e parcerias para realizar qualquer mudança. “Ocupar o tempo” e questões relacionadas aos processos judiciais se sobressaíram nas mudanças previstas.

“Não deixaria nenhuma trancada. Deixaria todas na atividade, todas. Inventava curso, “butava” um curso assim de qualquer coisa...artesanato. Que ocupasse a mente delas, por que assim, a gente sem fazer nada, a gente realmente... por isso que hoje em dia a cadeia é muito lotada. [...]Querendo ou não tinha que fazer uma atividade, que chegasse assim, se fosse assim eu garanto que a cadeia não lotava tanto e que assim o comércio de muita gente não saia tanto como sai hoje em dia. É como até elas mesmo reclama que não tem o que fazer. Que botava mais escola, “botava” mais assim... de manhã, de tarde e de noite.” (Anacã, 32 anos).

“Eu faria um mutirão pra tirar as reeducandas que estão no direito. É... trazia mais curso, porque tem né, mas não dá pra todas. Trazia mais curso pra se formalizar, só... porque tem muita coisa aqui, né... Tem curso... A diretora daqui já faz muita coisa por a gente.” (Jandaia, 20 anos).

“[...] mais cursos também, às vezes sempre tem uns cursos aqui, não dá pra todo mundo né, que é muitas presa e poucas vagas né.” (Neinei, 28 anos).

“Eu investiria em cursos para as presas e ocupações, não deixaria nenhuma presa desocupada. Investiria em cursos, tipo assim é muito complicado...tem uma fábrica aqui né, mas a fábrica já existia muitas pessoas trabalhando e existem muitas “presa” que querem oportunidade, mas não temos. Como eu, eu queria uma oportunidade, mas não tenho.” (Saíra, 26 anos).

“Aqui nessa cadeia que tá no direito, que já passou a sua cadeia, tirou a sua cadeia todinha trancada e ainda tá tirando mais; sua cadeia já acabou já e você ainda tá preso porque não tem ninguém pra mexer nos processos, e a cadeia fica só enchendo, enchendo. [...] Então, ele pega essas pessoas e manda fazer alguma coisa, alguma atividade, alguma coisa pra preencher a mente delas. Porque a mente

parada aqui dentro só capinando o mal, quem tem uma oportunidade pega e faz mesmo. Mente vazia, oficina do diabo.” (Anu, 28 anos).

Neste sentido, é possível afirmar que a oportunidade de ocupar-se, aqui se relacionando, principalmente, ao aprendizado, é de extrema importância para essas mulheres, tanto no sentido de desenvolver-se para um futuro melhor, como na própria logística da penitenciária, visando diminuir a lotação, como apresentado por *Anacã*. Assim, prover estudo e profissionalização parece fazer do período de reclusão um período de mudança e desenvolvimento pessoal, visando a um futuro diferente. Pode-se, então, ressaltar o significado que a ocupação, em seu sentido amplo de desejo e necessidade do indivíduo, tem, em especial neste contexto, uma vez que através dela, em suas inúmeras possibilidades, enxerga-se mudança, enxerga-se um amanhã diferenciado.

Outras adaptações foram apresentadas, como o horário do banho de sol e possibilidades de lazer:

“Nosso banho de sol tinha que ser duas horas novamente [...]” (Beija-flor, 32 anos).

“Eu botava uma academia aqui. [...]É, eu acho que deveria ter mais uma área de lazer sabe, porque eu sei que é presa, mas... um canto mais aberto... “botaria” uns orelhões, mesmo rastreado sabe, por aqui, pra você ter contato com a família melhor, sabe.” (Neinei, 28 anos).

Neinei diz que colocaria uma academia e uma área de lazer, mas observa: “eu sei que é presa”. Desta forma, indaga-se: Por que é presa não pode ter lazer? Por que é presa não pode praticar atividade física? Em todo momento são observadas privações que vão além da privação do ir e vir, ressaltando injustiças, em especial a injustiça ocupacional. Além disso, este processo de privação é tão internalizado no sistema prisional, que, até mesmo para essas mulheres que estão inseridas nele, o direito de realizar uma ocupação significativa, de comer uma comida desejada ou de praticar atividade física parece ser “demais”.

É possível relacionar este sentimento trazido por *Neinei* ao estigma que foi/é depositado ao indivíduo que é privado de sua liberdade; isto porque, ao infringir a regra e ser detido por isso, há um julgamento não só legal, mas também moral, no qual o desvio cometido pode ser visto um erro quase que imperdoável. Desta forma, ao errante, destina-se apenas o necessário para sua sobrevivência, enxergando o excedente a esta condição como regalias, uma vez que o crime, o erro, o desvio acabam tornando-se a maior parte dele. Assim, as próprias pessoas que se encontram nesta situação, enquanto seres participantes desta sociedade, podem carregar ainda consigo este pensamento.

Ainda que neste momento de “soltar a imaginação” elas pudessem escolher quaisquer mudanças, demonstravam-se perdidas, como se não houvesse espaço para novas possibilidades; era preciso explicar que todos os recursos estavam disponíveis e que eram elas que comandavam e que podiam escolher qualquer coisa para tornar aquele período mais fácil. Mais uma vez, assim como no item 4.2.5.2, a fala de *Agaponis* se destacou e se diferenciou:

“Eu não mudaria nada. Eu não mudaria nada não. A direção já dá o que a gente precisa, só basta ter força de vontade, trabalhar, querer mudar, que a oportunidade eles dão. De tudo a gente tem né. Um pouco a gente tem. Dentista, médica, enfermeira, alimentação, de tudo a gente tem um pouco.”

Agaponis, além de se destacar por dizer que não mudaria nada e que a direção provê tudo o que é necessário, o que nos leva a pensar que ela podia estar com receio de que suas afirmações acarretassem algum prejuízo ao seu cotidiano na instituição, reafirma a minimização das necessidades e desejos trazida pelo “mas, é besteira” e pelo “eu sei que é presa” de *Neinei*. Esses desejos e necessidades são, então, minimizados não só pelo sistema ou por sua administração, mas também por elas, que, entre outras razões, por fazerem parte de um ambiente tão degradante e hostil e por carregarem consigo as crenças sociais de que os presos merecem sofrer, acabam por acreditar que este tratamento é por merecimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos percorridos pelo presente estudo abordaram diversas temáticas, relacionando-as de forma a embasar uma discussão pouco realizada e visando, assim, contribuir para a reflexão de questões de extrema importância, não só para aquelas mulheres que se encontram privadas de sua liberdade na Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão, mas também a todos os indivíduos que, por diferentes motivos, sofrem injustiças ocupacionais e possuem, de alguma forma, impedimentos na participação social e no desenvolvimento de suas ocupações.

Levou-se, então, em consideração não só leis e regras sociais, como a apresentada Constituição de 1988 e a tão discutida Lei de execução penal, entre outras resoluções, leis e decretos acerca do sistema prisional e dos direitos humanos; como também a base da discussão proposta – a justiça ocupacional, que apresenta o direito ao engajamento nas ocupações cotidianas, necessárias e significativas, independente de qualquer variável. A fim de fundamentar o conhecimento das discussões realizadas, teorizou-se, além destes itens já citados, sobre o sistema prisional brasileiro, a mulher no sistema prisional e a terapia ocupacional no mesmo contexto.

Desta forma, foi possível perceber que o sistema prisional no Brasil possui uma alta população carcerária, que vive em condições que se mostram precárias e ineficazes, privando cotidianamente esses indivíduos de muito mais que o direito de ir e vir. Além disso, constatou-se que esta população é composta em sua maioria por homens, pessoas autodeclaradas afrodescendentes, jovens e com baixa escolaridade. Apresenta-se, ainda, um crescimento significativo do número de indivíduos privados de liberdade no Brasil, onde, em apenas três anos, este número cresceu 8,45%. As mulheres, embora representem um percentual baixo neste montante, vem ganhando, ao longo dos anos, números maiores, enquanto que os números relacionados aos homens têm diminuído (BRASIL, 2012).

No estado da Paraíba, as mulheres que, em 2012, encontravam-se custodiadas pelo sistema prisional representavam um número de 574 presas; destas, a maioria estava em regime provisório, tinham entre 18 e 29 anos, autodeclaradas como pretas ou pardas, com nenhuma ou pouca escolaridade, com sentenças de até 8 anos e inseridas no sistema prisional através do tráfico de entorpecentes.

Neste contexto, foram pontuadas questões acerca da presença da mulher neste sistema e suas considerações históricas. Viu-se que, como consequência dos papéis de gênero culturalmente definidos, espera-se da mulher atitudes relacionadas ao emocional, ao corpo e

ao âmbito privado; porém, ao longo dos anos, ela tem lutado e passado por diversos processos emancipatórios, empoderando-se de si mesma e passando a representar papéis diferentes. Isto pôde ser visto ao longo da pesquisa, na qual, ainda que algumas daquelas mulheres atuassem em seus papéis de mães, esposas e donas de casa, o tráfico como carreira ocupacional desviante pôde ser considerado uma forma de infringir ao papel que lhe é direcionado.

No entanto, ainda com esta emancipação, foi possível perceber que a mulher, além do julgamento social, realizado através das leis, sofre um julgamento da ordem da família, pois, ao ser uma mulher inserida na vida do crime, afirma-se que abandonou estes papéis que lhe foram destinados (LEMGRUBER, 1999).

Ainda neste caminho de compreensões, antes de tratar da justiça ocupacional, fez-se necessário o entendimento da profissão que baseia tal premissa – a terapia ocupacional. Esta, tendo a ocupação humana como ferramenta de intervenção, objetiva seu trabalho na saúde biopsicossocial do indivíduo, trabalhando em diversas áreas e mantendo o foco nos desejos e necessidades dos mesmos.

No contexto prisional, ela atua, principalmente, na adaptação e na (re) significação da vida ocupacional do indivíduo que, além de privado de liberdade, é também privado do direito ao engajamento em ocupações, da possibilidade de escolhas ou, até mesmo, de desenvolver relações interpessoais. Através do uso da ocupação e sua carga significativa, busca motivar o resgate da valorização não só do indivíduo e seu papel produtivo, como de sua atuação e (re) inserção na sociedade.

Assim, além da crença de que a ocupação possui um papel diferenciador na vida do sujeito e em seu desenvolvimento pessoal, e do entendimento da importância do terapeuta ocupacional em diferentes contextos, como o sistema prisional, apresenta-se o fato de que existem legislações que garantem esta atuação, reafirmando, desta forma, que a Terapia Ocupacional tem direito aos espaços, devendo, portanto, ocupá-los.

É nesta restrição do direito ocupacional que se encontra a justiça ocupacional, trazendo como premissa a igualdade, imparcialidade e o direito à ocupação (WILCOCK; TOWNSEND, 2011). Neste sentido, foram visitados alguns conceitos para um embasamento maior sobre a justiça ocupacional, citando-se: injustiça ocupacional; *apartheid* ocupacional; alienação ocupacional; privação ocupacional; marginalização ocupacional e desequilíbrio Ocupacional; podendo concluir que estes são inter-relacionados e, até mesmo, semelhantes, remetendo sempre a situações em que o direito à participação ocupacional está prejudicado. Assim, ao buscar a compreensão do desenvolvimento da ocupação dentro do sistema prisional, entendeu-se a justiça ocupacional como base mais pertinente para suas reflexões.

Baseado nestas questões, o objetivo aqui era entender como ocorrem o direito e o engajamento a/em ocupações entre mulheres privadas de liberdade na Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão; conhecer a história de vida e o histórico ocupacional das mulheres privadas de liberdade do Júlia Maranhão antes da reclusão; compreender como se dá a oportunidade às ocupações dentro da Penitenciária. E nos caminhos percorridos em busca deles, realizou-se uma pesquisa exploratória ex-post-facto, com abordagem qualitativa. Assim, observação participante, diário de campo, entrevista semiestruturada, bem como análise documental serviram de fonte de dados, que foram analisados de acordo com a análise do conteúdo (MINAYO, 2002).

Após a permanência no campo, realização de entrevistas com oito mulheres privadas de liberdade na referida penitenciária, e a análise dos dados, três categorias de discussão foram percorridas: a) aspectos relacionados à história de vida e ao histórico ocupacional das mulheres privadas de liberdade antes da reclusão; b) histórico ocupacional e mudanças de vida após a reclusão; e c) desejos e perspectivas das mulheres privadas de liberdades entrevistadas.

Destarte, com os objetivos propostos e com a metodologia utilizada buscou-se responder às seguintes questões: Como ocorrem as oportunidades de realização das ocupações durante a reclusão? Essas oportunidades seguem princípios semelhantes aos da justiça ocupacional, no sentido de serem possibilidades colocadas de forma a todas poderem participar e/ou ao menos de poderem concorrer a essa participação de forma justa e objetiva? Os desejos e perspectivas ocupacionais das mulheres privadas de liberdade, durante e após a reclusão, remetem à justiça ocupacional, ou seja, ao direito que elas têm de ter acesso às ocupações de sua escolha e que lhes sejam significativas? A fim de manter uma didática mais coesa, as respostas destas perguntas, bem como as relações entre os resultados e os objetivos serão sintetizados de acordo com as categorias supracitadas.

A primeira categoria de análise de dados teve como objetivo conhecer os aspectos relacionados à história de vida e ao histórico ocupacional das mulheres privadas de liberdade antes da reclusão, perpassando algumas temáticas. Assim, o tráfico de drogas apresentou-se em unanimidade no envolvimento dessas mulheres com a criminalidade, tendo como motivadores para entrada o companheiro, a vulnerabilidade familiar e o tráfico como trabalho/fonte de renda e de status social.

Deste modo, ao tratar dos possíveis fatores que exerceram influência na escolha de entrar para o tráfico de entorpecentes, apresentam-se duas discussões importantes para reflexão dos resultados: a primeira traz o conceito de “outsider” e “carreiras desviantes”

(BECKER, 2008), buscando analisar o tráfico como trabalho de forma mais aprofundada; e a segunda incita ao pensamento sobre a tendente associação entre pobreza e criminalidade, a fim de não afirmá-la, apresentando outras possibilidades de refletir.

Por fim, as atividades inseridas no cotidiano dessas mulheres antes da reclusão foram apresentadas, e nelas o estudo, o trabalho, o cuidado da casa e dos filhos foram dados consistentes nas falas. Foi possível, assim, compreender a dinâmica de vida para além do crime e para além da prisão, conhecendo as mães, mulheres, trabalhadoras, estudantes, sonhadoras e baladeiras que ali existem.

Entende-se, desta forma, que, ao analisar e discutir estas questões, o primeiro objetivo específico deste estudo – conhecer a história de vida e o histórico ocupacional das mulheres privadas de liberdade do Júlia Maranhão antes da reclusão – é atingido, trazendo à compreensão que muitos fatores podem estar relacionados com a entrada no crime e com a consequente situação de estar privado de liberdade. Estes fatores, embora possam muitas vezes estar relacionados com a pobreza ou a vulnerabilidade, bem como determinantes sociais, inclui também a escolha de participar de uma ação criminosa.

A segunda categoria de análise e discussão visou à compreensão do histórico ocupacional e mudanças de vida após a reclusão, respondendo, com isso, a primeira questão proposta: como ocorrem as oportunidades de realização das ocupações durante a reclusão? Assim, em primeira instância foi possível constatar a privação de papéis, escolhas, desejos e até mesmo do desenvolvimento e demonstrações da identidade daquelas mulheres, para além da privação de ir e vi. O estar presa, para elas, em suma, significa perder: perder direito de escolha, perder a oportunidade de estar com os filhos e com a família, perder a autonomia, a juventude, e, permito-me dizer, a identidade, uma vez que ali elas me pareceram ser tratadas como somente mais um número na soma total.

O cotidiano é marcado pela escassez de oportunidades no tocante à participação ocupacional. Poucas têm como possibilidade o trabalho ou a educação prisional. Algumas, utilizando-se de alternativas, através do trabalho autônomo, buscam burlar o ócio consequente da carência de atividades; assim, podem “ocupar a mente” para “passar o tempo”, como relatam. Estes impedimentos permitem uma crítica não só com relação à infração da própria Lei de Execução Penal (1984), mas também, e digo principalmente, às injustiças ocupacionais ali inseridas, representadas através da alienação e da privação ocupacional.

Conhecer este contexto mostrou que possibilidades existem: trabalho, estudo, participação no coral, atividade religiosa, time de futebol, crochê, entre outros; porém a real participação das mulheres nestas atividades não é tão efetiva como deveria, uma vez que a

quantidade de vagas comparada com a quantidade de mulheres é mínima, como o coral, que é composto por apenas 4 mulheres, ou os trabalhos oferecidos. Isto mostra que, embora existentes, os direitos não são para todas, privando grande parte dessas mulheres de muitos desejos e necessidades; porém, mesmo para aquelas que possuem mais oportunidades, ainda existem direitos violados, uma vez que, embora existam possibilidades, algumas ocupações ainda são totalmente negligenciadas, como atividades de lazer ou esportivas, por exemplo.

Abordaram-se, ainda, as visitas familiar e íntima, além do forte apego espiritual/religioso demonstrado pelas mulheres. No aprofundamento acerca do trabalho prisional foram visitados diversos pontos das legislações que garantem este direito; no entanto constatou-se, com os dados da pesquisa, que, na prática, há uma grande violação dessas garantias, uma vez que a quantidade de oportunidades e a diversidade de opções de trabalho são mínimas.

Assim, pode-se citar uma luta de poder, no qual o fato de o “bom comportamento” ser, segundo falas da administração e das entrevistadas, o critério de seleção, enfatiza-se ainda mais as privações, já que se acredita que, de cerca de 350 mulheres, muito mais que 30 são “bem comportadas”. Além disso, definir como critério de seleção para o oferecimento de um direito garantido, um aspecto tão subjetivo como o comportamento humano é minimizar a identidade do indivíduo, além de usar como “moeda de troca” e punição algo que deveria ser garantia.

Ao longo da pesquisa foi possível perceber que “ajudar a passar o tempo” e “ficar fora da cela” são os maiores significados que o trabalho prisional tem para as mulheres reclusas de liberdade no Júlia Maranhão. “Ocupar a mente” como forma de distanciar-se do ócio se fez presente nas falas das entrevistadas, porém pôde-se notar, também, que, além desse passar de tempo, o aprendizado e a profissionalização que algumas puderam adquirir dessa experiência são pontos bastante positivos no trabalho exercido.

O acesso à educação, embora garantido por lei, neste contexto, de acordo com as informações obtidas, apresenta certa discrepância com relação a seu significado, uma vez que este deveria ter por objetivo a contribuição para o desenvolvimento humano, a formação escolar e profissional, além de ser um espaço possível de expressão e socialização – sendo, portanto, muito mais que apenas realização de prova e obtenção de título –, como pôde ser notado nas falas de algumas mulheres.

Destarte, finalizando esta categoria, atingiu-se o segundo objetivo específico, que visava compreender como se dá a realização das ocupações dentro da Penitenciária Assim, é possível responder à questão: Essas oportunidades seguem princípios semelhantes aos da

justiça ocupacional, no sentido de serem possibilidades colocadas de forma a todas poderem participar e/ou ao menos de poderem concorrer a essa participação de forma justa e objetiva? Um simples “não” bastaria, uma vez que, ao longo de todo o trabalho, constatarem-se privações e impedimentos ocupacionais, além das situações de desigualdades no que concerne às oportunidades dentro da penitenciária.

Porém, no sentido de desenvolver uma crítica construtiva ao sistema, e utilizando da justiça ocupacional, entende-se que, a participação das mulheres privadas de liberdade em ocupações é uma forte aliada no empoderamento e na autonomia do sujeito, de forma que, ao utilizá-la como instrumento, é possível não só desenvolver um processo de facilitação na volta do indivíduo à liberdade, como também, e não menos importante, melhorar a qualidade de vida durante a reclusão. Esta afirmação não se baseia apenas na crença da importância da ocupação, mas também nas falas das mulheres privadas de liberdade que participaram desta pesquisa, uma vez que foi perceptível a necessidade ocupacional das mesmas.

A última categoria de análise apresentada trouxe os desejos e perspectivas das mulheres entrevistadas; respondendo à segunda questão (Os desejos e perspectivas ocupacionais das mulheres privadas de liberdade, durante e após a reclusão, remetem à justiça ocupacional, ou seja, ao direito que elas têm de ter acesso às ocupações de sua escolha e que lhes sejam significativas?), apresenta, de uma forma geral, que aquilo de que se sente falta e do que se é privado e impedido, é o que se deseja.

Assim, destaca-se a vontade de estar com a família e cuidar dos filhos, além de desejos relacionados à alimentação, ao autocuidado, ao lazer e a profissionalização. Afirmando que, “Sim”, os desejos e perspectivas delas visam um caminho baseado na justiça ocupacional, ou seja, um caminho em que elas possam estar e realizar aquilo que querem; seja tomar um banho de 1 hora, como traz *Anu*, tomar um copo de coca-cola e praticar esportes, como queria *Neinei*, ou, ainda, a vontade de estudar relatada por *Beija-flor*, *Anacã* e *Sáira*.

É possível afirmar que, na perspectiva delas, enquanto administradoras fictícias da Penitenciária, a oportunidade de ocupar-se, aqui se relacionando, principalmente, ao aprendizado, é de extrema importância. Assim, prover estudo e profissionalização se mostrou como uma maneira de tornar o período de reclusão um período de mudança e desenvolvimento pessoal, visando um futuro diferente. Pode-se, então, ressaltar o significado que a ocupação, em seu sentido amplo de desejo e necessidade do indivíduo, tem, em especial neste contexto, uma vez que através dela, em suas inúmeras possibilidades, enxerga-se mudança, enxerga-se um amanhã diferenciado.

Baseada nos caminhos percorridos, concluo que foi possível entender como ocorrem o direito e o engajamento a/em ocupações entre mulheres privadas de liberdade na Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão, atingindo, assim, o objetivo geral da pesquisa. Porém, trago o desejo de aprofundamento destas questões, uma vez que, embora riquíssimo de informações, o público da pesquisa foi limitado, diminuindo a oportunidade do conhecimento de mais realidades, histórias de vida e perspectivas.

Destaco, ainda, como dificuldade a pouquíssima literatura encontrada que discorre sobre a relação entre justiça ocupacional e sistema prisional; ou, ainda, terapia ocupacional e sistema prisional. Deixo, portanto, aos terapeutas ocupacionais estudiosos e atuantes deste campo a motivação para publicações e pesquisas, uma vez que, além da divulgação do trabalho e da profissão, elas têm o papel de fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas que possam melhorar a realidade encontrada.

Aos administradores deste sistema, incito a reflexão sobre o papel fundamental da ocupação, e a possibilidade de usar o direito a ela como maneira de diminuir as injustiças ocupacionais e de empoderar o sujeito, auxiliando no processo de torná-lo livre novamente, de forma que este período em que se esteve recluso possua um significado, que vá além de privações, impedimentos e violências.

Penso que, apesar das dificuldades relatadas, este estudo não só atingiu os objetivos propostos, como apresentou uma realidade e um mundo que é, por muitas vezes, negligenciado, e ao mesmo tempo tão fértil. E este foi e é a maior contribuição da pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. Direito à educação de jovens privados de liberdade: a experiência do ProJovem Urbano em unidades prisionais. **Rev. Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 86, p. 75-88, nov. 2011.

AMERICAN OCCUPATIONAL THERAPY ASSOCIATION (AOTA). **Occupational Therapy Practice**. Framework: Domain & Process. 2nd. The American Journal Occupational Therapy. Nov/Dec 2008, volume 63, n. 6. 625-683. [tradução Daniel Gustavo de Sousa Cartelo... et al] *Rev. Triang. Ens. Pesq. Ext. Uberaba – MG*, v. 3. n. 2, p. 57-147, jul/dez, 2010.

ANTUNES, R. As metamorfoses no mundo do trabalho. *In*: ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2005, v. p. 47 – 63.

BARCINSKI, M. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2009, vol.14, n.5, pp. 1843-1853. ISSN 1413-8123. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v14n5/26.pdf>>

BARROS, A. M.; JORDÃO, M. P. S. D. A cidadania e o Sistema Penitenciário Brasileiro. **Veredas – FAVIP**, Cauarú. v. 1, n. 01, p. 8-17, 2004. Disponível em: <<http://www.contabeis.ufpe.br/ppgdh/images/documentos/anamb1.pdf>>

BECKER, Howard. **Ousiders:** estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BENEVIDES, M. V. Cidadania e Direitos Humanos. *In*: José Sérgio Carvalho. (Org.). **Educação, Cidadania e Direitos Humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004, v. p. 43-65.

BERNARDI, M. L. L. **Gênero, cárcere e família:** Estudo etnográfico sobre a experiência das mulheres no tráfico de drogas. 2013. 100f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Instituto de Sociologia e Política - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

BOIAGO, D. L; NOMA, A. K. Políticas Públicas para a educação prisional: perspectivas da ONU e da UNESCO. *In*: **IX Seminário de Pesquisa da Região Sul**. Caxias do Sul, 2012.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10. 792, de 1º de dezembro de 2003**. Altera a lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 (Lei de Execução Penal) e o decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção I, de 2-12-2003. *In*: Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008. 121 p. – (Série Legislação; n. 11). ISBN 978-85-736-5498-8.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 6.049, de 27 de fevereiro de 2007**. Aprova o Regulamento Penitenciário Federal. Diário Oficial da União, Seção I, de 28-2-2007. *In*: Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008. 121 p. – (Série Legislação; n. 11). ISBN 978-85-736-5498-8.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014**. Brasília, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 5452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 9 ago. 1943. Seção 1, p. 11937-11985.

BRASIL. Lei de Execução Penal (1984). **Lei de Execução Penal**: Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984: institui a Lei de Execução Penal, – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008. 121 p. – (Série Legislação; n. 11). ISBN 978-85-736-5498-8.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 02, de 19 de maio de 2010**. Resolução CNE/CEB2/2010. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de maio de 2010, Seção 1, p. 20.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Relatório de Visitas a Estabelecimentos Penais e a Autoridades da Execução Penal do estado da Paraíba**. Paraíba, 2012. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/>>.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Departamento Penitenciário Nacional – Sistema Integrado de Informação Penitenciária (Infopen)**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/departamento-penitenciario-nacional/sistema-prisional/informacoes-infopen>>

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Portaria nº 287, de 14 de maio de 2010**. . Diário Oficial da União nº 97, Brasília,, 24 de maio de 2010, Seção 1, página 41.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Diretrizes e normas regulamentadoras sobre pesquisa envolvendo seres humanos**. Resolução 196. 1996. Brasília: CNS; 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**. 1ª Edição: 2004.

BRASIL. Secretaria das Administrações Prisionais. **Resolução nº 96, de 27/12/2001**. São Paulo, 2001.

BRASÍLIA. **Resolução COFFITO Nº 383, de 22 de dezembro de 2010**. Diário Oficial da União nº. 225, Seção 1, em 25/11/2010, página 80. Define as competências do Terapeuta Ocupacional nos Contextos Sociais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.coffito.org.br/site/index.php/home/resolucoes-coffito/>>

BRASÍLIA. **Resolução nº. 382, de 03 de novembro de 2010.** Diário Oficial da União nº. 225, Seção 1, em 25/11/2010, página 80. Dispõe sobre a elaboração e emissão pelo Terapeuta Ocupacional de atestados, pareceres e laudos periciais. Disponível em: <<http://www.coffito.org.br/site/index.php/home/resolucoes-coffito>>

CARVALHO, A. L. L.; BALDIN, N. A Terapia Ocupacional no processo educação/trabalho do preso no sistema penal: Um estudo da Prisão Provisória de Curitiba. **Revista Saúde e Ambiente / Health and Environment Journal**, v. 6, n. 1, jun. 05.

CARVALHO, M. L.; VALENTE, J. G; ASSIS, S. G; VASCONCELOS, A. G. G. Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2006, vol.11, n.2, pp. 461-471. ISSN 1413-8123. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000200023>

COELHO, E. C. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. **Revista de Administração Pública**, v. 12, n. 2, 1978, p. 139-161.

CONSTANTINO, P. **Entre as escolhas e os riscos possíveis:** a inserção das jovens no tráfico de drogas. Rio de Janeiro: ENSP, 2001. Disponível em: < <http://arca.icict.fiocruz.br/handle/icict/4666>>

CRUZ NETO, O. O Trabalho de Campo com Descoberta e Criação. In: MINAYO, M. C. S de (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DUARTE, A. J. O. Celas de aula: o exercício da professoralidade nos presídios. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**. Uberaba, v. 1, n.1, p. 25-36, 2013.

ESPINOZA, O. A Prisão Feminina desde um olhar da criminologia Feminista. **Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias**, 1(1): 35-59, Jan-Dez./2002

FARIA, A. A. C; BARROS, V. A. Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. **Psicologia & Sociedade**; 23 (3): 536-544, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n3/11.pdf>>

FEFFERMANN, M. O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. **Rev. Segurança Urbana e Juventude**, Araraquara, v. 1, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/seguranca/article/view/1383/1084>>

FEIJÓ, M.C; ASSIS, S.G. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. **Estudos de Psicologia**, 2004, 9(1), p. 157-166. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22391.pdf>>

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GALHEIGO, S. M. O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto históricosocial. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 14, n. 3, p. 104-9, set./dez. 2003.

GALHEIGO, S. M. Terapia ocupacional en el ámbito social: aclarando conceptos e ideas. In:

KRONENBERG, F. SÍMÓ ALGADO, S. POLLARD, N. editores. **Terapia Ocupacional sin Fronteras: Aprendiendo Del espíritu de supervivientes**. Madrid: Editorial Médica Panamericana, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GONTIJO, D.T; MARQUES, E; ALVES, H.C. “Hoje na escola a gente está falando em vulnerabilidade”: contribuições da terapia ocupacional no processo de formação continuada de professores. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, São Carlos, v. 20, n. 2, p. 255-266, 2012. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2012.026>>

GUIMARÃES, Sergio Enrique Ochoa. Cárcere, estigma e reincidência: o mito da ressocialização. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3672, 21 jul. 2013. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/24285>>

JULIÃO, E.F. O impacto da educação e do trabalho como programas de reinserção social na política de execução penal do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Educação** v. 15 n. 45 set./dez. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/10.pdf>>

KRONENBERG, F. POLLARD, N. Superar el *apartheid* ocupacional. In: KRONENBERG, F. SÍMÓ ALGADO, S. POLLARD, N. editores. **Terapia Ocupacional sin Fronteras: Aprendiendo Del espíritu de supervivientes**. Madrid: Editorial Médica Panamericana, 2006.

LANCMAN, S. GHIRARD, M.I.G.. Pensando novas práticas em Terapia Ocupacional, saúde e trabalho. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 13, n. 2, p.44-50, maio/ago. 2002.

LEMGRUBER, J. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LOPES, M.R.F.; MELLO, D.C; ARGIMON, I.I.L. Mulheres encarceradas e fatores associados a drogas e crimes. **Ciências & Cognição** 2010; Vol 15(2): 121-131. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org>>.

LOPES, R. E.; SILVA, C. R. O campo da educação e demandas. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v.18, n. 3, p. 158-164, set./dez. 2007. Disponível em: < <file:///C:/Users/Camila/Documents/Terapia%20Ocupacional/TCC/artigos%20tema/esduca%C3%A7%C3%A3o.pdf>>

MÂNGIA, E. F. Alienação e trabalho. **Rev. Fisioter. Univ. São Paulo**, v. 14, n. 1, jan./abr., 2003. p. 34-42. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13913/15731>>

MARTINELLI, S.A. A importância da atividade de lazer na Terapia Ocupacional. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, Jan/Abr 2011, v. 19, n.1, p. 111-118. Disponível em: < <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br>>

MINAYO, M. C. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. Ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MISSE, M. Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. In: VILLAS BOAS, G.; GONÇALVES, M. A. (orgs.). **O Brasil na virada do século – o debate dos cientistas sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p.79-89.

MONTEIRO, F. M; CARDOSO, G. R. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: Um debate oportuno. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 93-117, jan.-abr. 2013. Disponível em: < revistaseletronicas.pucrs.br >

NASCIMENTO, D. E. S. M. Evolução dos Sistemas Penitenciários. **Revista de Direito da Universidade Salvador**, Feira de Santana, nº 128. Disponível em: < <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/1835/0> >.

NILSSON, I.; TOWNSEND, E. A. Occupational justice - bridging theory and practice. **Scandinavian Journal of Occupational Therapy**, Oslo, v. 1, n. 1, p. 57-63, 2010.

NUNES, C. M. P. Avaliação das atividades produtivas e de trabalho. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. **Terapia ocupacional: fundamentação & prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nova York: ONU, 1948. In: **Almanaque** Abril 2013, São Paulo: Editora Abril, 2013.

PIMENTEL, E. Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas. In: VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 6, 2008, Lisboa. **Mundos sociais: saberes e práticas**, 2008, ISBN 978-972-95945-4-0, pág. 148. Disponível em: < <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/708.pdf> >

PRODANOV, C. C; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: < <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf> >

RIBEIRO DE OLIVEIRA, L. **Crime é coisa de mulher: Identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens**. 1 ed. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmica, 2014.

RIBEIRO, M.S.P. **O romper do silêncio: história e memória na trajetória escolar e profissional dos docentes afrodescendentes das Universidades Públicas do Estado de São Paulo**. 2001, 187 f. Tese (Doutorado em educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, G. E. Transgressão, controle social e religião: um estudo antropológico sobre práticas religiosas na penitenciária feminina do estado do Rio Grande do Sul. **Rev. Debates Doner**, Porto Alegre, Ano 6, N. 8, P. 9-20, JUL./DEZ. 2005

SAAD, M; MASIERO, D; BATTISTELLA, L. R. Espiritualidade baseada em evidências. **Rev. Acta Fisiátrica** 8(3): 107-112, 2001.

SANTOS, D. R. dos; FEDEGER, A. M. O terapeuta ocupacional no processo de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei privados de liberdade: transformação através da ocupação. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v.19, n. 2, p. 100-107, maio/ago. 2008.

SANTOS, L. S.; DINIZ, G. R. S. Donas de casa: classes diferentes, experiências desiguais. **Psicol. clin. [online]**. 2011, vol.23, n.2, pp. 137-149. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v23n2/09v23n2.pdf>>

SHIKIDA, P. F. A; BROGLIATTO, S. R. M. O trabalho atrás das grades: um estudo de caso na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu – PEF (PR). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. G&DR. v. 4, n. 1, p. 128-154, 2008, Taubaté, SP.

SOARES, L.B.T. História da Terapia Ocupacional. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. **Terapia ocupacional: fundamentação & prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

TAKATORI, M. A Terapia Ocupacional no processo de reabilitação: construção do cotidiano. **Rev O Mundo da Saúde**, ano 25, v.25, n.4, out/dez, 2001. p.371-377.

TAVARES, G.M.; MENANDRO, P.R.M. Modos de vida de internos do sistema penitenciário Capixaba. **Psicologia & Sociedade**; 2008 (3): 340-349, 2008.

TOWNSEND, E. WHITEFORD, G. Uma estructura de participación en el marco de La justicia ocupacional – procesos prácticos basados en La comunidad. In: KRONENBERG, F. SÍMÓ ALGADO, S. POLLARD, N. editores. **Terapia Ocupacional sin Fronteras: Aprendiendo Del espíritu de supervivientes**. Madrid: Editorial Médica Panamericana, 2006.

TOWNSEND, E. WILCOCK, A. A. Occupational justice and client-centred practice: A dialogue in progress. **Canadian Journal of Occupational Therapy**. Vol. 71, nº 02, abril de 2004. Disponível em: <[http://www.caot.ca/CJOT_pdfs/CJOT71/Townsend%2071\(2\)75_87.pdf](http://www.caot.ca/CJOT_pdfs/CJOT71/Townsend%2071(2)75_87.pdf)>

TOWNSEND, E.; MARVAL, R. **Profissionais podem realmente promover justiça ocupacional?** [tradução de Ricardo Petrilli. Revisão da Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano] **Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos**, v. 21, n. 2, p. 229-242, 2013.

WAGNER, A; PREDEBON, J; MOSMANN, C; VERZA, F. Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. **Psic.: Teor. e Pesq. [online]**. 2005, vol.21, n.2, pp. 181-186. ISSN 0102-3772. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n2/a08v21n2.pdf>>

WILCOCK, A.A. & TOWNSEND, E.A. Justiça Ocupacional. In: CREPEAU, E.B. etl al. **Willard & Spackman – Terapia Ocupacional**. Traduzido do original: Willard & Spackman's Occupational Therapy. 11º. Rio de Janeiro: Editora Kogan, 2011.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Senhora, a professora Marília Meyer Bregalda, responsável pela pesquisa **Ocupação também é direito: Reflexões sobre Justiça Ocupacional em um presídio feminino na Paraíba**, em conjunto com Camila de Moura Castro, aluna do curso de Terapia Ocupacional da UFPB, a convidam para colaborar com este estudo. Os objetivos desta pesquisa são compreender as ocupações das mulheres privadas de liberdade da Penitenciária de Recuperação Feminina Maria Júlia Maranhão; identificar o engajamento das mesmas em cada área de ocupação; investigar possíveis fatores que influenciam na participação em suas ocupações; e explorar a correlação entre o desenvolvimento saudável nas ocupações e o comportamento dessas mulheres. Ao realizar este trabalho, temos como finalidade a contribuição para o estudo e publicações sobre o tema; além disso, o conhecimento sobre o cotidiano das mulheres que se encontram na Penitenciária de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão poderá possibilitar não só o acolhimento e o entendimento de necessidades, desejos e dificuldades, como também oferecer subsídios para ações a serem desenvolvidas por esta e por outras instituições, com relação ao direito à realização saudável das ocupações por parte das mulheres privadas de liberdade.

Solicitamos a sua colaboração para participar desta pesquisa, através de entrevista semiestruturada acerca de sua participação nas atividades do dia-a-dia, assim como sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos das áreas de saúde, educação e social e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Devido à publicação dos resultados, informamos que, de acordo com a Resolução número 466 de 12 de novembro de 2012, essa pesquisa oferece riscos mínimos, como qualquer pesquisa que apresenta questionários e/ou entrevistas, mas que não são nocivos para a sua saúde. Podem ocorrer situações de desconforto, estresse emocional ou modificação nas emoções, devido à abordagem de temáticas possivelmente dolorosas. Caso isso aconteça, informamos que você poderá interromper sua participação a qualquer momento, e só voltar a fazê-lo se assim o desejar e da maneira como julgar conveniente. Salientamos que a entrevista será gravada, e os dados ficarão guardados no Departamento de Terapia Ocupacional do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba por 5 anos e, após esse período, serão descartados, de acordo com a Resolução número 466 de 12 de novembro de 2012; seus dados serão mantidos em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelas Pesquisadoras. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, eu
declaro que fui devidamente esclarecida e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal



Espaço para impressão dactiloscópica

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) orientador Marília Meyer Bregalda: (83) 32167996/ 99642297. Departamento de Terapia Ocupacional CCS/UFPB – Cidade Universitária / Campus I. Ou: Comitê de Ética em Pesquisa do CCS/UFPB – Cidade Universitária/ Campus I, Bloco Arnaldo Tavares, sala 812 – Fone: (83) 3216-7791.

Atenciosamente,

Profa. Marília Meyer Bregalda

Pesquisador Responsável
Camila de Moura Castro

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS GERAIS

1. Nome: _____

2. Data de nascimento: __/__/__ 3. Idade: _____

4. Naturalidade: _____

5. Estado civil: () Casada () Solteira () Separada/divorciada () Viúva

6. Tem filhos: () Sim () Não 7. Quantos: _____

8. Fale um pouco sobre a sua história de vida e da sua história no sistema prisional.

9. Quando você pensa em sua reclusão, quais são os sentimentos mais recorrentes? O que significa para você estar aqui?

10. Antes da sua reclusão, o que você costumava fazer em seu cotidiano?

- O que fazia?

- Como fazia?

- Com que frequência?

11. Aqui na penitenciária, como é seu dia-a-dia?

- O que você faz?

- Como faz?

- Com que frequência?

12. Existem coisas que você gostaria de poder fazer aqui? Se sim, quais?

13. Caso a resposta anterior tenha sido sim, quais você acha que seriam as consequências para a sua vida?

14. O que lhe impede de poder realizar essas atividades?

15. Se você fosse administradora desta penitenciária e tivesse o poder de realizar grandes mudanças aqui dentro, o que você faria?
